COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANÁ – SANEPAR
COMPANHIA ABERTA
REGISTRO CVM 01862-7 - CNPJ/MF 76.484.013/0001-45

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO PARA A 112ª ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANÁ – SANEPAR QUE SE REALIZARÁ AS 09:00 HORAS DO DIA 13 DE JUNHO DE 2018.

Senhores acionistas da **Companhia de Saneamento do Paraná – Sanepar** (“Companhia”), a administração da Companhia submete à apreciação de V. Sas. a presente proposta das matérias a serem deliberadas na Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada em 13 de junho de 2018 (“Proposta” e “AGE”, respectivamente), às 09:00 horas, na sede da Companhia, na Rua Engenheiros Rebouças, nº 1.376, na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, em observância ao disposto na Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) nº 481, de 17 de dezembro de 2009, conforme alterada (“Instrução CVM 481”).

Esta Proposta, em conjunto com eventuais outros documentos pertinentes, nos termos da legislação aplicável, encontram-se disponíveis para consulta na sede da Companhia, na página de Relações com Investidores da Companhia (site.sanepar.com.br/investidores) e na página da CVM (www.cvm.gov.br).

ESTATUTO SOCIAL

VIGENTE	PROPOSTA DE ALTERAÇÃO	JUSTIFICATIVA, nos termos do artigo 11 da ICVM 481, deverá ser incluída justificativa das alterações propostas, analisando os seus efeitos jurídicos e econômicos.
COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANÁ - SANEPAR	COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANÁ – SANEPAR	
ESTATUTO SOCIAL CONSOLIDADO	ESTATUTO SOCIAL CONSOLIDADO	
CAPÍTULO I DA DENOMINAÇÃO, CONSTITUIÇÃO, OBJETO, SEDE E DURAÇÃO DA COMPANHIA	CAPÍTULO I DENOMINAÇÃO, DURAÇÃO, SEDE E OBJETO SOCIAL	
Art. 1º - A Companhia de Saneamento do Paraná - Sanepar (“Sanepar” ou “Companhia”), constituída em 23 de janeiro de 1963, como sociedade por ações, companhia aberta, de economia mista, será regida por este Estatuto e pela legislação aplicável e destina-se a exploração de serviços públicos e de sistemas privados de abastecimento de água, de coleta, remoção e destinação final de efluentes e resíduos sólidos domésticos	Art. 1º- A Companhia de Saneamento do Paraná – Sanepar (“Sanepar” ou “Companhia”), constituída em 23 de janeiro de 1963, como sociedade por ações, companhia aberta, de economia mista, é parte integrante da administração indireta do Estado do Paraná, instituída pela Lei Estadual nº 4.684 de 23 de janeiro de 1963, alterada pela Lei 12.403 de 30 de dezembro de 1998, Lei Complementar	Melhoria na redação no dispositivo observado a legislação vigente.

<p>e industriais e seus subprodutos, de drenagem urbana, serviços relacionados à proteção do meio ambiente e aos recursos hídricos, outros serviços relativos à saúde da população, prestação de consultoria, assistência técnica e certificação nestas áreas de atuação e outros serviços de interesse para a Sanepar e para o Estado do Paraná, dentro ou fora de seus limites territoriais, podendo, para atingir tais fins, participar, majoritária ou minoritariamente, de consórcios ou sociedades com empresas privadas.</p>	<p>nº 94 de 23 de julho de 2002 alterada pela Lei Complementar nº 191 de 25 de outubro de 2015 e alterada pela Lei Complementar nº 202 de 27 de dezembro de 2016, regendo-se por este Estatuto, pelas Leis Federais 6.404/1976 e 13.303/2016, e demais disposições legais aplicáveis.</p>	
<p>Art. 3º - O prazo de duração da Companhia é indeterminado.</p>	<p>Art. 2º - O prazo de duração da Companhia é indeterminado.</p>	
<p>Art. 2º (fracionado) - A Companhia terá sua sede e administração na Rua Engenheiros Rebouças, número 1.376, na cidade de Curitiba, capital do estado do Paraná, Brasil, podendo abrir escritórios, representações e quaisquer outros estabelecimentos no País, mediante autorização da Diretoria Executiva.</p>	<p>Art. 3º - A Companhia terá sua sede e administração na Rua Engenheiros Rebouças, número 1.376, na cidade de Curitiba, capital do estado do Paraná, Brasil.</p>	
<p>Art. 1º - fracionado</p>	<p>Art. 4º - Constitui o objeto social da Companhia a exploração de serviços públicos e de sistemas privados de abastecimento de água, de coleta, remoção e destinação final de efluentes e resíduos sólidos domésticos e industriais e seus subprodutos, de drenagem urbana, serviços relacionados à proteção do meio ambiente e aos recursos hídricos, outros serviços relativos à saúde da população, prestação de consultoria, assistência técnica e certificação nestas áreas de atuação e outros serviços de interesse para a Sanepar e para o Estado do Paraná, dentro ou fora de seus limites territoriais.</p>	<p>Melhoria na redação no dispositivo observado a legislação vigente.</p>
<p>Final do art. 1º - modificado (...) podendo, para atingir tais fins, participar, majoritária ou minoritariamente, de consórcios ou sociedades com empresas privadas.</p>	<p>§ 1º A Companhia poderá, para a consecução do seu objeto social, constituir subsidiárias, assumir o controle acionário de empresa e participar do capital de outras empresas, relacionadas ao seu objeto social, conforme expressamente autorizado pela Lei 4684/1963, conforme alterada.</p>	<p>Melhoria na redação no dispositivo observado a legislação vigente.</p>

Sem correlação anterior	§ 2º A Diretoria Executiva definirá qual a Diretoria incumbe a atribuição de fiscalizar, e promover todos os atos necessários de cunho societário, financeiro, administrativo e negocial, no que tange as sociedades controladas, coligadas e subsidiárias.	Melhoria na redação no dispositivo observado a legislação vigente.
Art. 2º - A Companhia terá sua sede e administração na Rua Engenheiros Rebouças, número 1.376, na cidade de Curitiba, capital do estado do Paraná, Brasil, podendo abrir escritórios, representações e quaisquer outros estabelecimentos no País, mediante autorização da Diretoria Executiva.	§3º Para a consecução do objeto social e observada a sua área de atuação, a Companhia poderá abrir, instalar, manter, ou extinguir escritórios ou quaisquer outros estabelecimentos ou, ainda, designar representantes, mediante autorização da Diretoria Executiva e respeitadas as disposições legais e regulamentares.	Melhoria na redação no dispositivo observado a legislação vigente.
CAPÍTULO II DO CAPITAL E DAS AÇÕES	CAPÍTULO II CAPITAL E AÇÕES	
Art. 5º - O Capital Social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 2.854.951.992,50 (dois bilhões, oitocentos e cinquenta e quatro milhões, novecentos e cinquenta e um mil e novecentos e noventa e dois reais e cinquenta centavos), representado por:	Art. 5º – O Capital Social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 2.854.951.992,50 (dois bilhões, oitocentos e cinquenta e quatro milhões, novecentos e cinquenta e um mil e novecentos e noventa e dois reais e cinquenta centavos), representado por:	
a) 167.911.724 (cento e sessenta e sete milhões, novecentos e onze mil e setecentas e vinte quatro) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal; e	a) 167.911.753 (cento e sessenta e sete milhões, novecentos e onze mil e setecentas e cinquenta e três) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal; e	Valor atualizado (após Units)
b) 335.823.449 (trezentos e trinta e cinco milhões, oitocentas e vinte e três mil e quatrocentas e quarenta e nove) ações preferenciais nominativas, sem valor nominal.	b) 335.823.420 (trezentos e trinta e cinco milhões, oitocentas e vinte e três mil e quatrocentas e vinte) ações preferenciais nominativas, sem valor nominal.	Valor atualizado (após Units)
Art. 9º - Observados os limites legais cabíveis, a Companhia fica autorizada a aumentar o seu capital social para até R\$ 4.000.000.000,00 (quatro bilhões de reais). § 1º - Dentro do limite autorizado neste artigo, poderá a Companhia, mediante deliberação do Conselho de Administração, aumentar o capital social independentemente de reforma estatutária, mediante a emissão de ações preferenciais. O Conselho de Administração fixará as condições da	§ 1º O capital social poderá ser aumentado, por deliberação do Conselho de Administração, ouvido o Conselho Fiscal, nos termos da legislação vigente e independentemente de reforma estatutária, mediante a emissão de ações, até o limite autorizado, no valor de R\$ 4.000.000,000,00 (quatro bilhões) de reais.	Melhoria na redação no dispositivo observado a legislação vigente.

emissão, inclusive preço e prazo de integralização.		
Art. 6º fracionado e modificado	§ 2º As ações serão nominativas.	Melhoria na redação
Art. 6º - As ações do capital social da Companhia serão escriturais, sem quaisquer alterações nos direitos e restrições que lhes são inerentes, permanecendo em contas de depósito, em instituição autorizada, em nome de seus titulares, sem emissão de certificados, nos termos dos Arts. 34 e 35, da Lei de Sociedades por Ações, podendo ser cobrada dos acionistas a remuneração de que trata o § 3º, do art. 35, da referida lei.	§3º Fica a Companhia autorizada a, mediante deliberação do Conselho de Administração, implantar o sistema de ações escriturais, a serem mantidas em contas de depósito, em instituição autorizada, podendo ser cobrado o custo de serviço de transferência, observados os limites máximo estabelecidos em lei.	Melhoria na redação no dispositivo observado a legislação vigente.
Sem correlação anterior	§4º A Companhia poderá, mediante autorização do Conselho de Administração, adquirir suas próprias ações, observadas as normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários.	Melhoria na redação observado a legislação vigente.
Art. 8º - As ações preferenciais asseguram aos seus titulares as seguintes preferências e vantagens:	Art. 6º - As ações preferenciais asseguram aos seus titulares as seguintes preferências e vantagens:	
a) prioridade no reembolso do capital, sem direito a prêmio;	a) prioridade no reembolso do capital, sem direito a prêmio;	
b) recebimento de dividendo 10% (dez por cento) maior do que o atribuído às ações ordinárias, na forma do inciso II, do parágrafo 1º, do art. 17, da Lei de Sociedades por Ações;	b) recebimento de dividendo 10% (dez por cento) maior do que o atribuído às ações ordinárias, na forma do inciso II, do § 1º, do art. 17, da Lei de Sociedades por Ações;	
c) direito de serem incluídas em oferta pública de aquisição de ações em decorrência de Alienação de Controle da Companhia ao mesmo preço e nas mesmas condições ofertadas ao Acionista Controlador Alienante; e	c) direito de serem incluídas em oferta pública de aquisição de ações em decorrência de Alienação de Controle da Companhia ao mesmo preço e nas mesmas condições ofertadas ao Acionista Controlador Alienante; e	
d) aprovação de qualquer alteração que vise excluir ou suprimir o direito previsto no inciso “XXX” do caput e o parágrafo segundo, ambos do artigo 21 deste Estatuto.	d) aprovação de qualquer alteração que vise a excluir ou a suprimir o direito previsto no inciso “LIV” do caput e o § 2º, ambos do artigo 37 deste Estatuto.	Remissão ao artigo correspondente
§ 1º - As ações preferenciais conferem, ainda, aos seus titulares o direito a voto restrito em Assembleias Gerais da Companhia exclusivamente nas seguintes matérias:	§ 1º As ações preferenciais conferem, ainda, aos seus titulares, o direito a voto restrito em Assembleias Gerais da Companhia exclusivamente nas seguintes matérias:	
a) transformação, incorporação, fusão ou cisão da Companhia;	a) transformação, incorporação, fusão ou cisão da Companhia;	

b) aprovação de contratos entre a Companhia e o Acionista Controlador, diretamente ou por meio de terceiros, assim como de outras sociedades nas quais o Acionista Controlador tenha interesse, sempre que, por força de disposição legal ou estatutária, sejam deliberados em Assembleia Geral;	b) aprovação de contratos entre a Companhia e o Acionista Controlador, diretamente ou por meio de terceiros, assim como de outras sociedades nas quais o Acionista Controlador tenha interesse, sempre que, por força de disposição legal ou estatutária, sejam deliberados em Assembleia Geral;	
c) avaliação de bens destinados à integração de aumento de capital da Companhia;	c) avaliação de bens destinados à integração de aumento de capital da Companhia;	
d) escolha da instituição ou empresa especializada para determinação do Valor Econômico da Companhia, conforme Artigo 38, § 1º e § 2º deste Estatuto Social; e	d) escolha da instituição ou empresa especializada para determinação do Valor Econômico da Companhia, conforme Artigo 87, § 1º e 2º deste Estatuto Social; e	Remissão ao artigo correspondente
e) alteração ou revogação de dispositivos estatutários que alterem ou modifiquem quaisquer das exigências previstas no item 4.1 do Regulamento do Nível 2, ressalvado que esse direito a voto prevalecerá enquanto estiver em vigor o Contrato de Participação do Nível 2 de Governança Corporativa.	e) alteração ou revogação de dispositivos estatutários que alterem ou modifiquem quaisquer das exigências previstas no item 4.1 do Regulamento do Nível 2, ressalvado que esse direito a voto prevalecerá enquanto estiver em vigor o Contrato de Participação do Nível 2 de Governança Corporativa.	
§ 2º - As ações preferenciais poderão representar até 2/3 (dois terços) do total das ações emitidas pela Companhia, podendo a Companhia aumentar o número das ações preferenciais, mesmo sem guardar proporção com as demais espécies de ações existentes, bem como aumentar o número de ações ordinárias sem guardar proporção com as ações preferenciais.	§ 2º As ações preferenciais poderão representar até 2/3 (dois terços) do total das ações emitidas pela Companhia, podendo a Companhia aumentar o número das ações preferenciais, mesmo sem guardar proporção com as demais espécies de ações existentes, bem como aumentar o número de ações ordinárias sem guardar proporção com as ações preferenciais.	
§ 3º - As ações ordinárias de emissão da Companhia poderão, a qualquer tempo e a critério exclusivo de seu titular, ser convertidas em ações preferenciais da mesma classe descrita no caput deste artigo, à razão de 1 (uma) ação ordinária convertida para 1 (uma) nova ação preferencial, observado o limite legal previsto no parágrafo 2º acima.	§ 3º As ações ordinárias de emissão da Companhia poderão, a qualquer tempo e a critério exclusivo de seu titular, ser convertidas em ações preferenciais da mesma classe descrita no caput deste artigo, à razão de uma ação ordinária convertida para uma nova ação preferencial, observado o limite legal previsto no §2º acima.	
Art. 9º § 2º - A critério do Conselho de Administração, poderá ser excluído o direito de preferência, ou ser reduzido o prazo para seu exercício, na emissão de ações cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores ou por	Art. 7º - A critério do Conselho de Administração poderá ser excluído o direito de preferência, ou ser reduzido o prazo para seu exercício, na emissão de ações cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores ou por subscrição pública, ou ainda	

subscrição pública, ou ainda mediante permuta por ações, em oferta pública de aquisição de controle, nos termos estabelecidos em lei.	mediante permuta por ações, em oferta pública de aquisição de controle, nos termos estabelecidos em lei.	
Art. 10 - As ações ordinárias e preferenciais concorrerão em iguais condições na distribuição de bonificações.	Art. 8º – As ações ordinárias e preferenciais concorrerão em iguais condições na distribuição de bonificações.	
Art. 11 - Os acionistas terão direito de preferência em emissões de ações ou debêntures conversíveis em ações, bônus de subscrição e quaisquer outros valores mobiliários, nos termos da legislação aplicável.	Art. 9º – Os acionistas terão direito de preferência em emissões de ações ou debêntures conversíveis em ações, bônus de subscrição e quaisquer outros valores mobiliários, nos termos da legislação aplicável.	
Fica fixado em 30 (trinta) dias corridos, a contar do anúncio respectivo, o prazo decadencial para exercício do referido direito.	Parágrafo único - Fica fixado em trinta dias corridos, a contar do anúncio respectivo, o prazo decadencial para exercício do referido direito.	
CAPÍTULO III DA ASSEMBLEIA GERAL	CAPÍTULO III ASSEMBLEIA GERAL	
Art. 12, § 2 - A Assembleia Geral de acionistas é o órgão social competente para deliberar sobre a emissão de ações pela Companhia, ressalvado o disposto no artigo 9º, § 1º deste Estatuto Social.	Art. 10 - A Assembleia Geral é o órgão máximo da Companhia, com poderes para deliberar sobre todos os negócios relativos ao seu objeto e será regida pela legislação vigente.	Melhoria na redação no dispositivo observado a legislação vigente.
Art. 13 (Francionado/modificado) - podendo ser convocada: a) pelo Presidente e pelo Vice-Presidente do Conselho de Administração, em conjunto; b) pelo Conselho de Administração, nos termos do inciso VI do artigo 21 deste Estatuto Social; c) nas formas previstas no parágrafo único do art. 123, da Lei de Sociedades por Ações.	Art. 11 - A Assembleia Geral será convocada pelo Conselho de Administração ou, nas hipóteses admitidas em lei, pela Diretoria Executiva, pelo Conselho Fiscal ou pelos acionistas.	Melhoria na redação no dispositivo observado a legislação vigente.
Art. 12 § 1º - As Assembleias Gerais dos acionistas deverão ser convocadas com 15 (quinze) dias de antecedência de sua realização.	Art. 12 - A convocação será feita com observância da antecedência mínima para a realização da Assembleia Geral nos termos da legislação vigente, sendo que a pauta e os documentos pertinentes serão disponibilizados aos Acionistas na mesma data da convocação, de modo acessível, inclusive, de forma eletrônica.	Melhoria na redação no dispositivo observado a legislação vigente.
Sem correlação anterior	Parágrafo Único - Nas Assembleias Gerais tratar-se-á exclusivamente do objeto previsto nos editais de convocação, não se admitindo a	Melhoria na redação no dispositivo observado a legislação vigente.

	inclusão de assuntos gerais na pauta da Assembleia.	
Art. 13 - A Assembleia Geral, ordinária ou extraordinária, será presidida por um acionista eleito dentre aqueles com direito a voto presentes, que escolherá um ou mais secretários, (fracionado)	Art. 13 - A Assembleia Geral será instalada e presidida pelo Presidente da Companhia, ou pelo substituto que esse vier a designar, ou, na falta deste, será escolhido entre os acionistas presentes em Assembleia.	Melhoria na redação no dispositivo observado a legislação vigente.
Sem correlação anterior	§ 1º No caso de ausência do Diretor Presidente ou de seu substituto nos termos do caput deste artigo, os trabalhos da assembléia serão dirigidos por mesa composta, de presidente e secretário, escolhidos pelos acionistas presentes.	Melhoria na redação no dispositivo observado a legislação vigente.
Sem correlação anterior	§ 2º O quórum de instalação de Assembleias Gerais, bem como o das deliberações, serão aqueles determinados na legislação vigente.	Melhoria na redação no dispositivo observado a legislação vigente.
Sem correlação anterior	§ 3º O Presidente da Assembleia Geral designará o secretário que deverá ser integrante da área de Governança Corporativa da Companhia. .	Faz parte das atribuições da área de Governança Corporativa da Companhia secretariar as reuniões dos órgãos de governança.
Sem correlação anterior	§4º Poderão participar da Assembleia Geral os Administradores, membros do Conselho Fiscal e Comitês a fim de prestar esclarecimentos, se necessário for.	Atende o item 1.4 (medidas de defesa) do CBGC.
Art. 12 - A Assembleia Geral dos acionistas reunir-se-á, ordinariamente, dentro dos 4 (quatro) primeiros meses do ano, para os fins previstos em lei e, extraordinariamente, sempre que necessário, observadas em sua convocação, instalação e deliberações as prescrições legais pertinentes.	Art. 14 - A Assembleia Geral reunir-se-á ordinariamente dentro dos quatro primeiros meses após o encerramento do exercício social, para deliberar sobre as matérias previstas em lei, e, extraordinariamente, quando necessário.	Melhoria na redação no dispositivo observado a legislação vigente.
Art. 7º - Cada ação ordinária confere direito a 1 (um) voto nas deliberações das Assembleias Gerais da Companhia.	Art. 15 – Nas Assembleias Gerais, cada ação ordinária dará direito a um voto.	Melhoria na redação no dispositivo observado a legislação vigente.
Sem correlação anterior	Art. 16 - O acionista poderá participar e ser representado por procurador nas Assembleias Gerais, exibindo, no ato ou previamente, documentos e procuração com poderes específicos, conforme o Manual para participação de acionistas em assembleia geral da Sanepar e na forma da lei.	Melhoria na redação no dispositivo observado a legislação vigente. (A Cia tem o Manual.)
Sem correlação anterior	Art. 17 - A ata da Assembleia Geral	Melhoria na redação

	será lavrada conforme a legislação em vigor.	observado a legislação vigente.
Sem correlação anterior	Art. 18 - A Assembleia Geral, além de outros casos previstos em lei, reunir-se-á para deliberar sobre:	Melhoria na redação observado a legislação vigente.
Sem correlação anterior	I - alteração do capital social;	Melhoria na redação observado a legislação vigente.
Sem correlação anterior	II - avaliação de bens com os quais o acionista concorre para a formação do capital social;	Melhoria na redação observado a legislação vigente.
Sem correlação anterior	III - transformação, fusão, incorporação, cisão, dissolução e liquidação da empresa;	Melhoria na redação observado a legislação vigente.
Sem correlação anterior	IV - alteração do estatuto social;	Melhoria na redação observado a legislação vigente.
Sem correlação anterior	V - eleição e destituição, a qualquer tempo, dos membros do Conselho de Administração;	Melhoria na redação observado a legislação vigente.
Sem correlação anterior	VI - eleição e destituição, a qualquer tempo, dos membros do Conselho Fiscal e respectivos suplentes;	Melhoria na redação observado a legislação vigente.
Sem correlação anterior	VII - fixação da remuneração dos administradores, do Conselho Fiscal e dos Comitês Estatutários;	Melhoria na redação observado a legislação vigente.
Sem correlação anterior	VIII - aprovação das demonstrações financeiras, da destinação do resultado do exercício e da distribuição de dividendos;	Melhoria na redação observado a legislação vigente.
Sem correlação anterior	IX - autorização para a Companhia mover ação de responsabilidade civil contra os administradores pelos prejuízos causados ao seu patrimônio;	Melhoria na redação observado a legislação vigente.
Sem correlação anterior	X - alienação de bens imóveis diretamente vinculados à prestação de serviços e à constituição de ônus reais sobre eles, devendo ser observadas a legislação e as normas da Agência Reguladora;	Melhoria na redação observado a legislação vigente.
Sem correlação anterior	XI - permuta de ações ou outros valores mobiliários;	Melhoria na redação observado a legislação vigente.
Sem correlação anterior	XII - emissão de debentures conversíveis em ações, inclusive de controladas;	Melhoria na redação observado a legislação vigente.
Sem correlação anterior	XIII - emissão de quaisquer outros títulos e valores mobiliários conversíveis em ações, no país ou no exterior;	Melhoria na redação observado a legislação vigente.
Sem correlação anterior	XIV - eleição e destituição, a qualquer	Melhoria na redação

	tempo, de liquidantes, julgando-lhes as contas; e	observado a legislação vigente.
Sem correlação anterior	XV – aprovar orçamento anual próprio para os órgãos estatutários.	Melhoria na redação observado a legislação vigente.
CAPÍTULO IV DA ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA	CAPÍTULO IV ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA	
Art. 14 - A administração da Companhia será exercida pelo Conselho de Administração e pela Diretoria Executiva.	Art. 19 - A Companhia será administrada pelo Conselho de Administração e pela Diretoria Executiva.	Melhoria na redação observado a legislação vigente..
Sem correlação anterior	Art. 20 – A representação da Companhia é privativa dos Diretores Executivos na forma prevista neste Estatuto.	Melhoria na redação observado a legislação vigente.
Sem correlação anterior	Art. 21 – A área de Governança Corporativa, Gestão de Riscos, Controle Interno e Compliance será vinculada e liderada pelo Diretor-Presidente, por meio da Gerência de Governança, Riscos e Compliance.	Atender dispositivo da lei 13.303/2016.
Sem correlação anterior	§ 1º São atribuições da área responsável pela gestão de riscos, além de outras previstas na legislação própria, a identificação, avaliação, controle, mitigação e monitoramento de riscos a que estão sujeitos os negócios da Companhia.	Melhoria na redação observado a legislação vigente.
Sem correlação anterior	§ 2º São atribuições da área responsável pelo compliance, além de outras previstas na legislação própria, a avaliação e o monitoramento da eficácia dos controles internos e do estado de conformidade corporativo.	Melhoria na redação observado a legislação vigente.
Art. 15 IV. Área dedicada ao Compliance da Companhia, que se reportará diretamente ao Conselho de Administração sempre que se suspeite do envolvimento do Diretor-Presidente em irregularidades, ou quando este se furtar à obrigação de adotar medidas em relação à situação a ele relatadas.	§ 3º A área dedicada ao compliance da Companhia, reportar-se-á ao Conselho de Administração, por meio do Comitê de Auditoria Estatutário, sempre que se suspeite do envolvimento de integrante da Diretoria Executiva em irregularidades, ou quando este se furtar à obrigação de adotar medidas em relação à situação a ele relatada.	Manutenção do dispositivo do estatuto, estendido do Diretor-Presidente a Diretoria Executiva.
Art. 23 § 7º - A Auditoria Interna será vinculada ao Conselho de Administração, por meio do Comitê de Auditoria Estatutário.	Art. 22 – A companhia disporá de uma Auditoria Interna, vinculada ao Conselho de Administração, por meio do Comitê de Auditoria Estatutário, responsável por aferir a adequação do controle interno, a efetividade do	Melhoria na redação observado a legislação vigente

	gerenciamento dos riscos e dos processos de governança e a confiabilidade do processo de coleta, mensuração, classificação, acumulação, registro e divulgação de eventos e transações, visando ao preparo das demonstrações financeiras, observadas, ainda, demais competências impostas pela Lei 13.303/2016.	
Sem correlação anterior	Parágrafo Único - Os relatórios de averiguações preliminares e de auditoriais especiais, ambos elaborados pela auditoria interna, serão encaminhados ao Conselho de Administração, após conhecimento do Diretor Presidente; cuja ciência será dispensada nos os casos relacionados ao Diretor-Presidente.	Melhoria na redação no dispositivo observado a legislação vigente.
	SEÇÃO I CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	Melhoria na redação no dispositivo observado a legislação vigente.
Sem correlação anterior	Art. 23 - O Conselho de Administração é órgão de deliberação estratégica e responsável pela orientação superior da Companhia.	Melhoria na redação no dispositivo observado a legislação vigente.
	Composição, mandato e investidura	
Art. 16 - O Conselho de Administração da Companhia será composto de no mínimo 5 (cinco) e no máximo 9 (nove) membros titulares e igual número de suplentes , dentre os quais um será o seu presidente e outro, vice-presidente, eleitos e destituíveis a qualquer tempo.	Art. 24 O Conselho de Administração será composto por no mínimo sete e no máximo nove membros titulares, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral.	Melhoria na redação no dispositivo observado a legislação vigente.
Sem correlação anterior	Art. 25 - Caberá à Assembleia Geral que eleger o Conselho de Administração fixar o número total de membros, dentro do limite máximo previsto neste Estatuto.	Melhoria na redação no dispositivo observado a legislação vigente.
Sem correlação anterior	§ 1º O Diretor-Presidente da Companhia integrará o Conselho de Administração, mediante eleição em Assembleia Geral.	Melhoria na redação no dispositivo observado a legislação vigente.
Art. 16 § 4º - Os cargos de presidente do Conselho de Administração e de Diretor-Presidente não poderão ser acumulados pela mesma pessoa;	§ 2º Os cargos de Presidente do Conselho de Administração e de Diretor-Presidente não poderão ser acumulados pela mesma pessoa.	Manutenção do dispositivo do Estatuto da Sanepar .
Art. 20 - O Presidente e o Vice-Presidente do Conselho de Administração serão escolhidos por seus pares, na primeira reunião do Conselho de Administração	§ 3º O Presidente do Conselho de Administração será indicado pelo acionista controlador e designado pela Assembleia Geral que o eleger, sendo	Melhoria na redação no dispositivo observado a legislação vigente. Art. 140 Lei 6.404.

que se realizar após a eleição de seus membros, cabendo ao Vice-Presidente substituir o Presidente em suas ausências ou impedimentos.	substituído em suas ausências e impedimentos por Conselheiro escolhido pela maioria de seus pares.	
Art. 16 § 2º - Dos membros do Conselho de Administração, no mínimo 20% (vinte por cento) deverão ser Conselheiros Independentes, conforme a definição do Regulamento do Nível 2, e expressamente declarados como tais na ata da Assembleia Geral que os eleger, sendo também considerado(s) como independente(s) o(s) conselheiro(s) eleito(s) mediante faculdade prevista pelo artigo 141, § § 4º e 5º e artigo 239 da Lei de Sociedades por Ações;	§ 4º O Conselho de Administração deve ser composto, no mínimo, por 25% de conselheiros independentes.	Melhoria na redação no dispositivo observado a legislação vigente. Atender dispositivo da lei 13.303/2016 (percentual).
Art. 16 § 3º - Quando, em decorrência da observância do percentual referido no parágrafo acima, resultar número fracionado de conselheiros, proceder-se-á ao arredondamento nos termos do Regulamento do Nível 2;	§ 5º Quando, em decorrência da observância do percentual referido no parágrafo acima, resultar número fracionado de conselheiros, proceder-se-á ao arredondamento nos termos do Regulamento do Nível 2;	
Sem correlação anterior	§ 6º É assegurado aos acionistas minoritários o direito de eleger um conselheiro, se maior número não lhes couber pelo processo de voto múltiplo previsto na legislação vigente.	Melhoria na redação no dispositivo observado a legislação vigente.
Art. 16 § 5º - Integrará obrigatoriamente o Conselho de Administração, um empregado da Companhia, na condição de titular, e outro na condição de suplente, escolhidos e indicados pelos demais, na forma da legislação estadual pertinente;	Art. 26 - Fica assegurada a participação de um representante dos empregados no Conselho de Administração, com mandato coincidente com o dos demais conselheiros.	Melhoria na redação no dispositivo observado a legislação vigente.
Art. 16 § 5º (Fracionado/modificado)	Parágrafo único - O conselheiro representante dos empregados será indicado nos termos estabelecidos na legislação pertinente, sob os mesmos critérios de qualificação previstos para os demais conselheiros.	Melhoria na redação no dispositivo observado a legislação vigente.
Sem correlação anterior	§ 2º O candidato eleito conselheiro representante dos empregados tomará posse para o mandato estabelecido neste artigo, permitidas, no máximo, três reconduções consecutivas.	Melhoria na redação no dispositivo observado a legislação vigente.
Sem correlação anterior	Art. 27 - A investidura de membros do Conselho de Administração observará as condições estabelecidas na Política de Indicação da Companhia e na legislação vigente.	Melhoria na redação no dispositivo observado a legislação vigente.
--	Vacância e substituições	

<p>Art. 17 - No caso de vacância de qualquer cargo de conselheiro efetivo, o mesmo será substituído por seu suplente até a realização da Assembleia Geral seguinte, que deverá eleger o Conselheiro substituto para o período restante do mandato do antigo Conselheiro.</p>	<p>Art. 28 Ocorrendo vacância definitiva da função de conselheiro de administração, antes do término do mandato, o Conselho de Administração convocará Assembleia Geral para eleição do substituto que completará o mandato do conselheiro substituído.</p>	<p>Melhoria na redação no dispositivo observado a legislação vigente.</p>
<p>Sem correlação anterior</p>	<p>Parágrafo Único - Caberá ao acionista que havia indicado o membro que deixou de ocupar o cargo de conselheiro a competência para a indicação do substituto que poderá ser nomeado pelo Conselho de Administração para atuar até a realização da Assembleia Geral que elegerá o substituto em definitivo.</p>	<p>Melhoria na redação no dispositivo observado a legislação vigente. (exclusão de conselheiros suplentes).</p>
<p>Sem correlação anterior</p>	<p>Art. 29 A função de conselheiro de administração é pessoal e não se admite substituto temporário ou suplente, inclusive para representante dos empregados. No caso de ausências ou impedimentos eventuais de qualquer membro do Conselho, o colegiado deliberará tomando-se os votos dos conselheiros remanescentes.</p>	<p>Melhoria na redação no dispositivo observado a legislação vigente.</p>
<p>Funcionamento</p>		
<p>Art. 18 - O Conselho de Administração reunir-se-á ordinariamente uma vez por mês e, extraordinariamente, por convocação de seu Presidente, de um terço de seus membros ou quando solicitado pela Diretoria Executiva, e deliberará validamente com a presença mínima de 5 (cinco) de seus membros.</p>	<p>Art. 30 - O Conselho de Administração reunir-se-á ordinariamente uma vez por mês e extraordinariamente sempre que necessário, conforme previsto no Regimento Interno do Conselho de Administração.</p>	<p>Melhoria na redação no dispositivo observado a legislação vigente.</p>
<p>Art. 18 § 1º - As reuniões do Conselho de Administração serão convocadas, mediante aviso escrito enviado com antecedência de 7 (sete) dias, contendo a pauta de matérias a tratar, podendo, entretanto, ser dispensada a convocação se estiverem presentes todos os seus membros titulares, ou os respectivos suplentes;</p>	<p>Art. 31 As reuniões do Conselho de Administração serão convocadas pelo seu Presidente, ou pela maioria dos conselheiros, mediante o envio de correspondência escrita ou eletrônica a todos os conselheiros, com a indicação dos assuntos a serem tratados.</p>	<p>Melhoria na redação no dispositivo observado a legislação vigente.</p>
<p>Sem correlação anterior</p>	<p>§ 1º As convocações enviadas no endereço eletrônico do conselheiro serão consideradas válidas, sendo de sua responsabilidade a atualização de seu cadastro junto à Companhia.</p>	<p>Melhoria na redação no dispositivo observado a legislação vigente.</p>
<p>Art. 18 § 1º (fracionado)</p>	<p>§ 2º As reuniões ordinárias deverão ser convocadas com antecedência mínima de sete dias em relação à data da sua</p>	<p>Melhoria na redação no dispositivo observado a legislação vigente.</p>

	realização.	
Sem correlação anterior	§ 3º O Presidente do Conselho de Administração deverá zelar para que os conselheiros recebam individualmente, com a devida antecedência em relação à data da reunião, a documentação contendo as informações necessárias para permitir a discussão e deliberação dos assuntos a serem tratados, incluindo, quando for o caso, a proposta da Diretoria Executiva e as manifestações de caráter técnico e jurídico.	Melhoria na redação no dispositivo observado a legislação vigente.
Art. 18 (fracionado/modificado)	§ 4º As reuniões do Conselho de Administração serão instaladas com a presença da maioria dos seus membros, cabendo ao Presidente do Conselho de Administração a condução dos trabalhos ou, na sua falta, ao Conselheiro escolhido pela maioria de seus pares.	Melhoria na redação no dispositivo observado a legislação vigente.
Sem correlação anterior	§ 5º Poderá o Diretor-Presidente da Companhia solicitar a convocação de reunião extraordinária do Conselho ao seu Presidente, mediante correspondência eletrônica.	Melhoria na redação no dispositivo observado a legislação vigente.
Sem correlação anterior	Art. 32 Fica facultada, se necessária, a participação não presencial dos conselheiros nas reuniões ordinárias e extraordinárias, mediante tecnologia de informação disponível, que possa assegurar a participação efetiva e a autenticidade do seu voto. Nesta hipótese, o conselheiro que participar remotamente será considerado presente à reunião e seu voto será considerado válido para todos os efeitos legais e incorporado à ata da referida reunião.	Melhoria na redação no dispositivo observado a legislação vigente.
Sem correlação anterior	Art. 33 Quando houver motivo de extrema urgência, o Presidente do Conselho de Administração poderá convocar as reuniões extraordinárias a qualquer momento e sem antecedência mínima para a sua realização, mediante o envio de correspondência escrita, eletrônica ou por outro meio de comunicação a todos os conselheiros, ficando facultada a participação mediante tecnologia de informação, cujo voto será considerado válido para todos os efeitos, sem prejuízo da	Melhoria na redação no dispositivo observado a legislação vigente.

	posterior lavratura e assinatura da respectiva ata.	
Sem correlação anterior	Parágrafo Único As demais reuniões extraordinárias poderão ser convocadas, na forma prevista no caput, com antecedência mínima de 48 horas, para assuntos que não são considerados de extrema urgência, mas que não podem aguardar a instalação da reunião ordinária para sua deliberação.	Melhoria na redação no dispositivo observado a legislação vigente.
Art. 18 § 2º - As deliberações do Conselho de administração serão tomadas pela maioria de votos dos conselheiros presentes, cabendo ao Presidente, em caso de empate, o voto de qualidade;	Art. 34 O Conselho de Administração deliberará por maioria de votos dos presentes à reunião, prevalecendo, em caso de empate, o voto de quem estiver presidindo a reunião, além do voto pessoal.	Melhoria na redação no dispositivo observado a legislação vigente.
Sem correlação anterior	Art. 35 As reuniões do Conselho de Administração serão secretariadas pela Gerência de Governança, Riscos e Compliance e todas as deliberações constarão de ata lavrada.	Melhoria na redação no dispositivo observado a legislação vigente.
Sem correlação anterior	Parágrafo Único Sempre que contiver deliberações destinadas a produzir efeitos perante terceiros, o extrato da ata será arquivado no registro do comércio e publicado na forma da legislação vigente, ressalvada a matéria de cunho sigiloso, a qual constará de documento em separado e não será dada publicidade.	Melhoria na redação no dispositivo observado a legislação vigente.
Art. 16 § 7º - O Conselho de Administração terá incluído no orçamento da Companhia, orçamento anual próprio, aprovado pelos acionistas reunidos em Assembleia Geral;	Art. 36 O Conselho de Administração terá incluído no orçamento da Companhia, orçamento anual próprio, aprovado pelos acionistas reunidos em Assembleia Geral.	
Art. 16 § 8º - O orçamento anual do Conselho de Administração deverá compreender as despesas referentes a consultas a profissionais externos para a obtenção de subsídios especializados em matérias de relevância para a Companhia, bem como as necessárias para o comparecimento de conselheiros às reuniões da Companhia e a sua remuneração.	Parágrafo Único O orçamento anual do Conselho de Administração deverá compreender as despesas referentes a consultas a profissionais externos para a obtenção de subsídios especializados em matérias de relevância para a Companhia, bem como as despesas necessárias para o comparecimento de conselheiros às reuniões da Companhia, além da sua remuneração.	Manutenção do dispositivo do estatuto
--	Atribuições	
Art. 21 - Caberá ao Conselho de Administração:	Art. 37 Além das atribuições previstas em lei, compete ainda ao Conselho de Administração:	Melhoria na redação no dispositivo observado a legislação vigente.
Art. 21 II. eleger e destituir os Diretores,	I - eleger, destituir, tomar	Melhoria na redação no

<p>bem como os membros do Comitê Técnico, do Comitê de Auditoria Estatutário e do Comitê de Indicação e Avaliação da Companhia, observado os requisitos definidos na Política de Indicação a ser divulgada pela Companhia;</p>	<p>conhecimento de renúncia e substituir os Diretores da Companhia, bem como os membros dos comitês estatutários, fixando-lhes as atribuições, observados os requisitos previstos em lei e na Política de Indicação;</p>	<p>dispositivo observado a legislação vigente.</p>
<p>Art. 21 VII. fiscalizar a gestão da Diretoria Executiva, podendo examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia, bem como solicitar informações sobre os contratos celebrados ou em via de celebração, e sobre quaisquer outros atos ou atos administrativos que julgar de seu interesse;</p>	<p>II - fiscalizar a gestão da Diretoria Executiva, podendo examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia, bem como solicitar informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração, e quaisquer outros atos;</p>	<p>Manutenção do dispositivo do estatuto, com melhoria na redação.</p>
<p>Sem correlação anterior</p>	<p>III – aprovar e fiscalizar o plano de negócios, planejamento estratégico e de investimentos, contendo as diretrizes de ação, que deverão ser apresentados pela Diretoria, ouvido o Comitê Técnico;</p>	<p>Melhoria na redação no dispositivo observado a legislação vigente.</p>
<p>Sem correlação anterior</p>	<p>IV – aprovar, fiscalizar e avaliar, no mínimo anualmente, a matriz de riscos estratégicos, com seus riscos priorizados, os respectivos planos de resposta e contingência, além dos níveis de criticidade, o apetite a risco e tolerância, que deverão ser apresentados pela Diretoria Executiva, ouvido o Comitê de Auditoria Estatutário;</p>	<p>Melhoria na redação no dispositivo observado a legislação vigente. Grupo Sponsor, unido com os incisos LIII e LIV.</p>
<p>XIX. deliberar, por proposta da Diretoria Executiva, sobre o Plano de Negócios Plurianual, observado o disposto no parágrafo único deste artigo;</p>	<p>V- aprovar outros planos e programas anuais e plurianuais, com indicação dos respectivos projetos, ouvido o Comitê Técnico;</p>	<p>Melhoria na redação no dispositivo observado a legislação vigente.</p>
<p>XVIII. deliberar, por proposta da Diretoria Executiva, sobre o Orçamento Anual, que deverá refletir o Plano de Negócios Plurianual e as práticas de mercado, bem como qualquer investimento ou despesa não previstos no Orçamento Anual na hipótese de ocorrerem acontecimentos novos, imprevisíveis pelos acionistas e a eles não imputáveis, que possam refletir na economia ou na administração da Companhia e exijam a alteração das previsões orçamentárias, respeitando-se, em qualquer hipótese, as alçadas atribuídas aos órgãos de administração neste Estatuto e observado o disposto no parágrafo único deste artigo;</p>	<p>VI - aprovar o orçamento de resultados e investimento da Companhia, com indicação das fontes e aplicações de recursos, alinhados às necessidades dos planos de mitigação da matriz de riscos estratégicos, ouvido o Comitê Técnico;</p>	<p>Melhoria na redação no dispositivo observado a legislação vigente. Orçamento anual compete ao CT, sendo que os planos de mitigação da matriz de riscos estratégicos serão analisados pelo CAE. Grupo Sponsor.</p>

Art. 21 I. fixar a orientação geral dos negócios da Companhia;	VII – fixar a orientação geral dos negócios da Companhia, definindo objetivos e prioridades de políticas públicas compatíveis com a área de atuação da Companhia e o seu objeto social, buscando o desenvolvimento com sustentabilidade;	Melhoria na redação no dispositivo observado a legislação vigente.
Art. 21 VIII. manifestar-se previamente sobre o relatório da administração e as contas da Diretoria Executiva da Companhia;	VIII - manifestar-se previamente sobre o Relatório da Administração e Sustentabilidade e as contas da Diretoria Executiva;	Melhoria na redação no dispositivo observado a legislação vigente.
Art. 21 XXVI. implementar e supervisionar os sistemas de gestão de riscos e de controle interno estabelecidos para a prevenção e mitigação dos principais riscos a que esta exposta a Companhia, inclusive os riscos relacionados à integridade das informações contábeis e financeiras e os relacionados à ocorrência de corrupção e fraude;	IX - aprovar o plano anual dos trabalhos de auditoria interna, externa e gestão de riscos, implementar e supervisionar os sistemas de gestão de riscos e de controle interno estabelecidos para a prevenção e mitigação dos principais riscos a que está exposta a Companhia, inclusive os riscos relacionados à integridade das informações contábeis e financeiras e os relacionados à ocorrência de corrupção e fraude, com o apoio do Comitê de Auditoria Estatutário;	Melhoria na redação no dispositivo observado a legislação vigente.
Art 21. IX. escolher, após ouvido o Comitê de Auditoria Estatutário e mediante processo licitatório aplicável, e, se for o caso, destituir os auditores independentes da Companhia, entre empresas de renome internacional autorizadas pela Comissão de Valores Mobiliários a auditar companhias abertas;	X – autorizar e homologar a contratação da auditoria independente, bem como a rescisão do respectivo contrato, por recomendação do Comitê de Auditoria Estatutário;	Melhoria na redação no dispositivo observado a legislação vigente.
Sem correlação anterior	XI - deliberar sobre o aumento do capital social dentro do limite autorizado por este Estatuto, fixando as respectivas condições de subscrição e integralização;	Melhoria na redação no dispositivo observado a legislação vigente.
Sem correlação anterior	XII - autorizar o lançamento e aprovar a subscrição de novas ações, na forma do estabelecido por este Estatuto, fixando as respectivas condições de emissão;	Melhoria na redação no dispositivo observado a legislação vigente.
Sem correlação anterior	XIII- fixar o limite máximo de endividamento da Companhia;	Melhoria na redação no dispositivo observado a legislação vigente.
Art. 21 XIV. deliberar, por proposta da Diretoria Executiva, sobre a distribuição de dividendos semestrais, bem como sobre possíveis pagamentos de juros a título de remuneração do capital próprio;	XIV - deliberar sobre a distribuição de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio semestrais e anuais por conta do resultado do período e/ou exercício em curso, sem prejuízo da posterior ratificação pela Assembleia Geral.	Melhoria na redação no dispositivo observado a legislação vigente. Reserva de Lucro foi tratado no inciso seguinte, transcrito

		exatamente o texto da lei 6.404.
Sem correlação anterior	XV – Deliberar, com posterior ratificação da Assembleia Geral, sobre a aplicação do excesso na integralização ou no aumento do capital social ou na distribuição de dividendos, quando o saldo da reserva de lucros ultrapassar o capital social, exceto a aplicação para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, na forma da lei.	Melhoria na redação no dispositivo observado a legislação vigente.
Sem correlação anterior	XVI - autorizar a emissão de títulos, no mercado interno ou externo, para captação de recursos, na forma de debêntures, notas promissórias, “commercial papers”, e outros, na forma da lei;	Melhoria na redação no dispositivo observado a legislação vigente.
Art. 9º § 1º (fracionado) O Conselho de Administração fixará as condições da emissão, inclusive preço e prazo de integralização.	XVII - fixar as condições da emissão do inciso XVI, inclusive preço e prazo de integralização.	Melhoria na redação no dispositivo observado a legislação vigente.
Sem correlação anterior	XVIII- tomar conhecimento das provisões contábeis em valor superior a 2% (dois por cento) do capital social da Companhia, mediante proposta da Diretoria Executiva.	Melhoria na redação no dispositivo observado a legislação vigente.
Art 21. XII. deliberar, por proposta de Diretoria Executiva, sobre o plano de cargos e salários, bem como a política salarial da Companhia;	XIX – deliberar, por proposta da Diretoria Executiva, sobre a política de pessoal, incluindo a fixação do quadro, plano de cargos e salários, abertura de processo seletivo para preenchimento de vagas e Programa de Participação nos Lucros e Resultados;	Melhoria na redação no dispositivo observado a legislação vigente.
Art. 21 IV. deliberar, por proposta da Diretoria Executiva, sempre que o valor envolvido for igual ou maior a 0,5% do Capital Social Integralizado da Companhia sobre: i) a aquisição, alienação ou oneração de ativos; ii) a constituição de ônus reais sobre bens do ativo permanente da Companhia, iii) a assunção de obrigações, iv) a celebração de negócios jurídicos em geral, v) a associação com outras pessoas jurídicas, vi) a prestação de garantia a terceiros, vii) a emissão de valores mobiliários, incluindo, mas não se limitando a	XX – deliberar, por proposta da Diretoria Executiva, previamente à celebração de quaisquer negócios jurídicos sempre que o valor for igual ou maior a 0,5% do Capital Social Integralizado da Companhia, incluindo a aquisição, alienação ou oneração de ativos, a assunção de obrigações em geral, renúncia, transação e ainda a associação com outras pessoas jurídicas;	Melhoria na redação no dispositivo observado a legislação vigente.

debêntures, notas promissórias e certificados de recebíveis, desde que não conversíveis em ações;		
Art. 21 V. deliberar, por proposta da Diretoria Executiva, sobre a obtenção de empréstimos e financiamentos, sempre que o valor for igual ou maior a 2% do Capital Social Integralizado da Companhia, quando demonstrada a compatibilidade com o Plano de Negócios Plurianual, o Orçamento Anual e taxas de mercado, observado o disposto no parágrafo único deste artigo;	XXI - deliberar, por proposta da Diretoria Executiva, sobre a obtenção de empréstimos e financiamentos, sempre que o valor for igual ou maior a 2% do Capital Social Integralizado da Companhia, quando demonstrada a compatibilidade com o Plano de Negócios Plurianual, o Orçamento Anual e taxas de mercado, ouvido o Comitê Técnico;	Manutenção do dispositivo do estatuto-CT
Sem correlação anterior	XXII – deliberar, por proposta da Diretoria Executiva, sobre os projetos de investimento em novos negócios, participações em novos empreendimentos, bem como sobre a participação em outras sociedades, aprovação da constituição, encerramento ou alteração de quaisquer sociedades, empreendimentos ou consórcios, desde que previstos no Plano de Negócio;	Melhoria na redação no dispositivo observado a legislação vigente.
Sem correlação anterior	XXIII - Deliberar, previamente, por proposta da Diretoria Executiva, sobre os projetos de investimento em novos negócios, participações em novos empreendimentos, bem como sobre a participação em outras sociedades, aprovação da constituição, encerramento ou alteração de quaisquer sociedades, empreendimentos ou consórcios, não previstos no Plano de Negócio;	Melhoria na redação no dispositivo observado a legislação vigente.
Sem correlação anterior	XXIV - aprovar a contratação de seguro de responsabilidade civil em favor dos membros dos Órgãos Estatutários, empregados, prepostos e mandatários da Companhia;	Competência do CAD em razão da matéria
XXV. (fracionado) discutir, aprovar e monitorar decisões envolvendo práticas de governança corporativa, relacionamento com as partes interessadas, política de gestão de pessoas e código de conduta dos agentes;	XXV - aprovar os Regimentos Internos dos Órgãos Estatutários vinculados ao Conselho, bem como o Código de Conduta e Integridade da Companhia e eventuais alterações;	Melhoria na redação no dispositivo observado a legislação vigente.
Sem correlação anterior	XXVI - aprovar o Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da Companhia e suas alterações;	Melhoria na redação no dispositivo observado a legislação vigente.
Art. 21 XXV. (fracionado) discutir, aprovar e monitorar decisões envolvendo	XXVII – aprovar as políticas de gestão de riscos, a política de transações com	Melhoria na redação no dispositivo observado a

práticas de governança corporativa, relacionamento com as partes interessadas, política de gestão de pessoas e código de conduta dos agentes;	partes relacionadas, a política de negociação de ações de emissão própria, a política de divulgação de informações relevantes, a política de sustentabilidade, a política de distribuição de dividendos, a política de governança corporativa, a política de integridade, a política de gestão de pessoas e suas respectivas alterações, bem como demais políticas e regulamentos, inclusive suas alterações;	legislação vigente.
Art. 21 XXVII. estabelecer política de porta-vozes visando a eliminar risco de contradição entre informações de diversas áreas e as dos executivos da Companhia;	XXVIII - estabelecer política de porta-vozes, visando a eliminar risco de contradição entre informações de diversas áreas e as dos executivos da Companhia;	
Art 21 III. deliberar, previamente à sua celebração, sobre os contratos entre a Companhia e qualquer de seus acionistas ou empresas que sejam controladoras destes, sejam por eles controladas ou estejam sob seu controle comum, observados o disposto no parágrafo único deste artigo , o interesse da Companhia e a exigência de procedimento licitatório;	XXIX – aprovar, com o suporte do Comitê de Auditoria Estatutário, as transações entre partes relacionadas, dentro dos critérios e limites de alçada definidos pela Companhia, atendendo-se os princípios licitatórios, e a Política de Transações com Partes Relacionadas da Companhia;	Melhoria na redação no dispositivo observado a legislação vigente.
Sem correlação anterior	XXX – manifestar-se previamente, atendida sua alçada e competência, sobre qualquer proposta da Diretoria Executiva ou assunto a ser submetido à Assembleia Geral;	Melhoria na redação no dispositivo observado a legislação vigente.
Art. 21 VI. convocar a Assembleia Geral;	XXXI – convocar a Assembleia Geral quando julgar conveniente ou nas hipóteses previstas em lei;	Melhoria na redação no dispositivo observado a legislação vigente.
Sem correlação anterior	XXXII - exercer as funções normativas das atividades da Companhia, podendo avocar para si qualquer assunto que não se compreenda na competência privativa da Assembleia Geral ou da Diretoria Executiva;	Melhoria na redação no dispositivo observado a legislação vigente.
Art. 19 - Compete ao Presidente do Conselho de Administração conceder licença aos seus membros, e a estes conceder licença ao Presidente.	XXXIII - conceder licença ao Diretor-Presidente da Companhia e ao Presidente do Conselho de Administração;	Melhoria na redação no dispositivo observado a legislação vigente.
Sem correlação anterior	XXXIV – constituir comitês para seu assessoramento com atribuições específicas de análise e recomendação sobre determinadas matérias;	Melhoria na redação no dispositivo observado a legislação vigente.
Sem correlação anterior	XXXV - solicitar auditoria interna, anual, por provocação do Comitê de Auditoria, para avaliação da	Melhoria na redação no dispositivo observado a legislação vigente -

	razoabilidade dos parâmetros em que se fundamentam os cálculos atuariais, bem como o resultado atuarial dos planos de benefícios mantidos pelo fundo de pensão;	transcrito o texto da Lei 13.303.
Sem correlação anterior	XXXVI - ratificar a nomeação e destituir o titular da área de Auditoria Interna, após recomendação do Comitê de Auditoria Estatutário;	Medida de defesa
Sem correlação anterior	XXXVII - Destituir o titular da área de Governança, Riscos e Compliance, após recomendação do Comitê de Auditoria Estatutário;	Medida de defesa
Sem correlação anterior	XXXVIII – aprovar e subscrever a Carta Anual de Governança Corporativa e de Políticas Públicas, na forma da lei, divulgando-a ao público;	Atender disposto na Lei 13.303/2016
Sem correlação anterior	XXXIX – aprovar e subscrever a Análise de atendimento das metas e resultados na execução do plano de negócios e da estratégia de longo prazo, devendo publicar suas conclusões e informá-las à Assembleia Legislativa e ao Tribunal de Contas do Paraná, ouvido o Comitê Técnico;	Atender disposto na Lei 13.303/2016
XXV.(fracionado) discutir, aprovar e monitorar decisões envolvendo práticas de governança corporativa, relacionamento com as partes interessadas, política de gestão de pessoas e código de conduta dos agentes;	XL – discutir, aprovar e monitorar decisões envolvendo práticas de governança corporativas;	Melhoria na redação no dispositivo observado a legislação vigente
Sem correlação anterior	XLI – realizar e submeter-se a avaliação anual de seu desempenho;	Melhoria na redação no dispositivo observado a legislação vigente
XXVIII. avaliar, após ouvido o Comitê de Indicação e Avaliação, os Diretores, bem como os membros do Comitê de Auditoria Estatutário e do Comitê Técnico da Companhia;	XLII – avaliar o desempenho de cada membro da Diretoria Executiva, bem como dos membros do Comitê de Auditoria e Comitê Técnico, podendo contar com apoio metodológico e procedimental do Comitê de Indicação e Avaliação;	Melhoria na redação no dispositivo observado a legislação vigente
XI. deliberar, por proposta da Diretoria Executiva, sobre a proposta de destinação dos lucros do exercício, observado o disposto no parágrafo único deste artigo;	XLIII - aprovar, por proposta da Diretoria Executiva e para deliberação em Assembleia Geral Ordinária, a proposta de destinação dos lucros do exercício, ouvido o Comitê Técnico;	Manutenção do dispositivo do estatuto da Sanepar - CT
Art. 21 X. definir lista triíplice de empresas especializadas em avaliação econômica de empresas para a elaboração de laudo de	XLIV - definir lista triíplice de empresas especializadas em avaliação econômica de empresas para a	Manutenção do dispositivo do estatuto

avaliação das ações da Companhia, nos casos de oferta pública de ações para cancelamento de registro de companhia aberta ou para saída do Nível 2 de Governança Corporativa;	elaboração de laudo de avaliação das ações da Companhia, nos casos de oferta pública de ações para cancelamento de registro de companhia aberta ou para saída do Nível 2 de Governança Corporativa;	
XV. encaminhar à Assembleia Geral Extraordinária, proposta de reforma deste Estatuto;	XLV - encaminhar à Assembleia Geral Extraordinária, proposta de reforma deste Estatuto;	Manutenção do dispositivo do estatuto
Art. 21 XX. deliberar, por proposta da Diretoria Executiva, sobre o Plano de Organização da Companhia, observado e disposto no parágrafo único deste artigo;	XLVI - deliberar, por proposta da Diretoria Executiva, sobre o Plano de Organização da Companhia, quando houver acréscimo financeiro e quando se tratar de criação de nova unidade , ouvido o Comitê Técnico;	Manutenção do dispositivo do estatuto - CT
Art. 21 XXIII. deliberar sobre doações a projetos culturais e artísticos, desportivos e paradesportivos, a fundos dos direitos da criança e do adolescente, fundo dos direitos do idoso, ou qualquer outro fundo existente ou que venha a ser criado e que representem deduções de ordem fiscal visando incentivos, desde que devidamente aprovados e enquadrados em leis específicas, quando os valores a serem destinados, por projeto, sejam iguais ou superiores a 0,05% do Capital Social Integralizado da Companhia, por exercício social;	XLVII - deliberar sobre doações a projetos culturais e artísticos, desportivos e paradesportivos, a fundos dos direitos da criança e do adolescente, fundo dos direitos do idoso, ou qualquer outro fundo existente ou que venha a ser criado e que representem deduções de ordem fiscal visando a incentivos, desde que devidamente aprovados e enquadrados em leis específicas, quando os valores a serem destinados, por projeto, sejam iguais ou superiores a 0,05% do Capital Social Integralizado da Companhia, por exercício social;	
XVI. homologar os resultados dos procedimentos licitatórios, adjudicando o objeto ao licitante vencedor, em processos que envolvam valores iguais ou superiores a 0,5% do Capital Social Integralizado da Companhia;	XLVIII - homologar os resultados dos procedimentos licitatórios, adjudicando o objeto ao licitante vencedor, em processos que envolvam valores iguais ou superiores a 0,5% do Capital Social Integralizado da Companhia;	Manutenção do dispositivo do estatuto - RILC
XVII. aprovar as contratações por dispensa, inclusive contratações por emergência, ou inexigibilidade de licitação, em processos que envolvam valores iguais ou superiores 0,1% do Capital Social Integralizado da Companhia;	XLIX - aprovar as contratações por dispensa, inclusive contratações por emergência, ou inexigibilidade de licitação, em processos que envolvam valores iguais ou superiores 0,5% do Capital Social Integralizado da Companhia;	Manutenção do dispositivo do estatuto – limite previsto no RILC
XXIV. deliberar, favorável ou contrariamente, a respeito de qualquer oferta pública de aquisição de ações que tenha por objeto as ações de emissão da Companhia, por meio de parecer prévio fundamentado, divulgado em até 15 (quinze) dias da publicação do edital da oferta pública de aquisição de ações, que	L. deliberar, a respeito de qualquer oferta pública de aquisição de ações que tenha por objeto as ações de emissão da Companhia, por meio de parecer prévio fundamentado, divulgado em até quinze dias da publicação do edital da oferta pública de aquisição de ações, que deverá	

<p>deverá abordar, no mínimo:</p> <p>i) a conveniência e oportunidade da oferta pública de aquisição de ações, quanto ao interesse do conjunto dos acionistas e em relação à liquidez dos valores mobiliários de sua titularidade;</p> <p>ii) as repercussões da oferta pública de aquisição de ações sobre os interesses da Companhia;</p> <p>iii) os planos estratégicos divulgados pelo ofertante em relação à Companhia; e</p> <p>iv) outros pontos que o Conselho de Administração considerar pertinentes, bem como as informações exigidas pelas regras aplicáveis estabelecidas pela CVM;</p>	<p>abordar, no mínimo:</p> <p>i) a conveniência e oportunidade da oferta pública de aquisição de ações, quanto ao interesse do conjunto dos acionistas e em relação à liquidez dos valores mobiliários de sua titularidade;</p> <p>ii) as repercussões da oferta pública de aquisição de ações sobre os interesses da Companhia;</p> <p>iii) os planos estratégicos divulgados pelo ofertante em relação à Companhia; e</p> <p>iv) outros pontos que o Conselho de Administração considerar pertinentes, bem como as informações exigidas pelas regras aplicáveis estabelecidas pela CVM.</p>	
<p>XXI. deliberar, como autoridade superior, e como condição para sua eficácia, qualquer investimento, contratação ou despesa não previstos no Orçamento Anual que, individualmente, represente valores iguais ou superiores a 0,5% do Capital Social Integralizado da Companhia;</p>	<p>LI - deliberar, como autoridade superior, e como condição para sua eficácia, qualquer investimento, contratação ou despesa não previstos no Orçamento Anual que, individualmente, represente valores iguais ou superiores a 0,5% do Capital Social Integralizado da Companhia;</p>	
<p>XXII. ratificar, como autoridade superior, e como condição para sua eficácia, quaisquer decisões de Diretoria, como órgão colegiado, ou de diretores isolada ou conjuntamente, que envolvam valores iguais ou superiores a 0,1% do Capital Social Integralizado da Companhia, sempre que tenham por objeto ou impliquem, ainda que de forma indireta ou reflexa, em:</p> <p>i) obrigações não previstas em contratos;</p> <p>ii) revisão ou realinhamento de preços, inclusive para fins de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro de contratos celebrados pela Companhia, ou</p> <p>iii) celebração de acordos judiciais e extrajudiciais;</p>	<p>LII. ratificar, como autoridade superior, e como condição para sua eficácia, quaisquer decisões de Diretoria, como órgão colegiado, ou de diretores isolada ou conjuntamente, que envolvam valores iguais ou superiores a 0,1% do Capital Social Integralizado da Companhia, sempre que tenham por objeto ou impliquem, ainda que de forma indireta ou reflexa, em:</p> <p>i) obrigações não previstas em contratos;</p> <p>ii) revisão ou realinhamento de preços, inclusive para fins de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro de contratos celebrados pela Companhia, ou</p> <p>iii) celebração de acordos judiciais e extrajudiciais;</p>	
<p>XXIX. fixar as regras para a emissão e cancelamento de certificados de depósitos de ações da Companhia para a formação de units (“Units”);</p>	<p>LIII - fixar as regras para a emissão e cancelamento de certificados de depósitos de ações da Companhia para a formação de units (“Units”);</p>	
<p>XXX. assegurar a observância dos regulamentos vigentes expedidos pela Agência Reguladora do Paraná -</p>	<p>LIV - assegurar a observância dos regulamentos vigentes expedidos pela Agência Reguladora do Paraná -</p>	

AGEPAR, pela via dos respectivos atos normativos, bem como por meio das cláusulas regulamentares constantes dos contratos de concessão/programa de que for signatária a Companhia, assegurando a aplicação integral dos reajustes e das revisões tarifárias que vierem a ser autorizadas, nas respectivas datas-base; e	AGEPAR, pela via dos respectivos atos normativos, bem como por meio das cláusulas regulamentares constantes dos contratos de concessão/programa de que for signatária a Companhia, assegurando a aplicação integral dos reajustes e das revisões tarifárias que vierem a ser autorizadas, nas respectivas datas-base; e	
XXXI. decidir sobre os casos omissos neste Estatuto, com base na legislação em vigor.	LV - deliberar sobre os casos omissos neste Estatuto, com base na legislação em vigor.	
Parágrafo Primeiro — As deliberações relativas aos incisos “III”, “V”, “XI”, “XVIII”, “XIX” e “XX” do caput deste artigo serão obrigatoriamente precedidas de pareceres do Comitê Técnico, nos termos do artigo 22 deste Estatuto, os quais terão caráter consultivo e não vinculante da decisão do Conselho de Administração.	Suprimido	As atribuições do CT constarão em Regimento Interno, além de estar incluído “ouvido o comitê técnico” em cada dispositivo relacionado.
Sem correlação anterior	Parágrafo Primeiro - Poderá o Conselho de Administração delegar à Diretoria Executiva a aprovação dos negócios jurídicos de sua competência em limite de alçada que definir, respeitada a competência privativa prevista em lei.	Melhoria na redação no dispositivo observado a legislação vigente
Parágrafo Segundo - A exclusão ou alteração que vise excluir ou suprimir o direito previsto no inciso “XXX” do caput deste artigo, bem como deste parágrafo segundo, dependerá da aprovação da maioria absoluta das ações preferenciais em assembleia especial de preferencialistas convocada para esse fim.	Parágrafo Segundo - A exclusão ou alteração que vise a excluir ou suprimir o direito previsto no inciso “LIV” do caput deste artigo, bem como deste parágrafo segundo, dependerá da aprovação da maioria absoluta das ações preferenciais em assembleia especial de preferencialistas convocada para esse fim.	Remissão ao inciso correspondente
Art. 19 - Compete ao Presidente do Conselho de Administração conceder licença aos seus membros, e a estes conceder licença ao Presidente.	Art. 38 - Compete ao Presidente do Conselho de Administração conceder licença a seus membros, presidir as reuniões e dirigir os trabalhos, bem como coordenar o processo de avaliação de desempenho de cada conselheiro, do órgão colegiado e de seus comitês, nos termos deste Estatuto.	Melhoria na redação no dispositivo observado a legislação vigente
SEÇÃO II DA DIRETORIA	SEÇÃO II DIRETORIA	
--	Composição, mandato e investidura	
Sem correlação anterior	Art. 39 - A Diretoria é o órgão executivo de administração e	Melhoria na redação no dispositivo observado a

	representação, cabendo-lhe assegurar o funcionamento regular da Companhia em conformidade com a orientação geral traçada pelo Conselho de Administração.	legislação vigente.
Art. 26 - A Diretoria Executiva será constituída por 8 (oito) diretores, residentes no país, eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração, com mandato unificado de 2 (dois) anos permitidas, no máximo, 3 (três) reconduções consecutivas, sendo: Diretor-Presidente, Diretor Financeiro e de Relações com Investidores, Diretor de Operações, Diretor Administrativo, Diretor Comercial, Diretor de Investimentos, Diretor de Meio Ambiente e Ação Social e Diretor Jurídico. § 1º A Companhia poderá ter, ainda, 1 (um) Diretor Adjunto, vinculado à Diretoria Financeira e de Relações com Investidores, eleito pelo Conselho de Administração e sem atribuições de administração.	Art. 40 – A Diretoria Executiva será constituída por oito Diretores Executivos , residentes no País, eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração, com mandato unificado de 2 (dois) anos, permitidas, no máximo, 3 (três) reconduções consecutivas, sendo: Diretor-Presidente; Diretor Financeiro e de Relações com Investidores, Diretor de Operações, Diretor Administrativo, Diretor Comercial, Diretor de Investimentos, Diretor de Meio Ambiente e Ação Social e Diretor Jurídico. § 1º A Companhia poderá ter, ainda, um Diretor Adjunto, vinculado à Diretoria Financeira e de Relação com Investidores, o qual será eleito pelo Conselho de Administração, cuja atribuições não serão de natureza executiva e constarão de Regimento Interno da Diretoria.	Melhoria na redação no dispositivo observado a legislação vigente Já mencionamos prazo na seção de órgãos estatutários.
Sem correlação anterior	§ 2º É condição para investidura em cargo de Diretoria Executiva da Companhia a assunção de compromisso com metas e resultados específicos a serem alcançados, que deverá ser aprovado pelo Conselho de Administração, a quem incumbe fiscalizar seu cumprimento, mediante auxílio do Comitê de Indicação e Avaliação.	Melhoria na redação no dispositivo observado a legislação vigente
Sem correlação anterior	§ 3º A investidura de membros da Diretoria observará as condições estabelecidas na Política de Indicação da Companhia e na legislação vigente.	Melhoria na redação no dispositivo observado a legislação vigente Requisito Programa Destaque em Governança - Art. 32.
Sem correlação anterior	Art. 41 - A Diretoria Executiva deverá apresentar, até a última reunião ordinária do Conselho de Administração do ano anterior, a quem compete sua aprovação: I - plano de negócios para o exercício	Melhoria na redação no dispositivo observado a legislação vigente

	<p>anual seguinte;</p> <p>II - estratégia de longo prazo atualizada com análise de riscos e oportunidades para, no mínimo, os próximos cinco anos.</p>	
<p>Art. 30 - Observado o disposto nos artigos precedentes, são atribuições dos membros da Diretoria:</p> <p>I - Do Diretor-Presidente:</p>	<p>Art. 42 - São atribuições do Diretor-Presidente, além das previstas em Regimento Interno:</p>	<p>Melhoria na redação no dispositivo observado a legislação vigente</p>
<p>Sem correlação anterior</p>	<p>I – dirigir e coordenar a Companhia;</p>	<p>Melhoria na redação no dispositivo observado a legislação vigente</p>
<p>h) representar a Companhia em juízo e fora dele, ativa e passivamente;</p>	<p>II - representar a Companhia, ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, podendo constituir para esse fim, procurador com poderes especiais, inclusive poderes para receber citações iniciais e notificações, observado o artigo 51 deste Estatuto;</p>	<p>Melhoria na redação no dispositivo observado a legislação vigente. Remissão ao artigo correspondente.</p>
<p>Sem correlação anterior</p>	<p>III – dirigir e coordenar os assuntos relacionados ao planejamento e desempenho empresarial;</p>	<p>Melhoria na redação no dispositivo observado a legislação vigente</p>
<p>Sem correlação anterior</p>	<p>IV - zelar para o atingimento das metas da Companhia, estabelecidas de acordo com as orientações gerais da Assembleia Geral e do Conselho de Administração;</p>	<p>Melhoria na redação no dispositivo observado a legislação vigente</p>
<p>Sem correlação anterior</p>	<p>V - apresentar à Assembleia Geral Ordinária o relatório anual dos negócios da Companhia, ouvido o Conselho de Administração;</p>	<p>Melhoria na redação no dispositivo observado a legislação vigente</p>
<p>Sem correlação anterior</p>	<p>VI – coordenar e acompanhar os trabalhos da Diretoria Executiva;</p>	<p>Melhoria na redação no dispositivo observado a legislação vigente</p>
<p>a) convocar e presidir as reuniões da Diretoria Executiva;</p>	<p>VII – convocar e presidir as reuniões da Diretoria Executiva;</p>	<p>Melhoria na redação no dispositivo observado a legislação vigente</p>
<p>Sem correlação anterior</p>	<p>VIII – conceder licença aos demais membros da Diretoria Executiva, inclusive a título de férias;</p>	<p>Melhoria na redação no dispositivo observado a legislação vigente</p>
<p>Sem correlação anterior</p>	<p>IX – resolver questões de conflito de interesse ou conflito de competência entre Diretorias,</p>	<p>Melhoria na redação no dispositivo observado a legislação vigente</p>
<p>b) propor matérias ao Conselho de Administração;</p>	<p>X) propor matérias para deliberação do Conselho de Administração;</p>	
<p>d) acompanhar a programação executiva e a avaliação final dos resultados;</p>	<p>XI) acompanhar a programação executiva, a avaliação final dos resultados e o desempenho dos demais diretores;</p>	

e) desenvolver e coordenar a política de comunicação social;	XII) desenvolver e coordenar a política de comunicação social;	
f) representar a Companhia perante o poder concedente e empresas afins;	XIII) representar a Companhia perante o poder concedente e empresas afins;	
g) representar a Companhia perante outras empresas congêneres do setor de saneamento para o estabelecimento de políticas conjuntas;	XIV) representar a Companhia perante outras empresas congêneres do setor de saneamento para o estabelecimento de políticas conjuntas;	
i) apresentar o relatório anual de administração da Companhia ao Conselho de Administração e à Assembleia Geral Ordinária;	XV) apresentar o relatório anual da administração da Companhia ao Conselho de Administração e à Assembleia Geral Ordinária;	
j) coordenar a elaboração do Plano Diretor de Saneamento da Companhia elaborado pelos Diretores de Operações e de Investimentos, bem como acompanhar a aplicação das metas estabelecidas, promovendo sua constante atualização;	XVI) coordenar a elaboração do Plano Diretor de Saneamento da Companhia elaborado pelos Diretores de Operações e de Investimentos, bem como acompanhar a aplicação das metas estabelecidas, promovendo sua constante atualização;	
k) propor metas, instrumentos normativos e decisórios que definam as políticas de planejamento do sistema de saneamento da Companhia;	XVII) propor metas, instrumentos normativos e decisórios que definam as políticas de planejamento do sistema de saneamento da Companhia;	
l) coordenar, em conjunto com o Diretor de Operações, a contratação de empresa de serviços de saneamento básico, visando adquirir novas tecnologias operacionais para a Companhia;	XVIII) coordenar, em conjunto com o Diretor de Operações, a contratação de empresa de serviços de saneamento básico, visando a adquirir novas tecnologias operacionais para a Companhia;	
m) definir as diretrizes da política da Companhia referente a licitações e contratos para o fornecimento de bens, serviços e obras;	XIX) definir as diretrizes da política da Companhia referente a licitações e contratos para o fornecimento de bens, serviços e obras;	
n) nomear, em conjunto com o Diretor Administrativo, as comissões de licitação;	XX) nomear, em conjunto com o Diretor Administrativo, as comissões de licitação e pregoeiros;	Melhoria na redação
o) prospectar e coordenar, em conjunto com o Diretor Financeiro e de Relações com Investidores, as atividades inerentes a projetos financiados por entidades e organismos internacionais;	XXI) prospectar e coordenar, em conjunto com o Diretor Financeiro e de Relações com Investidores, as atividades inerentes a projetos financiados por entidades e organismos internacionais;	
p) propor ao Conselho de Administração, em conjunto com o Diretor da área interessada, e mediante parecer do Diretor Financeiro e de Relações com Investidores, a criação e a extinção de cargos na estrutura da Companhia;	XXII) propor ao Conselho de Administração, em conjunto com o Diretor da área interessada, e mediante parecer do Diretor Financeiro e de Relações com Investidores, a criação e a extinção de cargos na estrutura da Companhia.	
Art. 30 - Observado o disposto nos artigos precedentes , são atribuições dos membros	Art. 43 - São atribuições dos demais Diretores Executivos:	Melhoria na redação no dispositivo observado a

da Diretoria:		legislação vigente
Sem correlação anterior	I - gerir as atividades da sua área de atuação;	Melhoria na redação no dispositivo observado a legislação vigente
Sem correlação anterior	II - participar das reuniões da Diretoria Executiva, concorrendo para a definição das políticas a serem seguidas pela Companhia;	Melhoria na redação no dispositivo observado a legislação vigente
Sem correlação anterior	III - cumprir e fazer cumprir a orientação geral dos negócios da Companhia estabelecida pelo Conselho de Administração na gestão de sua área específica de atuação.	Melhoria na redação no dispositivo observado a legislação vigente
Art. 29 § 2º - Compete a Diretoria Colegiada, respeitada as competências da Assembleia Geral, Conselho de Administração, deliberar sobre negócios jurídicos, sempre que o valor envolvido for igual ou maior a 0,05%, e menor que 0,5% do Capital Social Integralizado da Companhia;	§ 1º Deliberar previamente à celebração de quaisquer negócios jurídicos sempre que o valor for menor a 0,5% do Capital Social Integralizado da Companhia, incluindo a aquisição, alienação ou oneração de ativos, a assunção de obrigações em geral, renúncia, transação e ainda a associação com outras pessoas jurídicas.	Melhoria na redação no dispositivo observado a legislação vigente
Sem correlação anterior	§ 2º Deliberar, por proposta da Diretoria Executiva, sobre a obtenção de empréstimos e financiamentos, sempre que o valor for menor a 2% do Capital Social Integralizado da Companhia, quando demonstrada a compatibilidade com o Plano de Negócios Plurianual, o Orçamento Anual e taxas de mercado.	Melhoria na redação no dispositivo observado a legislação vigente
Art. 29 § 3º - Compete a 2 (dois) ou mais Diretores, em conjunto, sendo obrigatoriamente um deles o Diretor-Presidente, respeitada as competências da Assembleia Geral, Conselho de Administração e Diretoria Colegiada, deliberar sobre negócios jurídicos, sempre que o valor envolvido for igual ou maior a 0,02%, e menor que 0,05% do Capital Social Integralizado da Companhia;	§ 3º Compete a dois ou mais Diretores Executivos, em conjunto, sendo obrigatoriamente um deles o Diretor-Presidente, respeitada as competências da Assembleia Geral, Conselho de Administração, e Diretoria Colegiada, deliberar sobre negócios jurídicos, sempre que o valor envolvido for igual ou maior a 0,02%, e menor que 0,05% do Capital Social Integralizado da Companhia.	
Art. 29 § 4º - Compete ao Diretor, individualmente e desde que dentro das atribuições estatutárias de sua respectiva diretoria, respeitada as competências da Assembleia Geral, Conselho de Administração e Diretoria Colegiada, bem como da alçada atribuída a 2 (dois) ou	§ 4º Compete ao Diretor Executivo, individualmente e desde que dentro das atribuições estatutárias de sua respectiva diretoria, respeitada as competências da Assembleia Geral, Conselho de Administração e Diretoria Colegiada, bem como da alçada	

mais Diretores em conjunto, deliberar sobre negócios jurídicos sempre que o valor envolvido for inferior a 0,02% do Capital Social Integralizado da Companhia;	atribuída a dois ou mais Diretores Executivos em conjunto, deliberar sobre negócios jurídicos sempre que o valor envolvido for inferior a 0,02% do Capital Social Integralizado da Companhia.	
Sem correlação anterior	§ 5º Além das atribuições estabelecidas no presente Estatuto, compete a cada diretor executivo assegurar a cooperação e o apoio aos demais diretores no âmbito de suas respectivas competências, visando à consecução dos objetivos e interesses da Companhia.	Melhoria na redação no dispositivo observado a legislação vigente
Sem correlação anterior	§ 6º Os Diretores Executivos exercerão seus cargos na Companhia, permitido o exercício concomitante e não remunerado em cargos de administração das subsidiárias integrais e controladas.	Melhoria na redação no dispositivo observado a legislação vigente
Art. 29 – Compete à Diretoria Executiva a gestão corrente dos negócios da Companhia, obedecidos o Plano de Organização, o Plano de Negócios Plurianual e o Orçamento Anual elaborados e aprovados de acordo com este Estatuto.	Suprimido	Constará em Regimento Interno
§ 6º – O Plano de Negócios Plurianual da Companhia conterá os planos e as projeções até o final do exercício financeiro de 2021, devendo ser revisado e atualizado a cada ano, e abordará em detalhe: a) as atividades e estratégias da Companhia, incluindo qualquer projeto para construção ou expansão de instalações; b) os novos investimentos e oportunidades de negócios, incluindo em controladas e coligadas da Companhia; c) os valores a serem investidos ou de outra forma contribuídos a partir de recursos próprios ou de terceiros e o respectivo cronograma físico-financeiro ou de embolsos e desembolsos; e d) as taxas de rentabilidade a serem obtidas, esperadas ou geradas pela Companhia.	Suprimido	Constará em Regimento Interno
§ 7º – O Orçamento Anual da Companhia refletirá o Plano de Negócios Plurianual, e	Suprimido	Constará em Regimento Interno

deverá detalhar as receitas, despesas operacionais, os custos e investimentos, o fluxo de caixa, as fontes de recursos e outros dados que a Administração considerar necessários;		
§ 8º O Plano de Organização, o Plano de Negócios Plurianual e o Orçamento Anual de funcionamento e de investimentos, serão elaborados pela Diretoria Executiva, sob a coordenação do Diretor Financeiro e de Relações com Investidores e do Diretor de Investimentos, em conjunto, e submetidos, acompanhados da manifestação do Comitê Técnico, à aprovação do Conselho de Administração;	Suprimido	Constará em Regimento Interno
§ 9º As movimentações bancárias da Companhia, os endossos e aceites cambiais, serão efetuados pela assinatura conjunta do Diretor Presidente e do Diretor Financeiro e de Relações com Investidores, permitida a delegação de poderes a procuradores, preferencialmente entre os membros da Diretoria Executiva;	Suprimido	Constará em Regimento Interno
§ 10º Os contratos e demais atos bilaterais a serem celebrados pela Companhia, cujos valores sejam iguais ou superiores a 0,02% do Capital Social Integralizado da Companhia, serão obrigatoriamente firmados por 2 (dois) ou mais Diretores, sendo necessariamente um deles o Diretor Presidente ou Diretor por este expressamente designado e outro o Diretor da respectiva área a que a matéria se referir;	Suprimido	Constará em Regimento Interno
§ 11º Os contratos e demais atos bilaterais a serem celebrados pela Companhia, cujos valores sejam inferiores a 0,02% do Capital Social Integralizado da Companhia, poderão ser firmados exclusivamente pelo Diretor da Área afeta ao contrato na Companhia;	Suprimido	Constará em Regimento Interno
§ 12º Os mandatos em nome da Companhia deverão ser outorgados sempre a termo, por dois diretores em conjunto, sendo necessariamente um deles o Diretor Presidente e outro o Diretor Executivo da respectiva área a que a matéria se submeter;	Suprimido	Constará em Regimento Interno
Art. 30 - Observado o disposto nos artigos precedentes, são atribuições dos membros da Diretoria:	Art. 44 – Observado o disposto nos artigos precedentes, são atribuições básicas dos membros da Diretoria	Melhoria na redação

	Executiva:	
II - Do Diretor Financeiro e de Relações com Investidores:	I – Do Diretor Financeiro e de Relações com Investidores:	Manutenção do dispositivo do estatuto, com atribuições básicas.
<p>a) planejar, coordenar e orientar as atividades econômico-financeiras, propondo diretrizes e normas para a sua execução;</p> <p>b) promover o acompanhamento do orçamento da Companhia, de acordo com os planos e programas estabelecidos;</p> <p>c) gerenciar a arrecadação das receitas operacionais;</p> <p>d) promover a captação de recursos financeiros, quando necessários;</p> <p>e) administrar a aplicação dos recursos financeiros;</p> <p>f) efetuar o pagamento dos compromissos financeiros assumidos pela Companhia, observando as formalidades legais, administrativas, orçamentárias e contratuais, interagindo com os demais órgãos da empresa e com as partes envolvidas;</p> <p>g) elaborar as demonstrações contábeis;</p> <p>h) empreender, em conjunto com o Diretor Administrativo, estudos e propor alternativas que objetivem o equilíbrio econômico-financeiro dos planos de benefício previdenciário e de assistência à saúde patrocinados pela Companhia;</p> <p>i) coordenar a elaboração, em conjunto com o Diretor de Investimentos, do Orçamento Anual e do Plano de Negócios Plurianual da Companhia;</p> <p>j) prospectar e coordenar, em conjunto com o Diretor Presidente, as atividades inerentes a projetos financiados por entidades e organismos internacionais; e</p> <p>k) disponibilizar a estrutura de suporte necessária ao funcionamento do Conselho Fiscal da Companhia.</p> <p>l) administrar a política acionária da Companhia;</p> <p>m) administrar e orientar o relacionamento e comunicação entre os acionistas, BM&FBOVESPA e Comissão de Valores Mobiliários - CVM;</p>	<p>a) Planejar, coordenar e orientar as atividades econômico-financeiras, acompanhar o orçamento e elaborar as demonstrações contábeis, bem como administrar a Política Acionária da Companhia.</p>	As atribuições detalhadas constarão em Regimento Interno

<p>n) coordenar as diretrizes e normas para as Relações com o Mercado;</p> <p>o) promover e administrar a valorização das ações da Companhia, através da permanente divulgação de informações ao mercado financeiro, pertinentes às operações da Companhia;</p> <p>p) promover a política de divulgação de Ato ou Fato Relevante da Companhia; e</p> <p>q) ter sob sua subordinação hierárquica o Diretor Adjunto.</p>		
<p>III - Do Diretor de Operações:</p>	<p>II – Do Diretor de Operações:</p>	<p>Manutenção do dispositivo do estatuto, com atribuições básicas.</p>
<p>a) planejar, coordenar e manter o controle das atividades de operação, manutenção e modernização do sistema de saneamento;</p> <p>b) promover a orientação normativa aos órgãos da Companhia em sua área de atuação;</p> <p>c) orientar e acompanhar a elaboração e implantação de normas, métodos e rotinas operacionais, de acordo com as metas estabelecidas;</p> <p>d) propor à Diretoria a celebração de contratos de parcerias com outras empresas de saneamento;</p> <p>e) acompanhar as atividades da área no que se refere à sua participação no programa de expansão;</p> <p>f) operar e manter o serviço de saneamento;</p> <p>g) estudar e promover a introdução de novas tecnologias e serviços na Companhia;</p> <p>h) executar, em conjunto com o Diretor de Investimentos, o Plano Diretor de Saneamento da Companhia;</p> <p>i) planejar e coordenar as atividades de comercialização dos serviços;</p> <p>j) realizar análise do mercado visando a melhoria da qualidade dos serviços existentes;</p> <p>k) comercializar os serviços e suas facilidades, administrando o faturamento dos serviços prestados, efetuando o planejamento do desenvolvimento dos serviços e operacionalizando sua implementação;</p> <p>l) planejar a expansão do sistema de</p>	<p>a) Planejar, coordenar e manter o controle das atividades de operação, manutenção, comercialização, expansão e modernização do sistema de abastecimento de água e esgotamento sanitário da Companhia.</p>	<p>As atribuições detalhadas constarão em Regimento Interno</p>

<p>saneamento da Companhia;</p> <p>m) relacionar-se comercialmente com o consumidor final e efetuar venda dos serviços de água e esgotamento sanitário e demais serviços correlatos;</p> <p>n) acompanhar e supervisionar o atendimento aos usuários em suas solicitações;</p> <p>o) planejar, em conjunto com os diretores de Investimentos e Comercial, a expansão dos serviços de saneamento da Companhia; e</p> <p>p) coordenar, em conjunto com o Diretor-Presidente, a contratação de empresa de serviços de saneamento básico, visando adquirir novas tecnologias operacionais para a Companhia.</p>		
<p>IV - Do Diretor Administrativo:</p>	<p>III – Do Diretor Administrativo:</p>	<p>Manutenção do dispositivo do estatuto, com atribuições básicas.</p>
<p>a) coordenar o desenvolvimento de estudos de caráter organizacional, prestando assessoramento específico para a solução de problemas administrativos a todas as áreas da empresa;</p> <p>b) planejar e coordenar a aquisição de bens, equipamentos, serviços e obras, promovendo os respectivos procedimentos licitatórios;</p> <p>e) nomear, em conjunto com o Diretor-Presidente, as comissões de licitação;</p> <p>d) proceder ao recebimento, o armazenamento e a distribuição de materiais e efetuar o controle de estoque;</p> <p>e) administrar os serviços de transporte da empresa, buscando dar atendimento às necessidades de locomoção de pessoal, equipamentos e cargas em geral;</p> <p>f) planejar, coordenar e orientar o apoio administrativo referente a administração, manutenção e conservação de prédios;</p> <p>g) planejar, coordenar e executar as atividades relativas a administração de pessoal;</p> <p>h) promover e estimular a formação, o treinamento e o aperfeiçoamento de recursos humanos;</p>	<p>a) planejar, coordenar e gerir as soluções administrativas e de infraestrutura, promover a aquisição de bens, equipamentos, materiais, serviços e obras, nos moldes da legislação vigente aplicável às compras e contratações públicas, a contratação e gestão de pessoas, a gestão e destinação de bens patrimoniais, a gestão e manutenção de TI. Em conjunto com o Diretor Financeiro e de Relações com os Investidores, promover estudos dos planos previdenciário e assistencial patrocinados pela Companhia.</p>	<p>As atribuições detalhadas constarão em Regimento Interno</p>

<p>i) elaborar, em conjunto com o Diretor Financeiro e de Relações com Investidores, estudos e propor alternativas que objetivem o equilíbrio econômico-financeiro dos planos de benefício previdenciário e assistência à saúde patrocinados pela Companhia;</p> <p>j) desenvolver sistemas de organização e métodos;</p> <p>k) gerir e manter os recursos de informática da Companhia.</p>		
<p>VI - Do Diretor de Investimentos:</p>	<p>IV – Do Diretor de Investimentos:</p>	<p>Manutenção do dispositivo do estatuto, com atribuições básicas.</p>
<p>a) planejar, coordenar e manter o controle das atividades de projetos e implantação do sistema de saneamento;</p> <p>b) programar, coordenar e controlar as atividades referentes à execução dos projetos e do orçamento de investimentos;</p> <p>c) propor a especificação técnica dos equipamentos, materiais, serviços e mão-de-obra para os planos de expansão, mantendo uma estrutura de análise de custos de engenharia;</p> <p>d) elaborar e gerenciar os contratos e promover a execução das obras necessárias à prestação dos serviços de saneamento, inclusive pré- operação;</p> <p>e) planejar, em conjunto com os Diretores de Operações e Comercial, a expansão dos serviços de saneamento da Companhia; e</p> <p>f) coordenar a elaboração, em conjunto com o Diretor Financeiro e de Relações com Investidores, do Orçamento Anual e do Plano de Negócios Plurianual da Companhia.</p>	<p>a) Elaborar projetos, captar recursos externos para os investimentos e implantar as obras da Sanepar.</p>	<p>As atribuições detalhadas constarão em Regimento Interno</p>
<p>VII - Do Diretor de Meio Ambiente e Ação Social:</p>	<p>V – Do Diretor de Meio Ambiente e Ação Social:</p>	<p>Manutenção do dispositivo do estatuto, com atribuições básicas.</p>
<p>a) contribuir para a implantação da política estadual de meio ambiente em conjunto com os órgãos estaduais e federais;</p> <p>b) propor instrumentos de controle e monitoramento da qualidade do produto, e</p>	<p>a) Fazer a gestão ambiental e de recursos hídricos da companhia, planejando e propondo instrumentos de controle e monitoramento da qualidade dos efluentes e resíduos, normatizando condutas e incentivando medidas para</p>	<p>As atribuições detalhadas constarão em Regimento Interno</p>

<p>medidas para eventuais adequações;</p> <p>c) planejar, coordenar e manter o controle das atividades e ações de interesse ambiental, social, de pesquisa e da qualidade;</p> <p>d) promover a orientação normativa na Companhia em suas áreas de atuação;</p> <p>e) desenvolver e coordenar as políticas ambiental, social, de pesquisa e da qualidade;</p> <p>f) propor à diretoria a celebração de contratos, convênios e acordos de cooperação com instituições públicas e privadas, nacionais e internacionais, dentro de suas áreas de atuação;</p> <p>g) elaborar e propor o plano de ações e metas ambientais da Companhia visando à adequação das atividades da empresa à legislação ambiental vigente;</p> <p>h) promover a gestão ambiental e de recursos hídricos da Companhia;</p> <p>i) coordenar e gerenciar os processos de pesquisa e desenvolvimento executados pela Companhia;</p> <p>j) coordenar com as diretorias afins, os programas de implementação da inovação tecnológica;</p> <p>k) definir e coordenar as estratégias para implementação do processo de educação e formação ambiental, interna e externamente à Companhia;</p> <p>l) definir em conjunto com as demais diretorias, diretrizes para implementação do planejamento ambiental estratégico;</p> <p>m) propor instrumentos de controle e monitoramento da qualidade ambiental, dos efluentes e da gestão de recursos hídricos; e</p> <p>n) implantar e gerenciar o sistema de informações ambientais da Companhia.</p>	<p>eventuais adequações ambientais, coordenar e manter o controle das atividades e ações de interesse sócio ambiental, definindo planos de ações, metas ambientais e estratégias para implementação do processo de educação e formação ambiental, interna e externamente.</p>	
<p>VIII - Do Diretor Jurídico:</p>	<p>VI – Do Diretor Jurídico:</p>	<p>Manutenção do dispositivo do estatuto, com atribuições básicas.</p>
<p>a) dar a orientação jurídica superior e final à Companhia; e</p> <p>b) planejar, propor e implantar políticas e atuações da Companhia em matéria jurídica; supervisionar e coordenar os serviços jurídicos da</p>	<p>a) Dar a orientação jurídica superior e final à Companhia.</p>	<p>As atribuições detalhadas constarão em Regimento Interno</p>

<p>Companhia. Parágrafo Único — Caberá ao Diretor-Presidente designar, formalmente e por escrito, dentre os demais diretores, quem o substituirá em suas ausências e impedimentos.</p>		
<p>V - Do Diretor Comercial:</p>	<p>VII – Do Diretor Comercial:</p>	<p>Manutenção do dispositivo do estatuto, com atribuições básicas.</p>
<p>a) gerir os contratos de concessão; b) formular e implementar o plano de marketing relacionado às atividades de fornecimento de água e esgotamento sanitário e sua comercialização; c) desenvolver programas e ações junto a consumidores, no sentido de melhor aproveitamento da utilização da água fornecida; d) realizar análise do mercado, visando a melhoria da qualidade dos serviços existentes; e) prospectar e desenvolver novos negócios; f) coordenar, dirigir e gerenciar estudos em projetos estratégicos e parcerias em empreendimentos não relacionados diretamente ao objeto principal da Companhia; e g) buscar novos clientes e implementar medidas visando evitar a evasão dos atuais.</p>	<p>a) Gerir e negociar os contratos de concessão/programa junto aos titulares dos serviços, mantendo e ampliando o mercado de atuação, bem como planejar, desenvolver e controlar os processos comerciais, melhorando a qualidade dos serviços, fortalecendo o relacionamento com os clientes e prospectando novos modelos sustentáveis de negócios à Companhia.</p>	<p>As atribuições detalhadas constarão em Regimento Interno</p>
<p>IX - Do Diretor Adjunto: a) atuar no desenvolvimento da política acionária da Companhia; b) atuar no planejamento das políticas e práticas de relacionamento e comunicação entre os acionistas, BM&FBOVESPA e Comissão de Valores Mobiliários - CVM; c) participar na elaboração de estudos e de propostas de diretrizes e normas para as Relações com o Mercado; d) desenvolver práticas e condutas voltadas à promoção da valorização das ações da Companhia, por meio da permanente divulgação de informações ao mercado financeiro, pertinentes às operações da Companhia; e) atuar no desenvolvimento e na</p>	<p style="text-align: center;">Suprimido</p>	<p>As atribuições do Diretor Adjunto constarão em Regimento Interno</p>

administração da política de divulgação de Ato ou Fato Relevante da Companhia.		
Sem correlação anterior	Parágrafo Único - As atribuições individuais de cada Diretor constarão e serão detalhadas no Regimento Interno da Diretoria, o qual deverá ser aprovado pelo Conselho de Administração.	Exclusão das atribuições detalhadas do estatuto
	Vacância, substituições e licenças	
Parágrafo Único - Fica facultado ao Conselho de Administração indicar, a qualquer tempo, os respectivos substitutos de cada diretor por outro diretor, em seus impedimentos temporários.	Art. 45 - Nas vacâncias, ausências ou impedimentos temporários de qualquer diretor executivo, o Diretor-Presidente designará outro membro da Diretoria Executiva para cumular as funções.	Melhoria na redação no dispositivo observado a legislação vigente
Sem correlação anterior	§ 1º - Nas suas ausências e impedimentos temporários, o Diretor-Presidente será substituído pelo diretor executivo por ele indicado e, se não houver indicação, pelo diretor executivo responsável pela área financeira e de relações com investidores.	Melhoria na redação no dispositivo observado a legislação vigente
Sem correlação anterior	§ 2º - Os diretores executivos não poderão se afastar do cargo por mais de trinta dias consecutivos, salvo em caso de licença médica ou nas hipóteses autorizadas pelo Conselho de Administração.	Melhoria na redação no dispositivo observado a legislação vigente
Sem correlação anterior	§ 3º - Os diretores executivos poderão solicitar ao Conselho de Administração afastamento por licença não remunerada, desde que por prazo não superior a três meses, a qual deverá ser registrada em ata.	Melhoria na redação no dispositivo observado a legislação vigente
Art. 27 - Ocorrendo vaga, renúncia, licença ou impedimento, superior a 30 (trinta) dias, de qualquer dos membros da Diretoria Executiva, o Conselho de Administração deverá reunir-se extraordinariamente em, no máximo, 15 (quinze) dias, para eleger o Diretor substituto.	Art. 46 - Em caso de falecimento, renúncia ou impedimento definitivo de qualquer membro da Diretoria Executiva, caberá ao Conselho de Administração, dentro de trinta dias da ocorrência da vaga, eleger o substituto, que completará o mandato do substituído. §1º - Até que se realize a eleição, poderá a Diretoria Executiva designar um diretor executivo como substituto provisório. §2º - A eleição prevista no §1º poderá	Melhoria na redação no dispositivo observado a legislação vigente

	ser dispensada se a vaga ocorrer no ano em que deva terminar o mandato da Diretoria Executiva em exercício.	
--	SEÇÃO III DIRETORIA COLEGIADA	
--	Funcionamento	
Art. 28 - A Diretoria Executiva reunir-se-á, ordinariamente, pelo menos uma vez por mês, e, extraordinariamente, sempre que convocada pelo Diretor-Presidente ou por 2 (dois) Diretores, mediante aviso com antecedência mínima de 2 (dois) dias, o qual será dispensado no caso de estarem presentes todos os Diretores.	Art. 47- A Diretoria Executiva reunir-se-á ordinariamente, na sede da Companhia, obrigatoriamente de forma mensal e preferencialmente de forma semanal e, extraordinariamente, sempre que necessário, por convocação do Diretor-Presidente ou de outros dois diretores executivos	Melhoria na redação no dispositivo observado a legislação vigente
Art. 28 Parágrafo Único - A Diretoria Executiva deliberará validamente com a presença mínima de 5 (cinco) de seus membros. As deliberações serão tomadas pela maioria de votos dos Diretores presentes, cabendo ao Diretor-Presidente, em caso de empate, o voto de qualidade. A cada Diretor presente conferir-se-á o direito a um único voto, mesmo na hipótese de eventual acumulação de diretorias. Não será admitido o voto por representação.	§ 1º As reuniões da Diretoria Executiva serão instaladas com a presença de metade dos diretores executivos em exercício, considerando-se aprovada a matéria que obtiver a concordância da maioria dos presentes. No caso de empate, prevalecerá a proposta que contar com o voto do diretor executivo que estiver presidindo a reunião.	Melhoria na redação no dispositivo observado a legislação vigente
Art. 28 (Fracionado e sem modificações)	§ 2º A cada diretor executivo presente conferir-se-á o direito a um único voto, mesmo na hipótese de eventual acumulação de funções de Diretores Executivos. Não será admitido o voto por representação.	Melhoria na redação no dispositivo observado a legislação vigente
Sem correlação anterior	§ 3º As deliberações da Diretoria Executiva constarão de ata lavrada e assinada por todos os presentes.	Melhoria na redação no dispositivo observado a legislação vigente
Sem correlação anterior	Art. 48 - Fica facultada, se necessária, a participação não presencial dos diretores executivos, nas reuniões ordinárias e extraordinárias, mediante tecnologia de informação disponível que possa assegurar a participação efetiva e a autenticidade do seu voto. Nesta hipótese, o diretor executivo que participar remotamente será considerado presente à reunião, e seu voto válido para todos os efeitos legais e incorporado à ata da referida reunião.	Melhoria na redação no dispositivo observado a legislação vigente
Sem correlação anterior	Art. 49 - As reuniões da Diretoria	Melhoria na redação no

	Executiva serão secretariadas pela Gerência de Governança, Riscos e Compliance.	dispositivo observado a legislação vigente
Sem correlação anterior	Atribuições	Melhoria na redação no dispositivo observado a legislação vigente
Sem correlação anterior	Art. 50 - Além das atribuições definidas em lei compete à Diretoria Executiva:	Melhoria na redação no dispositivo observado a legislação vigente
Sem correlação anterior	I – gerir os negócios da Companhia de forma sustentável, considerando os fatores econômicos, sociais, ambientais e mudança do clima, bem como os riscos e oportunidades relacionados, em todas as atividades sob sua responsabilidade;	Melhoria na redação no dispositivo observado a legislação vigente
Sem correlação anterior	II – cumprir e fazer cumprir o Estatuto Social da Companhia e as deliberações da Assembleia Geral e do Conselho de Administração.	Melhoria na redação no dispositivo observado a legislação vigente
Sem correlação anterior	III – elaborar e submeter à aprovação do Conselho de Administração:	Melhoria na redação no dispositivo observado a legislação vigente
Sem correlação anterior	a) as bases e diretrizes para a elaboração do plano estratégico, bem como dos programas anuais e plurianuais;	Melhoria na redação no dispositivo observado a legislação vigente
Sem correlação anterior	b) o plano estratégico, metas e índices, bem como os respectivos planos plurianuais e programas anuais de dispêndios e de investimentos da Companhia com os respectivos projetos;	Melhoria na redação no dispositivo observado a legislação vigente
Sem correlação anterior	c) o orçamento da Companhia, com a indicação das fontes e aplicações dos recursos bem como suas alterações;	Melhoria na redação no dispositivo observado a legislação vigente
Sem correlação anterior	d) os projetos de investimento em novos negócios, participações em novos empreendimentos, bem como sobre a participação em outras sociedades, aprovação da constituição, encerramento ou alteração de quaisquer sociedades, empreendimentos ou consórcios;	Melhoria na redação no dispositivo observado a legislação vigente
Sem correlação anterior	e) a avaliação do resultado de desempenho das atividades da Companhia;	Melhoria na redação no dispositivo observado a legislação vigente
Sem correlação anterior	f) trimestralmente, os relatórios da Companhia acompanhados das demonstrações financeiras;	Melhoria na redação no dispositivo observado a legislação vigente
Sem correlação anterior	g) anualmente, o relatório da	Melhoria na redação no

	administração, acompanhado do balanço patrimonial e demais demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas, com o parecer dos auditores independentes e do conselho fiscal e a proposta de destinação do resultado do exercício;	dispositivo observado a legislação vigente
Sem correlação anterior	h) proposta relacionada à política de pessoal;	Melhoria na redação no dispositivo observado a legislação vigente
Sem correlação anterior	i) o Regimento Interno da Diretoria, regulamentos e políticas gerais da Companhia.	Melhoria na redação no dispositivo observado a legislação vigente
Sem correlação anterior	IV – aprovar:	Melhoria na redação no dispositivo observado a legislação vigente
Sem correlação anterior	a) os critérios de avaliação técnico-econômica para os projetos de investimentos, com os respectivos planos de delegação de responsabilidade para sua execução e implantação;	Melhoria na redação no dispositivo observado a legislação vigente
Sem correlação anterior	b) o plano de contas contábil;	Melhoria na redação no dispositivo observado a legislação vigente
Sem correlação anterior	c) o plano anual de seguros da Companhia;	Melhoria na redação no dispositivo observado a legislação vigente
Sem correlação anterior	d) as transações entre partes relacionadas, dentro dos critérios e limites definidos pela Companhia.	Melhoria na redação no dispositivo observado a legislação vigente
	e) os manuais de contratações diretas e de gestão de contratos	Melhoria na redação no dispositivo observado a legislação vigente
Sem correlação anterior	V - autorizar, observados os limites e as diretrizes fixadas pela lei e pelo Conselho de Administração:	Melhoria na redação no dispositivo observado a legislação vigente
Sem correlação anterior	a) atos de renúncia ou transação judicial ou extrajudicial, para pôr fim a litígios ou pendências, podendo fixar limites de valor para a delegação da prática desses atos pelo Diretor-Presidente ou qualquer outro diretor executivo; e	Melhoria na redação no dispositivo observado a legislação vigente
Sem correlação anterior	b) celebração de quaisquer negócios jurídicos observados os limites estabelecidos neste Estatuto e pelo Conselho de Administração, sem prejuízo da competência atribuída pelo Estatuto ao Conselho de Administração, incluindo a aquisição,	Melhoria na redação no dispositivo observado a legislação vigente

	alienação ou oneração de ativos, a obtenção de empréstimos e financiamentos, a assunção de obrigações em geral e ainda a associação com outras pessoas jurídicas.	
Sem correlação anterior	VI - propor as Políticas e o Código de Conduta da Companhia, assegurando o cumprimento desses no âmbito de sua atuação;	Melhoria na redação no dispositivo observado a legislação vigente
Sem correlação anterior	VII - definir a estrutura organizacional e distribuição interna das atividades administrativas da Companhia e de suas subsidiárias integrais e controladas;	Melhoria na redação no dispositivo observado a legislação vigente
Sem correlação anterior	VIII - negociar e firmar instrumentos de gestão entre a Companhia e as sociedades nas quais participe;	Melhoria na redação no dispositivo observado a legislação vigente
Sem correlação anterior	IX - indicar os representantes da Companhia nos Órgãos Estatutários das sociedades em que esta ou suas subsidiárias integrais tenham ou venham a ter participação direta ou indireta;	Melhoria na redação no dispositivo observado a legislação vigente
Sem correlação anterior	X - definir e acompanhar o cumprimento de diretrizes e políticas da Companhia nas suas subsidiárias integrais, nas sociedades direta ou indiretamente controladas e, no caso das participações minoritárias diretas ou indiretas, fiscalizar as práticas de governança e o controle proporcionais à relevância, à materialidade e aos riscos do negócio do qual são partícipes.	Melhoria na redação no dispositivo observado a legislação vigente
Art. 29 § 1º - Caberá a Diretoria Colegiada deliberar sobre todas as demais matérias que não sejam de competência exclusiva da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração, ou cuja deliberação couber aos níveis inferiores da Governança;	§ 1º Caberá à Diretoria Colegiada deliberar sobre todas as demais matérias que não sejam de competência exclusiva da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração, ou cuja deliberação couber aos níveis inferiores da Governança;	
Art. 29§ 5º - A Diretoria Colegiada poderá delegar aos demais níveis gerenciais da Companhia, através de Resolução a ser ratificada pelo Conselho de Administração, competências de deliberação de matérias, em razão do valor, no que concerne aos limites de competência individuais ora atribuído aos Diretores, bem como a assinatura de	§ 2º - A Diretoria Executiva poderá designar aos demais níveis gerenciais da Companhia, a competência para atuar sobre determinadas matérias no que concerne aos limites de competência individuais atribuídos aos Diretores ou dois Diretores, bem como a assinatura de contratos, convênios, termos de cooperação ou qualquer	Melhoria na redação no dispositivo observado a legislação vigente

contratos, convênios, termos de cooperação, enfim, qualquer instrumento que gere obrigação para a Companhia, desde que previamente aprovados dentro dos limites ora estabelecidos;	instrumento que gere obrigação para a Companhia, desde que previamente aprovados dentro dos limites estabelecidos.	
	Representação da Companhia	
Sem correlação anterior	Art. 51 - A Companhia obriga-se perante terceiros:	Melhoria na redação no dispositivo observado a legislação vigente
Sem correlação anterior	I - pela assinatura de dois diretores, sendo um necessariamente o Diretor-Presidente ou o diretor responsável pela área financeira, e o outro, o Diretor com atribuições da área respectiva a que o assunto se referir;	Melhoria na redação no dispositivo observado a legislação vigente
Sem correlação anterior	II - pela assinatura de um diretor e um procurador, conforme os poderes constantes do respectivo instrumento de mandato;	Melhoria na redação no dispositivo observado a legislação vigente
Sem correlação anterior	III - pela assinatura de dois procuradores, conforme os poderes constantes do respectivo instrumento de mandato;	Melhoria na redação no dispositivo observado a legislação vigente
Sem correlação anterior	IV - pela assinatura de um procurador, conforme os poderes constantes do respectivo instrumento de mandato, nesse caso exclusivamente para a prática de atos específicos.	Melhoria na redação no dispositivo observado a legislação vigente
Sem correlação anterior	§ 1º Os instrumentos de mandato serão outorgados com prazo determinado de validade e especificarão os poderes conferidos, apenas as procurações para o foro em geral terão prazo indeterminado.	Melhoria na redação no dispositivo observado a legislação vigente
Sem correlação anterior	§ 2º Na hipótese descrita no inciso III deste artigo, os instrumentos de mandato deverão ser assinados por doismembros da Diretoria Executiva.	Melhoria na redação no dispositivo observado a legislação vigente
Sem correlação anterior	§ 3º Os instrumentos de mandato especificarão expressamente os poderes especiais, os atos ou as operações outorgadas, dentro dos limites dos poderes dos diretores que os outorgam, bem como a duração do mandato por prazo determinado de validade, vedado o substabelecimento, salvo na hipótese de procuração para fins de representação judicial da Companhia, que poderá ser por prazo indeterminado e com possibilidade de	Melhoria na redação no dispositivo observado a legislação vigente

	subestabelecimento nas condições delimitadas no referido instrumento.	
Sem correlação anterior	§ 4º Poderá qualquer dos diretores representar individualmente a Companhia, quando o ato a ser praticado impuser representação singular e nos casos em que o uso da assinatura eletrônica impossibilite que duas ou mais pessoas assinem o mesmo documento, mediante autorização da Diretoria colegiada.	Melhoria na redação no dispositivo observado a legislação vigente
Sem correlação anterior	§ 5º Quando o instrumento de mandato tiver por objeto a prática de ato que depender de prévia autorização da Diretoria ou do Conselho de Administração, somente poderá ser outorgado após essa autorização, que deverá ser mencionada em seu texto.	Melhoria na redação no dispositivo observado a legislação vigente
--	CAPÍTULOS V COMITÊS	
Art. 15 - Visando uma melhor Governança Corporativa, a Companhia contará ainda com os seguintes Órgãos de Assessoramento:	Art. 52 – A companhia contará com os Comitês de Auditoria Estatutário, de Indicação e Avaliação e Comitê Técnico.	Melhoria na redação no dispositivo observado a legislação vigente
Sem correlação anterior	Parágrafo Único A investidura de membros dos Comitês Estatutários observará as condições estabelecidas na Política de Indicação da Companhia e na legislação vigente.	Requisito Programa Destaque em Governança
--	SEÇÃO I COMITÊ DE AUDITORIA	
Sem correlação anterior	Art. 53 – O Comitê de Auditoria é o órgão independente, de caráter consultivo e permanente, de assessoramento ao Conselho de Administração.	Melhoria na redação no dispositivo observado a legislação vigente
Sem correlação anterior	Art. 54 - O Comitê de Auditoria também exercerá suas atribuições e responsabilidades junto às sociedades controladas pela Companhia e suas subsidiárias, quando adotado o regime de Comitê de Auditoria único.	Melhoria na redação no dispositivo observado a legislação vigente
Art. 23 § 1º - O Comitê de Auditoria Estatutário deverá possuir meios para receber denúncias, inclusive sigilosas, internas e externas à Companhia, em matérias relacionadas ao escopo de suas atividades;	Art. 55 - O Comitê de Auditoria deverá possuir meios para receber denúncias, inclusive sigilosas, internas e externas à Companhia, em matérias relacionadas ao escopo de suas atividades.	Manutenção do dispositivo do estatuto .
Art. 15 II. Comitê de Auditoria Estatutário, que será integrado por 3 (três) membros independentes, a serem	Art. 56 - O Comitê de Auditoria será integrado por três membros independentes, composto na forma	Melhoria na redação no dispositivo observado a legislação vigente

<p>indicados pelo Conselho de Administração, tendo sua competência e atribuição definida no artigo 23 do presente Estatuto;</p>	<p>estabelecida na legislação, a serem indicados pelo Conselho de Administração, tendo sua competência e atribuições definidas em Regimento Interno.</p>	
<p>Art. 23 — Competirá ao Comitê de Auditoria Estatutário:</p> <p>I. opinar sobre a contratação e destituição de auditor independente;</p> <p>II. supervisionar as atividades dos auditores independentes, avaliando sua independência, a qualidade dos serviços prestados e a adequação de tais serviços às necessidades da Companhia;</p> <p>III. supervisionar as atividades desenvolvidas nas áreas de controle interno, de auditoria interna e de elaboração das demonstrações financeiras da Companhia;</p> <p>IV. monitorar a qualidade e a integridade dos mecanismos de controle interno, das demonstrações financeiras e das informações e medições divulgadas pela Companhia;</p> <p>V. avaliar e monitorar exposições de risco da Companhia, podendo requerer, entre outras, informações detalhadas sobre políticas e procedimentos referentes a:</p> <p>i) remuneração da administração;</p> <p>ii) utilização de ativos da Companhia;</p> <p>iii) gastos incorridos em nome da Companhia;</p> <p>VI. avaliar e monitorar, em conjunto com a administração e a área de auditoria interna, a adequação das transações com partes relacionadas;</p> <p>VII. elaborar relatório anual com informações sobre suas atividades, seus resultados, suas conclusões e recomendações, registrando, se houver, as divergências significativas entre administração, auditoria independente e Comitê de Auditoria Estatutário em relação às demonstrações financeiras;</p> <p>VIII. avaliar a razoabilidade dos parâmetros em que se fundamentam os cálculos atuariais, bem como o resultado atuarial dos planos de benefícios mantidos pelo fundo de pensão, quando a Companhia e for patrocinadora de entidade fechada de previdência</p>	<p style="text-align: center;">Suprimido</p>	<p>Atribuições constarão somente em regimento interno, conforme art. Anterior.</p>

complementar.		
Sem correlação anterior	§ 1º Os membros do Comitê de Auditoria, em sua primeira reunião, elegerão o seu Presidente.	Melhoria na redação no dispositivo observado a legislação vigente
Art. 23 § 2º – O Comitê de Auditoria Estatutário deverá reunir-se quando necessário, no mínimo bimestralmente , de modo que as informações contábeis sejam sempre apreciadas antes de sua divulgação;	§ 2º O Comitê de Auditoria reunir-se-á no mínimo mensalmente ou quando necessário, de modo que as informações contábeis sejam sempre apreciadas antes de sua divulgação.	Após instalação do comitê verificou-se a necessidade de reunião mensal, tendo em vista a amplitude de trabalho do Comitê.
Art. 23 § 3º – O Comitê de Auditoria Estatutário deverá divulgar as atas das reuniões do Comitê de Auditoria Estatutário; Art. 23 § 4º – Caso o Conselho de Administração considere que a divulgação da ata possa pôr em risco interesse legítimo divulgará apenas o extrato das atas; Art 23 § 5º – A restrição prevista no parágrafo anterior não será oponível aos órgãos de controle, que terão total e irrestrito acesso ao conteúdo das atas do Comitê de Auditoria Estatutário, observada a transferência de sigilo;	§ 3º O Comitê de Auditoria deverá divulgar as atas de suas reuniões, na forma de extrato, ressalvadas as hipóteses em que possa pôr em risco os negócios da Companhia.	Melhoria na redação no dispositivo observado a legislação vigente
Art. 23 § 6º - O Comitê de Auditoria Estatutário deverá possuir autonomia operacional e dotação orçamentária, anual ou por projeto, dentro de limites aprovados pelo Conselho de Administração, para conduzir ou determinar a realização de consultas, avaliações e investigações dentro do escopo de suas atividades, inclusive com a contratação e utilização de especialistas externos independentes;	Art. 57 - É conferido ao Comitê de Auditoria autonomia operacional e dotação orçamentária, anual ou por projeto, dentro de limites aprovados pelo Conselho de Administração, para conduzir ou determinar a realização de consultas, avaliações e investigações dentro do escopo de suas atividades, inclusive com a contratação e utilização de especialistas externos independentes, bem como o ressarcimento das despesas necessárias para o comparecimento de conselheiros às reuniões da Companhia, além da sua remuneração.	Melhoria na redação no dispositivo observado a legislação vigente
Art. 24 – São condições mínimas para integrar o Comitê de Auditoria Estatutário: I. não ser ou ter sido, nos 12 (doze) meses anteriores à nomeação para o Comitê, diretor, empregado ou membro do conselho fiscal da Companhia ou de sua controladora, controlada, coligada ou sociedade em controle comum, direta ou indireta; II. não ser ou ter sido, nos 12 (doze) meses	Suprimido	As condições mínimas para integrar o Comitê constará na Política de Indicação, conforme parágrafo único do artigo que trata os comitês estatutários.

<p>anteriores à nomeação para o Comitê, responsável técnico, diretor, gerente, supervisor ou qualquer outro integrante com função de gerência de equipe envolvida nos trabalhos de auditoria na Companhia;</p> <p>III. não ser cônjuge ou parente consanguíneo ou afim, até o segundo grau ou por adoção, das pessoas referidas nos incisos I e II;</p> <p>IV. não receber qualquer outro tipo de remuneração da Companhia, ou de sua controladora, controlada, coligada ou sociedade em controle comum, direta ou indireta, que não seja aquela relativa à função de integrante do Comitê de Auditoria Estatutário;</p> <p>V. não ser ou ter sido ocupante de cargo público efetivo, ainda que licenciado, ou de cargo em comissão da pessoa jurídica de direito público que exerça o controle acionário da Companhia, nos 12 (doze) meses anteriores à nomeação para o Comitê de Auditoria Estatutário.</p> <p>Parágrafo Único - Fica estabelecido que ao menos 1 (um) dos membros do Comitê de Auditoria Estatutário deve ter reconhecida experiência em assuntos de contabilidade societária.</p>		
<p>--</p>	<p>SEÇÃO II COMITÊ DE INDICAÇÃO E AVALIAÇÃO</p>	
<p>Art. 25 - O Comitê de Indicação e Avaliação é órgão auxiliar dos acionistas, que verificará a conformidade do processo de indicação e de avaliação dos administradores, conselheiros fiscais e membros dos Comitês Estatutários.</p>	<p>Art. 58 – O Comitê de Indicação e Avaliação é órgão auxiliar dos acionistas que verificará a conformidade do processo de indicação e avaliação dos Administradores, Conselheiros Fiscais e membros dos Comitês Estatutários.</p>	
<p>Art. 15 III. Comitê de Indicação e Avaliação será composto na forma estabelecida em legislação e regulamentação vigentes, tendo sua competência e atribuição definida no artigo 25 do presente Estatuto;</p> <p>§ 1º - As atribuições, o funcionamento, os procedimentos e a forma de composição</p>	<p>Art. 59 – O Comitê de Indicação e Avaliação será integrado por no mínimo três e no máximo seis membros, eleitos em Assembleia Geral, cujas competências e atribuições serão definidas em Regimento Interno.</p>	<p>Padrão Comitês</p>

deverão observar a legislação e regulamentação vigentes e serão detalhadas por Regimento Interno específico;		
§ 2º - O Comitê de Indicação e Avaliação decidirá por maioria de votos, com registro em ata, na forma do Regimento Interno.	Parágrafo único – O Comitê de Indicação e Avaliação decidirá por maioria de votos, com registro em atas, na forma do Regimento Interno.	
--	SEÇÃO III COMITÊ TÉCNICO	
Sem correlação anterior	Art. 60 - O Comitê Técnico é o órgão independente, de caráter consultivo e permanente, de assessoramento ao Conselho de Administração.	Padrão Comitês
Art. 15 I. Comitê Técnico, que será integrado por 5 (cinco) membros a serem indicados pelo Conselho de Administração, podendo os membros do Comitê Técnico serem ou não membros do Conselho de Administração, tendo sua competência e atribuição definida no artigo 22 do presente Estatuto;	Art. 61 - O Comitê de Técnico será integrado por cinco membros, a serem indicados pelo Conselho de Administração, cujas competências e atribuições serão definidas em Regimento Interno.	Padrão Comitês
Art. 22 § 1º - Os estudos realizados pelo Comitê Técnico, bem como as respectivas conclusões, deverão fazer parte dos pareceres a serem apresentados aos acionistas; § 2º - Em suas manifestações, o Comitê Técnico deverá: a) registrar os fatos e o direito aplicáveis e recomendar as melhores práticas de mercado, os parâmetros e níveis de eficiência observados em companhias e atividades comparáveis, as taxas e índices aplicáveis a operações semelhantes e as regras prudenciais sobre a matéria; e b) pronunciar-se sobre a eventual ocorrência de acontecimentos novos, imprevisíveis pelos acionistas e a eles não imputáveis, que possam refletir na economia ou na administração da Companhia e efetivamente exijam a alteração das previsões orçamentárias.	Suprimido	Constará em Regimento Interno
Art. 22 § 3º - O Comitê Técnico deverá se manifestar por maioria de seus membros, devendo os pontos de divergência constar dos pareceres a serem apresentados aos acionistas.	Suprimido	Constará em Regimento Interno

Sem correlação anterior	§ 1º Os membros do Comitê Técnico, em sua primeira reunião, elegerão o seu Presidente.	Padrão Comitês
Art. 22 — Competirá ao Comitê Técnico examinar e opinar, em caráter consultivo e não vinculante, acerca das proposições relativas aos incisos “III”, “V”, “XI”, “XVIII”, “XIX” e “XX” do artigo 21 deste Estatuto, inclusive no que toca às diretrizes para a formulação do Orçamento Anual, aos critérios para avaliação dos resultados da Companhia e aos demais aspectos econômico-financeiros associados a empréstimos/refinanciamentos, gestão de dívida, análise de riscos financeiros, fluxo de caixa, resultado empresarial, execução orçamentária, política de dividendos e emissão de ações e debêntures e aos dados necessários a acompanhar a gestão de riscos da Companhia. Caberá ao Comitê Técnico, ainda, identificar, avaliar, monitorar continuamente os riscos e propor estratégias de gestão e mitigação de riscos, acompanhar a evolução dos passivos da Companhia, acompanhar a aplicação do modelo integrado de análise de risco nos projetos da Companhia, propor critérios para a identificação de riscos inerentes à atuação dos Conselheiros e a interação entre o Conselho Fiscal e o Conselho de Administração referente aos assuntos da auditoria interna e externa.	§ 2º O Comitê Técnico irá se manifestar nos termos das atribuições detalhadas no Regimento Interno específico, divulgando-se as atas de suas reuniões, na forma de extrato, ressalvadas as hipóteses em que possa pôr em risco os negócios da Companhia.	Padrão Comitês
CAPÍTULO V DO CONSELHO FISCAL	CAPÍTULO VI CONSELHO FISCAL	
Sem correlação anterior	Art. 62 - A Companhia terá um Conselho Fiscal de funcionamento permanente de fiscalização, de atuação colegiada e individual, com as competências e atribuições previstas em lei.	Melhoria na redação no dispositivo observado a legislação vigente
Art. 31 - A Companhia terá um Conselho Fiscal composto de 3 (três) a 5 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes, acionistas ou não, eleitos anualmente pela Assembleia Geral Ordinária, podendo ser reeleitos.	Art. 63 - O Conselho Fiscal será composto por no mínimo três e no máximo cinco membros efetivos e igual número de suplentes, eleitos na Assembleia Geral de Acionistas.	Melhoria na redação no dispositivo observado a legislação vigente
Sem correlação anterior	Art. 64 - O Conselho Fiscal terá	Melhoria na redação no

	incluído no orçamento da Companhia orçamento anual próprio, aprovado pelos acionistas reunidos em Assembleia Geral.	dispositivo observado a legislação vigente
Sem correlação anterior	Parágrafo Único - O orçamento anual do Conselho Fiscal deverá compreender as despesas referentes a consultas a profissionais externos para a obtenção de subsídios especializados em matérias de relevância para a Companhia, bem como as despesas necessárias para o comparecimento de conselheiros às reuniões da Companhia, além da sua remuneração.	Melhoria na redação no dispositivo observado a legislação vigente
	Vacância e substituições	
Sem correlação anterior	Art. 65 - Na hipótese de vacância, renúncia ou destituição do membro titular, o suplente assume a função até a eleição do novo titular.	Melhoria na redação no dispositivo observado a legislação vigente
Art. 32 - O Conselho Fiscal reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por mês e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo Conselho de Administração, Diretoria ou por qualquer de seus membros efetivos, com as atribuições, competências, deveres e responsabilidades estabelecidos em lei.	Art. 66 - O Conselho Fiscal se reunirá ordinariamente uma vez por mês e, extraordinariamente, sempre que necessário, quando convocado por qualquer de seus membros ou pela Diretoria, lavrando-se ata em livro próprio.	Melhoria na redação no dispositivo observado a legislação vigente
Sem correlação anterior	Parágrafo Único - O Presidente do Conselho Fiscal será eleito por seus pares.	Melhoria na redação no dispositivo observado a legislação vigente
Art. 33 - Os membros do Conselho Fiscal perceberão a remuneração fixada pela Assembleia Geral que os eleger, observado o mínimo legal.	Art. 67 - Os membros do Conselho Fiscal perceberão a remuneração fixada pela Assembleia que os eleger, observada a remuneração mínima estabelecida legalmente.	Melhoria na redação no dispositivo observado a legislação vigente
	CAPÍTULO VII REGRAS COMUNS AOS ÓRGÃOS ESTATUTÁRIOS	
Sem correlação anterior	Posse, impedimentos e vedações	
Sem correlação anterior	Art. 68 - Os membros dos Órgãos Estatutários deverão comprovar, mediante apresentação de curriculum, que possuem capacidade profissional, técnica ou administrativa, experiência compatível com o cargo, reputação ilibada, bem como comprovar o preenchimento dos requisitos legais e o não enquadramento nas hipóteses de impedimento e vedação previstas em legislação vigente.	Melhoria na redação no dispositivo observado a legislação vigente
Sem correlação anterior	Art. 69 - Os membros dos Órgãos	Melhoria na redação no

	Estatutários serão investidos em seus cargos mediante assinatura de termo de posse.	dispositivo observado a legislação vigente
Sem correlação anterior	§ 1º O termo de posse deverá ser assinado nos trinta dias seguintes à eleição ou nomeação, sob pena de sua ineficácia, salvo justificativa aceita pelo órgão para o qual o membro tiver sido eleito, e, deverá conter a indicação de pelo menos um domicílio para recebimento de citações e intimações de processos administrativos e judiciais, relativos a atos de sua gestão, sendo permitida a alteração do domicílio indicado somente mediante comunicação escrita à Companhia.	Melhoria na redação no dispositivo observado a legislação vigente
Sem correlação anterior	§ 2º A investidura ficará condicionada à apresentação de declaração de bens e valores, na forma prevista na legislação vigente, que deverá ser atualizada anualmente e ao término do mandato.	Melhoria na redação no dispositivo observado a legislação vigente
Art. 14 §1º - A posse dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria estará condicionada à prévia subscrição do Termo de Anuência dos Administradores nos termos do disposto no Regulamento do Nível 2, bem como ao atendimento dos requisitos legais aplicáveis. Art. 34 - A posse dos membros do Conselho Fiscal estará condicionada à prévia subscrição do Termo de Anuência dos Membros do Conselho Fiscal nos termos do disposto no Regulamento do Nível 2, bem como ao atendimento dos requisitos legais aplicáveis.	Art. 70 - A posse dos membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e da Diretoria estará condicionada à prévia subscrição do “Termo de Anuência” nos termos do “Regulamento do Nível 2” da B3 – Bolsa, Balcão Brasil, bem como ao atendimento dos requisitos legais aplicáveis.	Melhoria na redação no dispositivo observado a legislação vigente
Art. 26 fracionado (Diretores)	Art. 71 - O prazo de gestão dos membros da Diretoria Executiva, dos conselhos e comitês estatutários da Companhia e de suas respectivas subsidiárias será de dois anos sendo permitidas, no máximo:	Melhoria na redação no dispositivo observado a legislação vigente. Muda somente o Conselho Fiscal, que tinha mandato de 01 ano, passa para 02.
Art. 31 fracionado e modificado	I - duas reconduções consecutivas, para os membros do Conselho Fiscal e Comitê de Indicação e Avaliação; e	Melhoria na redação no dispositivo observado a legislação vigente.
Art. 26 fracionado (Diretores)	II - três reconduções consecutivas, para os membros da Diretoria Executiva, Conselho de Administração e comitês técnico e de auditoria.	Melhoria na redação no dispositivo observado a legislação vigente .

Sem correlação anterior	Parágrafo Único – O término do mandato dos comitês técnico e de auditoria coincidirá com o do Conselho de Administração.	Já previsto em regimento interno. CIA não coincide.
Sem correlação anterior	Art. 72 - Os administradores da Companhia deverão aderir à política de negociações de ativos de emissão própria, política de transações com partes relacionadas e à política de divulgação de informações relevantes, em atendimento à normativa da Comissão de Valores Mobiliários, mediante assinatura de termo respectivo.	Melhoria na redação no dispositivo observado a legislação vigente
Sem correlação anterior	Art. 73 - O acionista e os membros da Diretoria Executiva e dos Conselhos de Administração e Fiscal que, por qualquer motivo, tiverem interesse particular direto, indireto ou conflitante com o da Companhia em determinada deliberação, deverão se abster de participar da discussão e votação desse item, ainda que como representantes de terceiros, fazendo-se constar em ata a razão da abstenção, indicando a natureza e a extensão do seu interesse.	Melhoria na redação no dispositivo observado a legislação vigente.
Sem correlação anterior	Art. 74 - Os membros estatutários serão desligados mediante renúncia voluntária ou destituição. Parágrafo Único - O ato de renúncia deverá ser submetido ao Conselho de Administração para ciência.	Melhoria na redação no dispositivo observado a legislação vigente
Art. 26 § 2º Os Diretores permanecerão em seus cargos até que seus sucessores devidamente eleitos sejam empossados;	Art. 75 - Salvo na hipótese de renúncia ou destituição, considera-se automaticamente prorrogado o mandato dos membros dos Órgãos Estatutários até a investidura dos novos membros.	Melhoria na redação no dispositivo observado a legislação vigente – Antes dispositivo somente para Diretores. Se estendeu para Conselhos em Comitês
Sem correlação anterior	Art. 76 - Além dos casos previstos em lei, dar-se-á vacância do cargo quando:	Melhoria na redação no dispositivo observado a legislação vigente
Sem correlação anterior	I - o membro do Conselho de Administração ou Fiscal ou dos Comitês Estatutários que deixar de comparecer a duas reuniões consecutivas ou três intercaladas, nas últimas doze reuniões, sem justificativa;	Melhoria na redação no dispositivo observado a legislação vigente
Sem correlação anterior	II - o membro da Diretoria se afastar do	Melhoria na redação no

	exercício do cargo por mais de trinta dias consecutivos, salvo em caso de licença, inclusive férias, ou nos casos autorizados pelo Conselho de Administração.	dispositivo observado a legislação vigente
Sem correlação anterior	Art. 77 - Anualmente será realizada avaliação do desempenho do Conselho de Administração, de seus comitês e da Diretoria Executiva, bem como de cada um dos seus membros, com o apoio do Comitê de Indicação e Avaliação, podendo contar com instituição independente, conforme procedimento previamente definido em Regimento Interno.	Melhoria na redação no dispositivo observado a legislação vigente
Art. 15 Parágrafo Único - As atas de reuniões dos Órgãos de Assessoramento deverão ser registradas fazendo-se constar, inclusive, manifestações que possam ser divergentes entre seus membros e deverão ser publicadas, mesmo que em forma de sumário.	Art. 78 - Os Órgãos Estatutários se reúnem validamente com a presença da maioria de seus membros e deliberam por voto da maioria dos membros presentes.	Melhoria na redação no dispositivo observado a legislação vigente
Art. 15 Parágrafo Único – fracionado - modificado	Parágrafo Unico Em caso de decisão não unânime, o voto divergente poderá ser registrado, a critério do respectivo membro.	Melhoria na redação no dispositivo observado a legislação vigente
Sem correlação anterior	Art. 79 - Os membros de um Órgão Estatutário, quando convidados, poderão comparecer às reuniões dos outros órgãos, sem direito a voto.	Melhoria na redação no dispositivo observado a legislação vigente
Sem correlação anterior	Art. 80 - As reuniões dos Órgãos Estatutários devem ser presenciais, admitindo-se participação de membro mediante tecnologia de informação disponível.	Melhoria na redação no dispositivo observado a legislação vigente
Sem correlação anterior	Art. 81 – Das reuniões serão lavradas atas, assinadas pelos presentes, que deverão ser divulgadas na página eletrônica da Companhia, salvo quando a maioria entender que a divulgação poderá colocar em risco interesse legítimo da Companhia.	Melhoria na redação no dispositivo observado a legislação vigente
Sem correlação anterior	Remuneração	
Art. 26 § 3º - O montante global da remuneração dos membros da Diretoria será determinado pela Assembleia Geral e a fixação da remuneração individual de cada diretor caberá ao Conselho de Administração. Art. 16§ 6º - O montante global dos honorários do Conselho de Administração	Art. 82 - A remuneração dos membros dos Órgãos Estatutários será fixada pela Assembleia Geral e não haverá acumulação de proventos ou quaisquer vantagens em razão das substituições que ocorram em virtude de vacância, ausências ou impedimentos temporários, nos termos deste Estatuto.	Melhoria na redação no dispositivo observado a legislação vigente

será determinado pela Assembleia Geral e a fixação da remuneração individual de cada um dos membros caberá ao próprio Conselho; Art. 33 - Os membros do Conselho Fiscal perceberão a remuneração fixada pela Assembleia Geral que os eleger, observado o mínimo legal.		
Sem correlação anterior	Art. 83 - É vedada a participação remunerada de membros da administração pública, direta ou indireta, em mais de dois conselhos, de administração ou fiscal, da Companhia ou de suas subsidiárias.	Melhoria na redação no dispositivo observado a legislação vigente
Sem correlação anterior	Parágrafo único - O Presidente, na condição de membro do Conselho de Administração, não será remunerado.	Melhoria na redação no dispositivo observado a legislação vigente
CAPÍTULO VIII DA ALIENAÇÃO DE CONTROLE	CAPÍTULO VIII DA ALIENAÇÃO DE CONTROLE	Esse capítulo trata do tag along, proteção dos acionistas, e faz necessário ante as regras da B3.
Art. 35 - A Alienação de Controle da Companhia, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob a condição, suspensiva ou resolutiva, de que o Adquirente se obrigue a efetivar a oferta pública de aquisição das ações dos demais acionistas da Companhia, observando as condições e os prazos previstos na legislação vigente no Regulamento do Nível 2, de forma a assegurar-lhe tratamento igualitário àquele dado ao Acionista Controlador Alienante.	Art. 84 – A Alienação de Controle da Companhia, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob a condição, suspensiva ou resolutiva, de que o Adquirente se obrigue a efetivar a oferta pública de aquisição das ações dos demais acionistas da Companhia, observando as condições e os prazos previstos na legislação vigente no Regulamento do Nível 2, de forma a assegurar-lhe tratamento igualitário àquele dado ao Acionista Controlador Alienante.	
§ 1º - A oferta pública de aquisição de ações referida neste artigo também será exigida: i) quando houver cessão onerosa de direitos de subscrição de ações e de outros títulos ou direitos relativos a valores mobiliários conversíveis em ações, que venha a resultar na Alienação de controle da Companhia; ou ii) em caso de alienação do controle de sociedade que detenha o Poder de Controle da Companhia, sendo que, nesse caso, o Acionista Controlador Alienante ficará obrigado a	§ 1º – A oferta pública de aquisição de ações referida neste artigo também será exigida: i) quando houver cessão onerosa de direitos de subscrição de ações e de outros títulos ou direitos relativos a valores mobiliários conversíveis em ações, que venha a resultar na Alienação de Controle da Companhia; ou ii) em caso de alienação do controle de sociedade que detenha o Poder de Controle da Companhia, sendo que, nesse caso, o Acionista Controlador Alienante ficará obrigado a declarar à	Alteração da nomenclatura BM&FBOVESPA para B3 – Bolsa, Balcão Brasil.

declarar à BM&FBOVESPA o valor atribuído à Companhia nessa alienação e anexar a documentação que comprove esse valor.	B3 – Bolsa, Balcão Brasil o valor atribuído à Companhia nessa alienação e anexar a documentação que comprove esse valor.	
§ 2º - Para os fins deste Estatuto Social, os termos Acionista Controlador, Acionista Controlador Alienante, Alienação de Controle, Adquirente, Poder de Controle e Valor Econômico, terão o sentido que lhes é atribuído pelo Regulamento do Nível 2.	§ 2º – Para os fins deste Estatuto Social, os termos Acionista Controlador, Acionista Controlador Alienante, Alienação de Controle, Adquirente, Poder de Controle e Valor Econômico, terão o sentido que lhes é atribuído pelo Regulamento do Nível 2.	
Art. 36 - Aquele que adquirir o Poder de Controle, em razão de contrato particular de compra de ações celebrado com o Acionista Controlador, envolvendo qualquer quantidade de ações, estará obrigado a: i) efetivar a oferta de pública referida no Artigo 35 acima; e ii) pagar, nos termos a seguir indicados, quantia equivalente à diferença entre o preço da oferta pública e o valor pago por ação eventualmente adquirida em bolsa nos 6 (seis) meses, anteriores à data da aquisição do Poder de Controle, devidamente atualizado até a data do pagamento. Referida quantia deverá ser distribuída entre todas as pessoas que venderam ações da Companhia nos pregões em que o Adquirente realizou as aquisições, proporcionalmente ao saldo líquido vendedor diário de cada uma, cabendo à BM&FBOVESPA operacionalizar a distribuição, nos termos de seus regulamentos.	Art. 85 – Aquele que adquirir o Poder de Controle, em razão de contrato particular de compra de ações celebrado com o Acionista Controlador, envolvendo qualquer quantidade de ações, estará obrigado a: i) efetivar a oferta de pública referida no Artigo 84 acima; e ii) pagar, nos termos a seguir indicados, quantia equivalente à diferença entre o preço da oferta pública e o valor pago por ação eventualmente adquirida em bolsa nos seis meses, anteriores à data da aquisição do Poder de Controle, devidamente atualizado até a data do pagamento. Referida quantia deverá ser distribuída entre todas as pessoas que venderam ações da Companhia nos pregões em que o Adquirente realizou as aquisições, proporcionalmente ao saldo líquido vendedor diário de cada uma, cabendo à B3 – Bolsa, Balcão Brasil operacionalizar a distribuição, nos termos de seus regulamentos.	Alteração da nomenclatura BM&FBOVESPA para B3 – Bolsa, Balcão Brasil. Remissão ao artigo correspondente.
Art. 37 - A Companhia não registrará qualquer transferência de ações para o Adquirente ou para aquele(s) que vier(em) e deter o Poder de Controle, enquanto este(s) não subscrever(em) o Termo de Anuência dos Controladores a que se refere o Regulamento do Nível 2.	Art. 86 – A Companhia não registrará qualquer transferência de ações para o Adquirente ou para aquele(s) que vier(em) e deter o Poder de Controle, enquanto este(s) não subscrever(em) o Termo de Anuência dos Controladores a que se refere o Regulamento do Nível 2.	
Parágrafo Único - Nenhum acordo de acionistas que disponha sobre o exercício do Poder de Controle poderá ser registrado na sede da Companhia.	Parágrafo Único – Nenhum acordo de acionistas que disponha sobre o exercício do Poder de Controle poderá ser registrado na sede da Companhia enquanto os seus signatários não o tiverem subscrito	
CAPÍTULO VII	CAPÍTULO IX	
CANCELAMENTO DE REGISTRO	CANCELAMENTO DE REGISTRO	

DE COMPANHIA ABERTA	DE COMPANHIA ABERTA	
<p>Art. 38 - Na oferta pública de aquisição de ações, a ser feita pelo Acionista Controlador ou pela Companhia, para o cancelamento do registro de companhia aberta, o preço mínimo a ser ofertado deverá corresponder ao Valor Econômico apurado no laudo de avaliação elaborado nos termos dos parágrafos 1º e 2º deste Artigo, respeitadas as normas legais e regulamentares aplicáveis.</p>	<p>Art. 87 - Na oferta pública de aquisição de ações, a ser feita pelo Acionista Controlador ou pela Companhia, para o cancelamento do registro de companhia aberta, o preço mínimo a ser ofertado deverá corresponder ao Valor Econômico apurado no laudo de avaliação elaborado nos termos dos parágrafos 1º e 2º deste Artigo, respeitadas as normas legais e regulamentares aplicáveis.</p>	
<p>§ 1º - O laudo de avaliação referido no caput deste Artigo deverá ser elaborado por instituição ou empresa especializada, com experiência comprovada e independência quanto ao poder de decisão da Companhia, de seus Administradores e/ou do(s) Acionista(s) Controlador(es), além de satisfazer os requisitos do § 1º do Artigo 8º da Lei de Sociedade por Ações, e conter a responsabilidade prevista no parágrafo 6º deste mesmo artigo;</p>	<p>§ 1º – O laudo de avaliação referido no caput deste Artigo deverá ser elaborado por instituição ou empresa especializada, com experiência comprovada e independência quanto ao poder de decisão da Companhia, de seus Administradores e/ou do(s) Acionista(s) Controlador(es), além de satisfazer os requisitos do § 1º do Artigo 8º da Lei de Sociedade por Ações, e conter a responsabilidade prevista no § 6º deste mesmo artigo;</p>	
<p>§ 2º - Para fins da oferta pública de que tratam os capítulos VI, VII e VIII do presente Estatuto Social, compete exclusivamente à Assembleia Geral escolher a instituição ou empresa especializada pela determinação do Valor Econômico da Companhia, a partir da apresentação da lista tríplice apresentada pelo Conselho de Administração, devendo a respectiva deliberação, não se computando os votos em branco, e cabendo a cada ação, independentemente de espécie ou classe, o direito a um voto, ser tomada pela maioria dos votos dos acionistas representantes da Ações em Circulação presentes naquela assembleia, que, se instalada em primeira convocação, deverá contar com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 20% (vinte por cento) do total das Ações em Circulação, ou que, se instalada em segunda convocação, poderá contar com a presença de qualquer número de acionistas representantes das Ações em Circulação;</p>	<p>§ 2º – Para fins da oferta pública de que tratam os capítulos VIII e IX do presente Estatuto Social, compete exclusivamente à Assembleia Geral escolher a instituição ou empresa especializada pela determinação do Valor Econômico da Companhia, a partir da apresentação da lista tríplice apresentada pelo Conselho de Administração, devendo a respectiva deliberação, não se computando os votos em branco, e cabendo a cada ação, independentemente de espécie ou classe, o direito a um voto, ser tomada pela maioria dos votos dos acionistas representantes da Ações em Circulação presentes naquela assembleia, que, se instalada em primeira convocação, deverá contar com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 20% (vinte por cento) do total das Ações em Circulação, ou que, se instalada em segunda convocação, poderá contar com a presença de qualquer número de acionistas representantes das Ações em Circulação;</p>	<p>Remissão aos capítulos correspondentes.</p>

<p>§ 3º - Para fins deste Estatuto Social, consideram-se “Ações em Circulação” todas as ações emitidas pela Companhia, exceto as detidas pelo Acionista Controlador, por pessoas a ele vinculadas, pelos administradores da Companhia e aquelas mantidas em tesouraria.</p>	<p>§ 3º – Para fins deste Estatuto Social, consideram-se “Ações em Circulação” todas as ações emitidas pela Companhia, exceto as detidas pelo Acionista Controlador, por pessoas a ele vinculadas, pelos administradores da Companhia e aquelas mantidas em tesouraria.</p>	
<p>CAPÍTULO VIII</p>	<p>Suprimido</p>	
<p>SAÍDA DA COMPANHIA DO NÍVEL 2</p>	<p>Suprimido</p>	
<p>Art. 39 – Caso seja deliberada a saída da Companhia do Nível 2 de Governança Corporativa para que os valores mobiliários por ela emitidos passem a ter o registro para negociação fora do Nível 2 de Governança Corporativa, ou em virtude de operação de reorganização societária, na qual a sociedade resultante dessa reorganização não tenha seus valores mobiliários admitidos à negociação do Nível 2 de Governança Corporativa no prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da data da Assembleia Geral que aprovou a referida operação, o Acionista Controlador deverá efetivar oferta pública de aquisição das ações pertencentes aos demais acionistas da Companhia, no mínimo, pelo respectivo Valor Econômico, a ser apurado em laudo de avaliação elaborado nos termos dos parágrafos 1º e 2º do artigo 38 deste Estatuto Social, respeitadas as normas legais e regulamentares aplicáveis.</p>	<p>Suprimido</p>	<p>Capítulo Suprimido, pois tal previsão consta do Regulamento Nível 2, não precisa ficar no Estatuto, além de dar uma enxugada no estatuto.</p>
<p>§ 1º – O Acionista Controlador estará dispensado de proceder à oferta pública de aquisição de ações referida no caput deste artigo se a Companhia sair do Nível 2 de Governança Corporativa em razão da celebração do Contrato de Participação da Companhia no segmento especial da BM&FBOVESPA denominado Novo Mercado (“Novo Mercado”) ou se a companhia resultante da reorganização societária obtiver autorização para negociação de valores mobiliários no Novo Mercado no prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da data da Assembleia Geral que aprovou a referida operação.</p>	<p>Suprimido</p>	
<p>§ 2º – Ficará dispensada a realização da</p>		

<p>Assembleia Geral a que se refere o caput deste Artigo 39 caso a saída da Companhia do Nível 2 ocorra em razão de seu cancelamento de registro de companhia aberta.</p>	<p>Suprimido</p>	
<p>Art. 40 — Na hipótese de não haver Acionista Controlador, caso seja deliberada a saída da Companhia do Nível 2 de Governança Corporativa para que os valores mobiliários por ela emitidos passem a ter registro para negociação fora do Nível 2 de Governança Corporativa, ou em virtude de operação de reorganização na qual a sociedade resultante dessa reorganização não tenha seus valores mobiliários admitidos à negociação no Nível 2 de Governança Corporativa ou no Novo Mercado no prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da data da Assembleia Geral que aprovou a referida operação, a saída está condicionada à realização de oferta pública de aquisição de ações nas mesmas condições previstas no artigo acima.</p>	<p>Suprimido</p>	
<p>§ 1º — A referida Assembleia Geral deverá definir o(s) responsável(is) pela realização da oferta pública de aquisição de ações, o(s) qual(is), presente(s) na Assembleia, deverá(ão) assumir expressamente a obrigação de realizar a oferta;</p>	<p>Suprimido</p>	
<p>§ 2º — Na ausência de definição dos responsáveis pela realização da oferta pública de aquisição de ações, no caso da operação de reorganização societária, na qual a companhia resultante dessa reorganização não tenha seus valores mobiliários admitidos à negociação no Nível 2 de Governança Corporativa, caberá aos acionistas que votaram favoravelmente à reorganização societária realizar a referida oferta.</p>	<p>Suprimido</p>	
<p>Art. 41 — A saída da Companhia do Nível 2 de Governança Corporativa em razão de descumprimento de obrigações constantes do Regulamento do Nível 2 está condicionada à efetivação de oferta pública de aquisição de ações, no mínimo, pelo Valor Econômico das ações, a ser apurado em laudo de avaliação de que</p>	<p>Suprimido</p>	

trata o Artigo 38 deste Estatuto, respeitadas as normas legais e regulamentares aplicáveis.		
§ 1º O Acionista Controlador deverá efetivar a oferta pública de aquisição de ações prevista no caput deste Artigo;	Suprimido	
§ 2º Na hipótese de não haver Acionista Controlador e a saída do Nível 2 de Governança Corporativa referida no caput decorrer de deliberação da Assembleia Geral, os acionistas que tenham votado a favor da deliberação que implicou o respectivo descumprimento deverão efetivar a oferta pública de aquisição de ações previstas no caput;	Suprimido	
§ 3º Na hipótese de não haver Acionista Controlador e a saída do Nível 2 de Governança Corporativa referida no caput ocorrer em razão de ato ou fato da administração, os Administradores da Companhia deverão convocar Assembleia Geral de acionistas cuja ordem do dia será a deliberação sobre como sanar o descumprimento das obrigações constantes do Regulamento do Nível 2 ou, se for o caso, deliberar pela saída da Companhia do Nível 2 de Governança Corporativa;	Suprimido	
§ 4º Caso a Assembleia Geral mencionada no parágrafo 3º acima delibere pela saída da Companhia do Nível 2 de Governança Corporativa, a referida Assembleia Geral deverá definir o(s) responsável(eis) pela realização da oferta pública de aquisição de ações prevista no caput, o(s) qual(is) presente(s) na Assembleia, deverão assumir expressamente a obrigação de realizar a oferta;	Suprimido	
Art. 42 As disposições do Regulamento Nível 2 prevalecerão sobre as disposições estatutárias, nas hipóteses de prejuízo aos direitos dos destinatários das ofertas públicas previstas neste Estatuto.	Suprimido	
CAPÍTULO IX	CAPÍTULO X	
DO EXERCÍCIO SOCIAL E DA POLÍTICA DE DIVIDENDOS	EXERCÍCIO SOCIAL, DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS, LUCROS, RESERVAS E DISTRIBUIÇÃO DE RESULTADOS	Melhoria na redação no dispositivo observado a legislação vigente
Art. 43 - O exercício social coincidirá com	Art. 88 - O exercício social coincidirá	Melhoria na redação no

o ano civil, encerrando-se a 31 de dezembro de cada ano, quando serão elaboradas as demonstrações contábeis, em acordo com a legislação pertinente.	com o ano civil, findo o qual a Diretoria Executiva elaborará as demonstrações financeiras previstas em lei.	dispositivo observado a legislação vigente
Art. 45 - Os acionistas têm direito de receber, como dividendo obrigatório, em cada exercício, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado de acordo com o disposto no art. 202 e seus parágrafos, da Lei de Sociedades por Ações.	Art. 89 - Os acionistas terão direito ao dividendo mínimo obrigatório, correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, após as deduções previstas em lei.	Melhoria na redação no dispositivo observado a legislação vigente
Art. 44 - Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados e a provisão para o imposto sobre a renda.	§ 1º Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados e a provisão para o imposto sobre a renda.	
Art. 44 Parágrafo Único - Os dividendos do exercício só serão distribuídos depois de efetuada a dedução da reserva legal, esta na base de 5% (cinco por cento) do lucro, até o máximo previsto em lei.	§ 2º Os dividendos do exercício só serão distribuídos depois de efetuada a dedução da reserva legal, esta na base de 5% (cinco por cento) do lucro, até o máximo previsto em lei.	
Sem correlação anterior	§ 3º A Companhia poderá levantar balanços semestrais e o Conselho de Administração poderá deliberar por antecipar a distribuição de dividendos intermediários ou pagamento de juros sobre o capital próprio, sem prejuízo da posterior ratificação da Assembleia Geral.	Melhoria na redação no dispositivo observado a legislação vigente
Sem correlação anterior	§ 4º O dividendo não será obrigatório no exercício social em que o Conselho de Administração informar à Assembleia Geral Ordinária, com parecer do Conselho Fiscal, ser ele incompatível com a situação financeira da Companhia.	Melhoria na redação no dispositivo observado a legislação vigente
Sem correlação anterior	§ 5º Os lucros que deixarem de ser distribuídos nos termos do § 2º serão registrados como reserva especial e, se não absorvidos por prejuízos em exercícios subsequentes, deverão ser distribuídos tão logo a situação financeira da Companhia permita.	Melhoria na redação no dispositivo observado a legislação vigente
Sem correlação anterior	§ 6º Na forma da lei, serão submetidos ao Tribunal de Contas do Estado, até o dia 30 de abril de cada ano, os documentos da administração relativos ao exercício social imediatamente anterior.	Melhoria na redação no dispositivo observado a legislação vigente
Art. 45 Parágrafo Único - Por deliberação	§ 7º - Por deliberação do Conselho de	Remissão ao artigo

do Conselho de Administração poderão ser atribuídos juros sobre o capital próprio, conforme previsto no inciso XIV, do art. 21, deste Estatuto, os quais serão obrigatoriamente compensados na distribuição dos dividendos obrigatórios.	Administração poderão ser atribuídos juros sobre o capital próprio, conforme previsto no inciso XIV, do art. 37, deste Estatuto, os quais serão obrigatoriamente compensados na distribuição dos dividendos obrigatórios.	correspondente.
Art. 46 - Os dividendos serão pagos dentro do prazo máximo de 60 (sessenta) dias, a contar da data de realização da Assembleia Geral que autorizar a sua distribuição, ou em conformidade com a deliberação da Assembleia, cabendo à Diretoria, respeitado esse prazo, determinar as épocas, lugares e processos de pagamento.	Art. 90 – Os dividendos serão pagos dentro do prazo máximo de sessenta dias, a contar da data de realização da Assembleia Geral que autorizar a sua distribuição, ou em conformidade com a deliberação da Assembleia, cabendo à Diretoria, respeitado esse prazo, determinar as épocas, lugares e processos de pagamento.	
Parágrafo Único - Os dividendos não reclamados no prazo de 3 (três) anos, contados da data em que tenham sido postos à disposição do acionista, reverterão em benefício da Companhia.	Parágrafo Único – Os dividendos não reclamados no prazo de três anos, contados da data em que tenham sido postos à disposição do acionista, reverterão em benefício da Companhia.	
	CAPÍTULO XI DISSOLUÇÃO E LIQUIDAÇÃO	
Sem correlação anterior	Art. 91 - A dissolução far-se-á de acordo com o que dispuser a Assembleia Geral, obedecidas as prescrições legais a respeito.	Melhoria na redação no dispositivo observado a legislação vigente
Sem correlação anterior	Art. 92 - A Companhia entrará em liquidação nos casos previstos em lei, competindo à Assembleia Geral, se for o caso, determinar o modo de liquidação e nomear o liquidante, fixando sua remuneração.	Melhoria na redação no dispositivo observado a legislação vigente
	CAPÍTULO XII MECANISMO DE DEFESA	
Sem correlação anterior	Art. 93 - Os membros da Diretoria Executiva, do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e dos Comitês Estatutários, respondem perante a Companhia e terceiros pelos atos que praticarem no exercício de suas atribuições nos termos da legislação vigente e do presente Estatuto.	Melhoria na redação no dispositivo observado a legislação vigente
Art. 14 § 2º - Aos membros dos órgãos estatutários da Companhia está assegurada a defesa jurídica em razão de atos relacionados ao exercício de suas funções.	Art. 94 - A Companhia assegurará aos integrantes e ex-integrantes de Órgãos Estatutários a defesa jurídica em processos judiciais e administrativos, contra eles propostos por terceiros, durante ou após os respectivos	Melhoria na redação no dispositivo observado a legislação vigente

	mandatos, por atos praticados no exercício do cargo ou de suas funções.	
Sem correlação anterior	§ 1º A defesa jurídica mencionada no caput condiciona-se à existência de um alinhamento prévio definido pela área jurídica responsável na Companhia, que analise a compatibilidade entre as linhas de defesa adotadas em benefício da Companhia e do administrador.	Melhoria na redação no dispositivo observado a legislação vigente
Sem correlação anterior	§ 2º A mesma proteção definida no caput poderá, no que couber, ser estendida aos empregados, prepostos e mandatários da Companhia que venham a figurar no polo passivo de processo judicial e administrativo, exclusivamente em decorrência de atos que tenham praticado em cumprimento de mandato outorgado pela Companhia ou no exercício de competência delegada pelos administradores.	Melhoria na redação no dispositivo observado a legislação vigente
Sem correlação anterior	§ 3º Se, por qualquer motivo, não for assegurada a defesa, o agente poderá contratar advogado de sua própria confiança por sua própria conta, fazendo jus ao reembolso dos respectivos custos e honorários advocatícios fixados em montante razoável, proposto dentro dos parâmetros e condições atuais praticados pelo mercado para a defesa do caso específico, aprovados pelo Conselho de Administração, se for, ao final absolvido ou exonerado de responsabilidade.	Melhoria na redação no dispositivo observado a legislação vigente
Sem correlação anterior	§ 4º O Conselho de Administração poderá deliberar pelo adiantamento dos honorários do advogado contratado na hipótese do §3º	Melhoria na redação no dispositivo observado a legislação vigente
Sem correlação anterior	Art. 95 A Companhia assegurará a defesa jurídica e o acesso em tempo hábil a toda a documentação necessária para esse efeito, bem como arcará com as custas processuais, emolumentos de qualquer natureza, despesas administrativas e depósitos para garantia de instância quando a defesa estiver enquadrada nas hipóteses do artigo 94.	Melhoria na redação no dispositivo observado a legislação vigente. Remissão ao artigo correspondente
Sem correlação anterior	Art. 96 Caso algumas das pessoas mencionadas no art. 94, beneficiária da defesa jurídica, for condenada ou	Melhoria na redação no dispositivo observado a legislação vigente.

	responsabilizada, com sentença transitada em julgado, com fundamento em violação de lei ou do Estatuto, ou decorrente de ato culposo ou doloso, ficará obrigada a ressarcir a Companhia todo o valor efetivamente desembolsado com a defesa jurídica, além de eventuais prejuízos causados.	Remissão ao artigo correspondente
Art. 14§ 3º - Fica a Companhia autorizada a contratar seguro de responsabilidade civil em favor dos seus administradores.	Art. 97 - A Companhia poderá manter contrato de seguro de responsabilidade civil permanente em favor das pessoas mencionadas no artigo 94, na forma e extensão definidas pelo Conselho de Administração e na apólice contratada, inclusive para a cobertura das despesas processuais e honorários advocatícios de processos judiciais e administrativos instaurados contra elas, além de outras despesas relacionadas diretamente, a fim de resguardá-las das responsabilidades por atos decorrentes do exercício do cargo ou função, cobrindo todo o prazo de exercício dos respectivos mandatos.	Melhoria na redação no dispositivo observado a legislação vigente. Remissão ao artigo correspondente
CAPÍTULO X RESOLUÇÃO DE CONFLITOS	CAPÍTULO XIII RESOLUÇÃO DE CONFLITOS	
Art. 47 - A Companhia, seus acionistas, Administradores e os membros do Conselho Fiscal, obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado , toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei de Sociedades por Ações, no Estatuto Social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários , bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Nível 2, do Regulamento de Arbitragem, do Regulamento de Sanções e do Contrato de Participação no Nível 2 de Governança Corporativa.	Art. 98 - A Companhia, seus acionistas, administradores, os membros do Conselho Fiscal e membros de Comitês Estatutários obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas neste Estatuto e na legislação vigente , bem como nas normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Nível 2, do Contrato de Participação no Nível 2, do Regulamento de Sanções e do Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado instituída pela B3 - Bolsa, Balcão Brasil .	Melhoria na redação no dispositivo observado a legislação vigente
Art. 47 Parágrafo Único - Sem prejuízo da validade desta cláusula arbitral, o requerimento de medidas de urgência	Parágrafo Único – Sem prejuízo da validade desta cláusula arbitral, o requerimento de medidas de urgência	Manutenção do dispositivo do estatuto

pelas Partes, antes de constituído o Tribunal Arbitral, deverá ser remetido ao Poder Judiciário, na forma do item 5.1.3 do Regulamento da Câmara de Arbitragem do Mercado.	pelas Partes, antes de constituído o Tribunal Arbitral, deverá ser remetido ao Poder Judiciário, na forma do item 5.1.3 do Regulamento da Câmara de Arbitragem do Mercado.	
CAPÍTULO XI	CAPÍTULO XIV	
EMISSÃO DE UNITS	EMISSÃO DE UNITS	Capítulo mantido, caso no futuro a Cia deseje fazer nova emissão.
Art. 48 – A Companhia poderá patrocinar a emissão de Units.	Art. 99 – A Companhia poderá patrocinar a emissão de Units.	
§ 1º Cada Unit representará 1 (uma) ação ordinária e 4 (quatro) ações preferenciais de emissão da Companhia e somente será emitida: (i) mediante solicitação dos acionistas que detenham ações em quantidade necessária à composição das Units, conforme o Parágrafo Segundo infra, observadas as regras a serem fixadas pelo Conselho de Administração de acordo com o disposto neste Estatuto Social; (ii) mediante deliberação do Conselho de Administração da Companhia, em caso de aumento de capital dentro do limite de capital autorizado com a emissão de novas ações a serem representadas por Units; ou (iii) nos casos previstos no artigo 50, Parágrafo Segundo, e no artigo 51 deste Estatuto Social.	§ 1º Cada Unit representará uma ação ordinária e quatro ações preferenciais de emissão da Companhia e somente será emitida: (i) mediante solicitação dos acionistas que detenham ações em quantidade necessária à composição das Units, conforme o Parágrafo Segundo infra, observadas as regras a serem fixadas pelo Conselho de Administração de acordo com o disposto neste Estatuto Social; (ii) mediante deliberação do Conselho de Administração da Companhia, em caso de aumento de capital dentro do limite de capital autorizado com a emissão de novas ações a serem representadas por Units; ou (iii) nos casos previstos no artigo 101, Parágrafo Segundo, e no artigo 102 deste Estatuto Social.	Remissão ao artigo correspondente.
§ 2º Somente ações livres de ônus e gravames poderão ser objeto de depósito para a emissão de Units.	§ 2º Somente ações livres de ônus e gravames poderão ser objeto de depósito para a emissão de Units.	
§ 3º A partir da emissão das Units, as ações depositadas ficarão registradas em conta de depósito aberta em nome do titular das ações perante a instituição financeira depositária.	§ 3º A partir da emissão das Units, as ações depositadas ficarão registradas em conta de depósito aberta em nome do titular das ações perante a instituição financeira depositária.	
§ 4º A Companhia poderá contratar instituição financeira para emitir Units.	§ 4º A Companhia poderá contratar instituição financeira para emitir Units.	
Art. 49 – As Units terão a forma escritural e, exceto na hipótese de cancelamento das Units, a propriedade das ações representadas pelas Units somente será transferida mediante transferência das Units.	Art. 100 – As Units são escriturais e, exceto na hipótese de seu cancelamento, a propriedade das ações representadas pelas Units somente será transferida mediante transferência das Units.	Melhoria na redação
§ 1º O titular de Units terá o direito de, a qualquer tempo, solicitar à instituição financeira depositária o cancelamento das Units e a entrega das	§ 1º O titular de Units terá o direito de, a qualquer tempo, solicitar à instituição financeira depositária o cancelamento das Units e a entrega das respectivas	

respectivas ações depositadas, observadas as regras a serem fixadas pelo Conselho de Administração de acordo com o disposto neste Estatuto Social.	ações depositadas, observadas as regras a serem fixadas pelo Conselho de Administração de acordo com o disposto neste Estatuto Social.	
§ 2º O Conselho de Administração da Companhia poderá, a qualquer tempo, suspender, por prazo determinado, a possibilidade de cancelamento de Units prevista no Parágrafo Primeiro deste artigo 49, no caso de início de oferta pública de distribuição primária e/ou secundária de Units, no mercado local e/ou internacional, sendo que neste caso o prazo de suspensão não poderá ser superior a 30 (trinta) dias.	§ 2º O Conselho de Administração da Companhia poderá, a qualquer tempo, suspender, por prazo determinado, a possibilidade de cancelamento de Units prevista no § 1º deste artigo 100, no caso de início de oferta pública de distribuição primária e/ou secundária de Units, no mercado local e/ou internacional, sendo que neste caso o prazo de suspensão não poderá ser superior a trinta dias.	Remissão ao artigo correspondente.
§ 3º As Units sujeitas a ônus, gravames ou embaraços não poderão ser canceladas.	§ 3º As Units sujeitas a ônus, gravames ou embaraços não poderão ser canceladas.	
Art. 50 – As Units conferirão aos seus titulares os mesmos direitos e vantagens das ações por elas representadas, inclusive em relação ao pagamento de dividendos, juros sobre o capital próprio e quaisquer outras bonificações, pagamentos ou proventos a que possam fazer jus.	Art. 101 – As Units conferirão aos seus titulares os mesmos direitos e vantagens das ações por elas representadas, inclusive em relação ao pagamento de dividendos, juros sobre o capital próprio e quaisquer outras bonificações, pagamentos ou proventos a que possam fazer jus.	
§ 1º O direito de participar das Assembleias Gerais da Companhia e nelas exercer todas as prerrogativas conferidas às ações representadas pelas Units, mediante comprovação de sua titularidade, cabe exclusivamente ao titular das Units. O titular da Unit poderá ser representado nas Assembleias Gerais da Companhia por procurador constituído nos termos da Lei de Sociedade por Ações e deste Estatuto Social.	§ 1º O direito de participar das Assembleias Gerais da Companhia e nelas exercer todas as prerrogativas conferidas às ações representadas pelas Units, mediante comprovação de sua titularidade, cabe exclusivamente ao titular das Units. O titular da Unit poderá ser representado nas Assembleias Gerais da Companhia por procurador constituído nos termos da Lei de Sociedade por Ações e deste Estatuto Social.	
§ 2º Na hipótese de desdobramento, grupamento, bonificação ou emissão de novas ações mediante a capitalização de lucros ou reservas, serão observadas as seguintes regras com relação às Units:	§ 2º Na hipótese de desdobramento, grupamento, bonificação ou emissão de novas ações mediante a capitalização de lucros ou reservas, serão observadas as seguintes regras com relação às Units:	
(i) caso ocorra aumento da quantidade de ações de emissão da Companhia, a instituição financeira depositária registrará o depósito das novas ações e creditará novas Units na conta dos respectivos titulares, de modo a refletir o novo número de ações detidas pelos titulares das Units,	(i) caso ocorra aumento da quantidade de ações de emissão da Companhia, a instituição financeira depositária registrará o depósito das novas ações e creditará novas Units na conta dos respectivos titulares, de modo a refletir o novo número de ações detidas pelos	

<p>guardada sempre a proporção de 1 (uma) ação ordinária e 4 (quatro) ações preferenciais de emissão da Companhia para cada Unit, sendo que as ações que não forem passíveis de constituir Units serão creditadas diretamente aos acionistas, sem a emissão de Units; e</p>	<p>titulares das Units, guardada sempre a proporção de uma ação ordinária e quatro ações preferenciais de emissão da Companhia para cada Unit, sendo que as ações que não forem passíveis de constituir Units serão creditadas diretamente aos acionistas, sem a emissão de Units; e</p>	
<p>(ii) caso ocorra redução da quantidade de ações de emissão da Companhia, a instituição financeira depositária debitará as contas de depósito de Units dos titulares das ações grupadas, efetuando o cancelamento automático de Units em número suficiente para refletir o novo número de ações detidas pelos titulares das Units, guardada sempre a proporção de 1 (uma) ação ordinária e 4 (quatro) ações preferenciais de emissão da Companhia para cada Unit, sendo que as ações remanescentes que não forem passíveis de constituir Units serão entregues diretamente aos acionistas, sem a emissão de Units.</p>	<p>(ii) caso ocorra redução da quantidade de ações de emissão da Companhia, a instituição financeira depositária debitará as contas de depósito de Units dos titulares das ações grupadas, efetuando o cancelamento automático de Units em número suficiente para refletir o novo número de ações detidas pelos titulares das Units, guardada sempre a proporção de uma ação ordinária e quatro ações preferenciais de emissão da Companhia para cada Unit, sendo que as ações remanescentes que não forem passíveis de constituir Units serão entregues diretamente aos acionistas, sem a emissão de Units.</p>	
<p>Art. 51 – No caso de exercício do direito de preferência para a subscrição de ações de emissão da Companhia, se houver, a instituição financeira depositária criará novas Units no livro de registro de Units escriturais e creditará tais Units aos respectivos titulares, de modo a refletir a nova quantidade de ações preferenciais e ações ordinárias de emissão da Companhia depositadas na conta de depósito vinculada às Units, observada sempre a proporção de 1 (uma) ação ordinária e 4 (quatro) ações preferenciais de emissão da Companhia para cada Unit, sendo que as ações que não forem passíveis de constituir Units serão creditadas diretamente aos acionistas, sem a emissão de Units. No caso de exercício do direito de preferência para a subscrição de outros valores mobiliários de emissão da Companhia, não haverá o crédito automático de Units.</p>	<p>Art. 102 – No caso de exercício do direito de preferência para a subscrição de ações de emissão da Companhia, se houver, a instituição financeira depositária criará novas Units no livro de registro de Units escriturais e creditará tais Units aos respectivos titulares, de modo a refletir a nova quantidade de ações preferenciais e ações ordinárias de emissão da Companhia depositadas na conta de depósito vinculada às Units, observada sempre a proporção de uma ação ordinária e quatro ações preferenciais de emissão da Companhia para cada Unit, sendo que as ações que não forem passíveis de constituir Units serão creditadas diretamente aos acionistas, sem a emissão de Units. No caso de exercício do direito de preferência para a subscrição de outros valores mobiliários de emissão da Companhia, não haverá o crédito automático de Units.</p>	
	<p>CAPÍTULO XV DISPOSIÇÕES GERAIS</p>	
<p>Art. 53 - A dissolução e a liquidação da</p>	<p>Art. 103 - Na hipótese de retirada de</p>	<p>Melhoria na redação no</p>

<p>Companhia far-se-ão de acordo com o que dispuser a Assembleia Geral, obedecidas as disposições legais em vigor.</p>	<p>acionistas ou de fechamento de capital, o montante a ser pago pela Companhia a título de reembolso pelas ações detidas pelos acionistas que tenham exercido direito de retirada, nos casos autorizados por lei, deverá corresponder ao valor econômico de tais ações, a ser apurado de acordo com o procedimento de avaliação aceito pela Lei, sempre que tal valor for inferior ao valor patrimonial.</p>	<p>dispositivo observado a legislação vigente - Lei 6.404</p>
<p>Sem correlação anterior</p>	<p>Art. 104 A Companhia deverá observar as orientações e procedimentos previstos em legislação federal, estadual e municipal, bem como em normas regulatórias e normativas expedidas por órgãos estaduais e federais.</p>	<p>Melhoria na redação no dispositivo observado a legislação vigente</p>
<p>Art. 52 – Nos casos de termo final das concessões em vigor, seja por decurso do prazo contratual, por encampação, resilição ou qualquer outra espécie extintiva, os respectivos Poderes Concedentes deverão indenizar previamente a Companhia, proporcionalmente aos investimentos realizados, e assumir as parcelas vincendas dos financiamentos realizados, relativos a obras referentes aos sistemas revertidos.</p>	<p>Art. 105 – Nos casos de termo final das concessões em vigor, seja por decurso do prazo contratual, por encampação, resilição ou qualquer outra espécie extintiva, os respectivos Poderes Concedentes deverão indenizar previamente a Companhia, proporcionalmente aos investimentos realizados, e assumir as parcelas vincendas dos financiamentos realizados, relativos a obras referentes aos sistemas revertidos.</p>	
<p>Parágrafo Único - Todos os bens que não sejam diretamente vinculados à prestação dos serviços públicos que estiveram sob concessão, permanecerão integrando o patrimônio da Companhia.</p>	<p>Parágrafo Único – Todos os bens que não sejam diretamente vinculados à prestação dos serviços públicos que estiveram sob concessão, permanecerão integrando o patrimônio da Companhia.</p>	
<p>Art. 54 – As regras referentes ao Regulamento do Nível 2 constantes deste Estatuto Social, somente terão eficácia a partir da data de início da negociação das ações da Companhia no segmento de listagem denominado Nível 2 de Governança Corporativa da BM&FBOVESPA.</p>	<p>Art. 106 – As regras referentes ao Regulamento do Nível 2 constantes deste Estatuto Social, somente terão eficácia a partir da data de início da negociação das ações da Companhia no segmento de listagem denominado Nível 2 de Governança Corporativa da B3 – Bolsa, Balcão Brasil.</p>	<p>Alteração nomenclatura BM&FBOVESPA para B3.</p>
<p>Art. 4º - Com a admissão da Companhia no segmento especial de listagem denominado Nível 2 de Governança Corporativa, da BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (“BM&FBOVESPA”), e a celebração do</p>	<p>§ 1º Com a admissão da Companhia no segmento especial de listagem denominado Nível 2 de Governança Corporativa, da B3 – Bolsa, Balcão Brasil e a celebração do Contrato de Participação do Nível 2 de Governança</p>	<p>Alteração nomenclatura BM&FBOVESPA para B3.</p>

<p>Contrato de Participação do Nível 2 de Governança Corporativa, sujeitam-se a Companhia, seus acionistas, Administradores e membros do Conselho Fiscal, às disposições do Regulamento de Listagem do Nível 2 de Governança Corporativa da BM&FBOVESPA (“Regulamento do Nível 2”).</p>	<p>Corporativa, sujeitam-se a Companhia, seus acionistas, Administradores e membros do Conselho Fiscal, às disposições do Regulamento de Listagem do Nível 2 de Governança Corporativa da B3 – Bolsa, Balcão Brasil (“Regulamento do Nível 2”).</p>	
<p>Art. 1º Parágrafo Único - Nos termos do artigo 238 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei de Sociedades por Ações”), o Estado do Paraná tem os deveres e responsabilidades do acionista controlador (artigos 116 e 117 da referida Lei), mas poderá orientar as atividades da Companhia de modo a atender ao interesse público, referidos no objeto social, que justificou sua criação.</p>	<p>§ 2º Nos termos do artigo 238 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei de Sociedades por Ações”), o Estado do Paraná tem os deveres e responsabilidades do acionista controlador (artigos 116 e 117 da referida Lei), mas poderá orientar as atividades da Companhia de modo a atender ao interesse público, referidos no objeto social, que justificou sua criação.</p>	
<p style="text-align: center;">CAPÍTULO XIII DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS</p>	<p style="text-align: center;">CAPÍTULO XVI DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS</p>	
<p>Art. 55 – De maneira a viabilizar a implementação do programa de Units previsto no Capítulo XI, os acionistas da Companhia poderão solicitar a conversão de ações preferenciais de emissão da Companhia em ações ordinárias, bem como de ações ordinárias de emissão da Companhia em ações preferenciais, observado o disposto neste artigo.</p> <p>§ 1º A conversão mencionada no caput deste artigo observará as seguintes condições: (i) para cada grupo de 5 (cinco) ações preferenciais de emissão da Companhia, o acionista titular dessas ações terá o direito de converter 1 (uma) ação preferencial em 1 (uma) ação ordinária; e (ii) para cada grupo de 5 (cinco) ações ordinárias de emissão da Companhia, o acionista titular dessas ações terá o direito de converter 4 (quatro) ações ordinárias em 4 (quatro) ações preferenciais.</p>	<p>Art. 107 – De maneira a viabilizar um novo programa de Units, os acionistas da Companhia poderão solicitar a conversão de ações preferenciais de emissão da Companhia em ações ordinárias, bem como de ações ordinárias de emissão da Companhia em ações preferenciais, observado o disposto neste artigo.</p> <p>§ 1º A conversão mencionada no caput deste artigo observará as seguintes condições: (i) para cada grupo de cinco ações preferenciais de emissão da Companhia, o acionista titular dessas ações terá o direito de converter uma ação preferencial em uma ação ordinária; e (ii) para cada grupo de cinco ações ordinárias de emissão da Companhia, o acionista titular dessas ações terá o direito de converter quatro ações ordinárias em quatro ações preferenciais.</p>	<p>Melhoria na redação</p>
<p>§ 2º Adicionalmente, com o fim de permitir que todos os acionistas da Companhia participem do programa de Units e, assim, promover a sua liquidez, acionistas que desejarem formar Units e que sejam titulares de</p>	<p>§ 2º Adicionalmente, com o fim de permitir que todos os acionistas da Companhia participem do programa de Units e, assim, promover a sua liquidez, acionistas que desejarem formar Units e que sejam titulares de</p>	

lote(s) de 5 (cinco) ações de emissão da Companhia em qualquer proporção entre preferenciais e ordinárias, porém que não se enquadrem na proporção de 1 (uma) ação ordinária e 4 (quatro) ações preferenciais poderão solicitar a conversão de ações necessária para que esses lotes de ações passem a constituir tal proporção.	lote(s) de cinco ações de emissão da Companhia em qualquer proporção entre preferenciais e ordinárias, porém que não se enquadrem na proporção de uma ação ordinária e quatro ações preferenciais poderão solicitar a conversão de ações necessária para que esses lotes de ações passem a constituir tal proporção.	
§ 3º Competirá ao Conselho de Administração estabelecer os termos, prazos e condições para o exercício do direito de conversão previsto neste artigo 55 , podendo praticar todos os atos necessários à sua implantação.	§ 3º Competirá ao Conselho de Administração estabelecer os termos, prazos e condições para o exercício do direito de conversão previsto neste artigo, podendo praticar todos os atos necessários à sua implantação.	
Art 56 – Os dispostos no item “d” do artigo 8º deste Estatuto Social, bem como no inciso XXX e no parágrafo segundo, ambos do artigo 21 deste Estatuto Social, somente passarão a vigorar caso seja efetivamente implementado o programa de Units previsto no Capítulo XI deste Estatuto Social.	Art 108 – Os dispostos no item “d” do artigo 6º deste Estatuto Social, bem como no inciso LIV e no parágrafo segundo, ambos do artigo 37 deste Estatuto Social, somente passarão a vigorar caso seja efetivamente implementado o programa de Units previsto no Capítulo XIV deste Estatuto Social.	Remissão ao artigo e capítulo correspondente.
Sem correlação anterior	Art 109 - O Conselheiro Suplente representante dos empregados no Conselho de Administração, com mandato vigente até a data da aprovação desta reforma estatutária, cumprirá seu mandato até o termo final estabelecido.	Faz se necessário esta inclusão, a fim de atender ao suplente atual.
Aprovado e consolidado na 111ª Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 27 de outubro de 2017.	Aprovado e consolidado na 112ª Assembleia Geral Extraordinária, realizada em xx de junho de 2018 .	

POLÍTICA DE INDICAÇÃO DE AGENTES DE GOVERNANÇA

POLÍTICA DE INDICAÇÃO DE AGENTES DE GOVERNANÇA	POLÍTICA DE INDICAÇÃO DE ADMINISTRADORES	POLÍTICA DE INDICAÇÃO DE AGENTES DE GOVERNANÇA
1. ABRANGÊNCIA	1. ABRANGÊNCIA	1. ABRANGÊNCIA
A presente Política de Indicação de Administradores (“Política”) estabelece os critérios para indicação dos membros do Conselho de Administração, Diretoria Executiva, Conselho Fiscal e Comitês Estatutários.	Art. 1º A presente Política de Indicação de Administradores (“Política”) estabelece os critérios para indicação dos membros do Conselho de Administração, Diretoria Executiva, Conselho Fiscal e Comitês Estatutários.	Art. 1º A presente Política de Indicação de Administradores (“Política”) estabelece os critérios para indicação dos membros do Conselho de Administração, Diretoria Executiva, Conselho Fiscal e Comitês Estatutários.
2. DIRETRIZES	2. DIRETRIZES	2. DIRETRIZES
2.1. Esta Política visa estabelecer os requisitos mínimos para indicação de Conselheiros de Administração, Diretores, Conselheiros Fiscais e membros dos Comitês Estatutários.	Art. 2º. Esta Política visa estabelecer os requisitos mínimos para indicação de Conselheiros de Administração, Diretores, Conselheiros Fiscais e membros dos Comitês Estatutários.	Art. 2º. Esta Política visa estabelecer os requisitos mínimos para indicação de Conselheiros de Administração, Diretores, Conselheiros Fiscais e membros dos Comitês Estatutários.
2.2 A Política deverá ser disponibilizada na página eletrônica da Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, em local de fácil acesso.	Art. 3º. A Política deverá ser disponibilizada na página eletrônica da Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, em local de fácil acesso.	Art. 3º. A Política deverá ser disponibilizada na página eletrônica da Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, em local de fácil acesso.
2.3. Além dos requisitos mínimos exigidos pela legislação e pelo Estatuto Social da Companhia, os indicados para os cargos de Conselheiros de Administração, Diretores, Conselheiros Fiscais e membros dos Comitês Estatutários deverão atender aos seguintes critérios:	Art. 4º. Além dos requisitos mínimos exigidos pela legislação e pelo Estatuto Social da Companhia, os indicados para os cargos de Conselheiros de Administração, Diretores, Conselheiros Fiscais e membros dos Comitês Estatutários deverão atender aos seguintes critérios:	Art. 4º. Além dos requisitos mínimos exigidos pela legislação e pelo Estatuto Social da Companhia, os indicados para os cargos de Conselheiros de Administração, Diretores, Conselheiros Fiscais e membros dos Comitês Estatutários deverão

		atender aos seguintes critérios:
I – Formação acadêmica preferencialmente nas seguintes áreas: a) Administração Pública ou de Empresas; b) Ciências Atuariais; c) Ciências Econômicas; d) Comércio Internacional; e) Contabilidade ou Auditoria; f) Direito; g) Engenharia; h) Estatística; i) Finanças; j) Matemática;	I – Formação acadêmica, em graduação, preferencialmente nas seguintes áreas: a) Administração Pública ou de Empresas; b) Ciências Atuariais; c) Ciências Econômicas; d) Comércio Internacional; e) Contabilidade ou Auditoria; f) Direito; g) Engenharia; h) Estatística; i) Finanças; j) Matemática;	I – Graduação preferencialmente nas seguintes áreas: a) Administração Pública ou de Empresas; b) Ciências Atuariais; c) Ciências Econômicas; d) Comércio Internacional; e) Contabilidade ou Auditoria; f) Direito; g) Engenharia; h) Estatística; i) Finanças; j) Matemática;
II – No caso de o indicado possuir curso superior em áreas diversas daquelas previstas no inciso I, serão aceitos cursos de pós-graduação em áreas afins com aquelas;	II – No caso de o indicado possuir curso de graduação em áreas diversas daquelas previstas no inciso I, serão aceitos cursos de pós-graduação em áreas afins com aquelas;	II – No caso de o indicado possuir curso de graduação em áreas diversas daquelas previstas no inciso I, serão aceitos cursos de pós-graduação em áreas afins com aquelas;
III – Os indicados deverão, preferivelmente, deter conhecimentos relacionados às atividades da Sanepar.	III – Os indicados deverão, preferencialmente , deter conhecimentos relacionados às atividades da Sanepar.	III – Os indicados deverão, preferencialmente , deter conhecimentos relacionados às atividades da Sanepar.
2.4. Os requisitos previstos no item 2.3 acima aplicam-se também aos representantes dos empregados, acionistas minoritários e preferencialistas.	Art. 5º. Os requisitos previstos no art. 4º acima aplicam-se também aos representantes dos empregados, acionistas minoritários e preferencialistas, e aos indicados por força de acordo de acionistas.	Art. 5º. Os requisitos previstos no art. 4º acima aplicam-se também aos representantes dos empregados, acionistas minoritários e preferencialistas.
3. PROCEDIMENTOS PARA A INDICAÇÃO DOS ADMINISTRADORES	3. PROCEDIMENTOS PARA A INDICAÇÃO DOS ADMINISTRADORES	3. PROCEDIMENTOS PARA A INDICAÇÃO
3.1. As indicações deverão ser	Art. 6º. As indicações deverão ser	Art. 6º. As indicações

<p>encaminhadas à Assessoria de Governança Corporativa da Sanepar - AGC para que seja dado o encaminhamento interno necessário.</p>	<p>encaminhadas à Assessoria de Governança Corporativa da Sanepar - AGC para que seja dado o encaminhamento interno necessário.</p>	<p>deverão ser encaminhadas à Gerência de Governança, Riscos e Compliance - GGRC para que seja dado o encaminhamento interno necessário.</p>
<p>3.2. De posse da indicação, a AGC deverá instruir o processo com:</p> <p>a) <i>Curriculum vitae</i> atualizado;</p> <p>b) Cópia de documento de identificação com foto, contendo RG e CPF;</p> <p>c) Cópia do Comprovante de Residência nominal do indicado, atualizado;</p> <p>d) Formulário Cadastral específico para o órgão estatutário ao qual foi indicado, conforme modelo do Conselho de Controle de Empresas Estatais (CCEE);</p>	<p>Art. 7º. De posse da indicação, a AGC deverá instruir o processo com:</p> <p>I – <i>Curriculum vitae</i> atualizado;</p> <p>II – Cópia de documento de identificação com foto, contendo RG e CPF;</p> <p>III – Cópia do Comprovante de Residência em nome do indicado, com menos de 90 (noventa) dias;</p> <p>IV – Formulário Cadastral específico para o órgão estatutário ao qual foi indicado, conforme modelo do Conselho de Controle de Empresas Estatais (CCEE);</p>	<p>Art. 7º. De posse da indicação, a GGRC deverá instruir o processo com:</p> <p>I – <i>Curriculum vitae</i> atualizado;</p> <p>II – Cópia de documento de identificação com foto, contendo RG e CPF;</p> <p>III – Cópia do Comprovante de Residência em nome do indicado, atualizado em 90 (noventa) dias;</p> <p>IV – Formulário Cadastral específico para o órgão estatutário ao qual foi indicado, conforme modelo do Conselho de Controle de Empresas Estatais (CCEE);</p>
<p>3.3 As indicações realizadas pelos acionistas deverão ser apresentadas em tempo hábil da data da realização da reunião do órgão estatutário competente para a eleição.</p>	<p>Art. 8º. As indicações realizadas pelos acionistas deverão ser apresentadas em tempo hábil da data da realização da reunião do órgão estatutário competente para a eleição.</p>	<p>Art. 8º. As indicações realizadas pelos acionistas deverão ser apresentadas em tempo hábil da data da realização da reunião do órgão estatutário competente para a eleição.</p>
<p>4.1.5. A eleição do membro do Conselho de Administração deverá constar na ata da Assembleia Geral que deliberar sobre o assunto, indicando a qualificação e o prazo de gestão de cada um dos eleitos, devendo ser arquivada na Junta Comercial do Estado do Paraná e publicada.</p> <p>5.5. A eleição de Diretor deverá constar na ata da reunião do Conselho de Administração que deliberar sobre o</p>	<p>Art. 13. A eleição do membro do Conselho de Administração deverá constar na ata da Assembleia Geral que deliberar sobre o assunto, indicando a qualificação e o prazo de gestão de cada um dos eleitos, devendo ser arquivada na Junta Comercial do Estado do Paraná e publicada.</p> <p>Art. 36. A eleição de Diretor deverá constar na ata da reunião do Conselho</p>	<p>Art. 9º. A eleição dos agentes de governança deverá constar na ata que deliberar sobre o assunto, indicando a qualificação e o prazo de gestão de cada um dos eleitos, devendo ser arquivada na Junta Comercial do Estado do Paraná e publicada, sendo:</p> <p>I - Conselheiros de</p>

<p>assunto, indicando a qualificação e o prazo de gestão de cada um dos eleitos, devendo ser arquivada na Junta Comercial do Estado do Paraná e publicada.</p> <p>6.7. A eleição do membro do Conselho Fiscal deverá constar na ata da Assembleia Geral que deliberar sobre o assunto, indicando a qualificação e o prazo de gestão de cada um dos eleitos, devendo ser arquivada na Junta Comercial do Estado do Paraná e publicada.</p> <p>7.1.4. A eleição do membro do Comitê de Auditoria deverá constar na ata da reunião do Conselho de Administração que deliberar sobre o assunto, indicando a qualificação e o prazo de gestão de cada um dos eleitos.</p> <p>7.2.2. A eleição do membro do Comitê de Indicação e Avaliação deverá constar na ata da Assembleia Geral que deliberar sobre o assunto, indicando a qualificação e o prazo de gestão de cada um dos eleitos, devendo ser arquivada na Junta Comercial do Estado do Paraná e publicada.</p> <p>7.3.2. A eleição do membro do Comitê Técnico deverá constar na ata do Conselho de Administração que deliberar sobre o assunto, indicando a qualificação e o prazo de gestão de cada um dos eleitos, prazo este que deverá ser unificado ao Conselho de Administração, devendo ser arquivada na Junta Comercial do Estado do Paraná e publicada.</p>	<p>de Administração que deliberar sobre o assunto, indicando a qualificação e o prazo de gestão de cada um dos eleitos, devendo ser arquivada na Junta Comercial do Estado do Paraná e publicada.</p> <p>Art. 44. A eleição do membro do Conselho Fiscal deverá constar na ata da Assembleia Geral que deliberar sobre o assunto, indicando a qualificação e o prazo de gestão de cada um dos eleitos, devendo ser arquivada na Junta Comercial do Estado do Paraná e publicada.</p> <p>Art. 49. A eleição do membro do Comitê de Auditoria deverá constar na ata da reunião do Conselho de Administração que deliberar sobre o assunto, indicando a qualificação e o prazo de gestão de cada um dos eleitos.</p> <p>Art. 52. A eleição do membro do Comitê de Indicação e Avaliação deverá constar na ata da Assembleia Geral que deliberar sobre o assunto, indicando a qualificação e o prazo de gestão de cada um dos eleitos, devendo ser arquivada na Junta Comercial do Estado do Paraná e publicada.</p>	<p>Administração, Conselheiros Fiscais e membros do Comitê de Indicação e Avaliação eleitos em Assembleia Geral; e</p> <p>II – Diretores e membros do Comitê de Auditoria Estatutário e Comitê técnico eleitos pelo Conselho do Administração.</p>
<p>4.1.6. As atas relativas à eleição dos indicados deverão ser divulgadas na página eletrônica da Sanepar, em local de fácil acesso, devendo constar eventuais manifestações divergentes dos acionistas.</p> <p>5.6 As atas relativas à eleição dos indicados deverão ser divulgadas na página eletrônica da Sanepar, em local de fácil acesso, devendo constar eventuais</p>	<p>Art. 14. As atas relativas à eleição dos indicados deverão ser divulgadas na página eletrônica da Sanepar, em local de fácil acesso, devendo constar eventuais manifestações divergentes dos acionistas.</p> <p>Art. 37 As atas relativas à eleição dos indicados deverão ser divulgadas na página eletrônica da Sanepar, em local</p>	<p>Art. 10. As atas relativas à eleição dos indicados deverão ser divulgadas na página eletrônica da Sanepar, em local de fácil acesso, devendo constar eventuais manifestações divergentes.</p>

<p>manifestações divergentes dos acionistas.</p> <p>6.8 As atas relativas à eleição dos indicados deverão ser divulgadas na página eletrônica da Sanepar, em local de fácil acesso, devendo constar eventuais manifestações divergentes dos acionistas.</p> <p>7.1.5. As atas das reuniões relativas à eleição dos indicados deverão ser divulgadas na página eletrônica da Sanepar, em local de fácil acesso, devendo constar eventuais manifestações divergentes dos Conselheiros.</p> <p>7.2.3. As atas das Assembleias relativas à eleição dos indicados deverão ser divulgadas na página eletrônica da Sanepar, em local de fácil acesso, devendo constar eventuais manifestações divergentes dos acionistas.</p> <p>7.3.3. As atas das Assembleias relativas à eleição dos indicados deverão ser divulgadas na página eletrônica da Sanepar, em local de fácil acesso, devendo constar eventuais manifestações divergentes dos acionistas.</p>	<p>de fácil acesso, devendo constar eventuais manifestações divergentes dos acionistas.</p> <p>Art. 45 As atas relativas à eleição dos indicados deverão ser divulgadas na página eletrônica da Sanepar, em local de fácil acesso, devendo constar eventuais manifestações divergentes dos acionistas.</p> <p>Art. 50. As atas das reuniões relativas à eleição dos indicados deverão ser divulgadas na página eletrônica da Sanepar, em local de fácil acesso, devendo constar eventuais manifestações divergentes dos Conselheiros.</p> <p>Art. 53. As atas das Assembleias relativas à eleição dos indicados deverão ser divulgadas na página eletrônica da Sanepar, em local de fácil acesso, devendo constar eventuais manifestações divergentes dos acionistas.</p>	
<p>4. INDICAÇÕES PARA O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO</p>	<p>4. INDICAÇÕES PARA O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO</p>	<p>4. INDICAÇÕES PARA O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO</p>
<p>4.1. Regras gerais</p>	<p>Seção I REGRAS GERAIS</p>	<p>Seção I REGRAS GERAIS</p>
<p>4.1.1. O Conselho de Administração é órgão de deliberação estratégica e colegiada responsável pela orientação superior da Companhia.</p>	<p>Art. 9º. O Conselho de Administração é órgão de deliberação estratégica e colegiada responsável pela orientação superior da Companhia.</p>	<p>Art. 11. O Conselho de Administração é órgão de deliberação estratégica e colegiada responsável pela orientação superior da Companhia.</p>
<p>4.1.2. A indicação de membros para o Conselho de Administração deverá observar, além dos requisitos mínimos exigidos pela legislação e pelo Estatuto Social da Companhia, os critérios e diretrizes estabelecidos nesta Política.</p>	<p>Art. 10. A indicação de membros para o Conselho de Administração deverá observar, além dos requisitos mínimos exigidos pela legislação e pelo Estatuto Social da Companhia, os critérios e diretrizes estabelecidos nesta Política.</p>	<p>Art. 12. A indicação de membros para o Conselho de Administração deverá observar, além dos requisitos mínimos exigidos pela legislação e pelo Estatuto Social da Companhia, os critérios e diretrizes estabelecidos</p>

		nesta Política.
4.1.3. Os requisitos obrigatórios, impedimentos e vedações para o cargo de Conselheiro de Administração aplicam-se também aos representantes dos empregados, acionistas minoritários e preferencialistas.	Art. 11. Os requisitos obrigatórios, impedimentos e vedações para o cargo de Conselheiro de Administração aplicam-se aos representantes dos empregados, acionistas minoritários e preferencialistas, e aos indicados por força de acordo de acionistas.	Art. 13. Os requisitos obrigatórios, impedimentos e vedações para o cargo de Conselheiro de Administração aplicam-se aos representantes dos empregados, acionistas minoritários e preferencialistas.
4.1.4. Na composição global do Conselho de Administração, deverão ser observados: a) A diversidade e complementariedade de experiências profissionais entre os indicados; b) O percentual mínimo de 25% (vinte e cinco por cento) de Conselheiros independentes, ou de pelo menos 1 (um), caso haja decisão pelo exercício da faculdade do voto múltiplo pelos acionistas minoritários, nos termos de art. 141 da Lei Federal nº 6.404/76.	Art. 12. Na composição global do Conselho de Administração, deverão ser observados: I – A diversidade e complementariedade de experiências profissionais entre os indicados; II – O percentual mínimo de 25% (vinte e cinco por cento) de Conselheiros independentes, ou de pelo menos 1 (um), caso haja decisão pelo exercício da faculdade do voto múltiplo pelos acionistas minoritários.	Art. 14. Na composição global do Conselho de Administração, deverá ser observada a diversidade e complementariedade de experiências profissionais entre os indicados;
4.2. Requisitos	Seção II REQUISITOS	Seção II REQUISITOS
4.2.1. Das normas comuns aos indicados ao Conselho de Administração	Subseção I Das normas comuns aos indicados ao Conselho de Administração	Subseção I Das normas comuns aos indicados ao Conselho de Administração
4.2.1.1. Os indicados para o Conselho de Administração serão escolhidos entre cidadãos de reputação ilibada e de notório conhecimento, devendo ser atendidos, alternativamente, um dos requisitos das alíneas “a”, “b” e “c” do inciso I e, cumulativamente, os requisitos dos incisos II e III:	Art. 15. Os indicados para o Conselho de Administração serão escolhidos entre cidadãos de reputação ilibada e de notório conhecimento, devendo ser atendidos, alternativamente, um dos requisitos das alíneas “a”, “b” e “c” do inciso I e, cumulativamente, os requisitos dos incisos II e III:	Art. 15. Os indicados para o Conselho de Administração serão escolhidos entre cidadãos de reputação ilibada e de notório conhecimento, devendo ser atendidos, alternativamente, um dos requisitos das alíneas “a”, “b” e “c” do inciso I e, cumulativamente, os requisitos dos incisos II e III:
I - ter experiência profissional de, no	I - ter experiência profissional de, no	I - ter experiência profissional de, no

<p>mínimo:</p> <p>a) 10 (dez) anos, no setor público ou privado, na área de atuação da empresa pública ou da sociedade de economia mista ou em área conexa àquela para a qual forem indicados em função de direção superior; ou</p> <p>b) 4 (quatro) anos ocupando pelo menos um dos seguintes cargos:</p> <p>(i) cargo de direção ou de chefia superior em empresa de porte ou objeto social semelhante ao da empresa pública ou da sociedade de economia mista, entendendo-se como cargo de chefia superior aquele situado nos 2 (dois) níveis hierárquicos não estatutários mais altos da empresa;</p> <p>(ii) cargo em comissão ou função de confiança equivalente a DAS-4 ou superior, no setor público;</p> <p>(iii) cargo de docente ou de pesquisador em áreas de atuação da empresa pública ou da sociedade de economia mista;</p> <p>c) 4 (quatro) anos de experiência como profissional liberal em atividade direta ou indiretamente vinculada à área de atuação da empresa pública ou sociedade de economia mista;</p>	<p>mínimo:</p> <p>a) 10 (dez) anos, no setor público ou privado, na área de atuação da empresa pública ou da sociedade de economia mista ou em área conexa àquela para a qual forem indicados em função de direção superior; ou</p> <p>b) 4 (quatro) anos ocupando pelo menos um dos seguintes cargos:</p> <p>(i) cargo de direção ou de chefia superior em empresa de porte ou objeto social semelhante ao da empresa pública ou da sociedade de economia mista, entendendo-se como cargo de chefia superior aquele situado nos 2 (dois) níveis hierárquicos não estatutários mais altos da empresa;</p> <p>(ii) cargo em comissão ou função de confiança equivalente a DAS-4 ou superior, no setor público;</p> <p>(iii) cargo de docente ou de pesquisador em áreas de atuação da empresa pública ou da sociedade de economia mista;</p> <p>c) 4 (quatro) anos de experiência como profissional liberal em atividade direta ou indiretamente vinculada à área de atuação da empresa pública ou sociedade de economia mista;</p>	<p>mínimo:</p> <p>a) 10 (dez) anos, no setor público ou privado, na área de atuação da empresa pública ou da sociedade de economia mista ou em área conexa àquela para a qual forem indicados em função de direção superior; ou</p> <p>b) 4 (quatro) anos ocupando pelo menos um dos seguintes cargos:</p> <p>(i) cargo de direção ou de chefia superior em empresa de porte ou objeto social semelhante ao da empresa pública ou da sociedade de economia mista, entendendo-se como cargo de chefia superior aquele situado nos 2 (dois) níveis hierárquicos não estatutários mais altos da empresa;</p> <p>(ii) cargo em comissão ou função de confiança equivalente a DAS-4 ou superior, no setor público;</p> <p>(iii) cargo de docente ou de pesquisador em áreas de atuação da empresa pública ou da sociedade de economia mista;</p> <p>c) 4 (quatro) anos de experiência como profissional liberal em atividade direta ou indiretamente vinculada à área de atuação da empresa pública ou sociedade de economia mista;</p>
--	--	--

II - ter formação acadêmica compatível com o cargo para o qual foi indicado;	II - ter formação acadêmica compatível com o cargo para o qual foi indicado;	II - ter formação acadêmica compatível com o cargo para o qual foi indicado;
III - não se enquadrar nas hipóteses de inelegibilidade previstas nas alíneas do inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 135, de 4 de junho de 2010. (art. 17, I, II e III da Lei 13.303/16).	III - não se enquadrar nas hipóteses de inelegibilidade previstas nas alíneas do inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 135, de 4 de junho de 2010 (“Lei da Ficha Limpa”).	III - não se enquadrar nas hipóteses de inelegibilidade previstas nas alíneas do inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 135, de 4 de junho de 2010 (“Lei da Ficha Limpa”).
4.2.1.2. Os requisitos previstos no item 4.2.1.1 acima poderão ser dispensados no caso de indicação de empregado da Sanepar, desde que atendidos os seguintes quesitos mínimos:	Art. 16. Os requisitos previstos no art. 15 acima poderão ser dispensados no caso de indicação de empregado da Sanepar, desde que atendidos os seguintes requisitos mínimos:	Art. 16. Os requisitos previstos no art. 15 acima poderão ser dispensados no caso de indicação de empregado da Sanepar, desde que atendidos os seguintes requisitos mínimos:
I - o empregado tenha ingressado na Sanepar por meio de concurso público de provas ou de provas e títulos;	I - o empregado tenha ingressado na Sanepar por meio de concurso público de provas ou de provas e títulos;	I - o empregado tenha ingressado na Sanepar por meio de concurso público de provas ou de provas e títulos;
II - o empregado tenha mais de 10 (dez) anos de trabalho efetivo na Sanepar;	II - o empregado tenha mais de 10 (dez) anos de trabalho efetivo na Sanepar;	II - o empregado tenha mais de 10 (dez) anos de trabalho efetivo na Sanepar;
III - o empregado tenha ocupado cargo na gestão superior na Sanepar, comprovando sua capacidade para assumir as responsabilidades do cargo de Conselheiro de Administração. (art. 17, §5º da Lei 13.303/16).	III - o empregado tenha ocupado cargo na gestão superior da Sanepar, comprovando sua capacidade para assumir as responsabilidades do cargo de Conselheiro de Administração.	III - o empregado tenha ocupado cargo na gestão superior da Sanepar, comprovando sua capacidade para assumir as responsabilidades do cargo de Conselheiro de Administração.
4.2.2. Do representante dos empregados no Conselho de Administração	Subseção II Do representante dos empregados no Conselho de Administração	Subseção II Do representante dos empregados no Conselho de Administração

<p>4.2.2.1. É assegurada a participação de 1 (um) representante dos empregados no Conselho de Administração da Sanepar, nos termos da legislação vigente.</p>	<p>Art. 17. É assegurada a participação de 1 (um) representante dos empregados no Conselho de Administração da Sanepar.</p>	<p>Art. 17. É assegurada a participação de 1 (um) representante dos empregados no Conselho de Administração da Sanepar.</p>
<p>4.2.2.2. O representante dos trabalhadores será escolhido dentre os empregados ativos da Sanepar pelo voto direto de seus pares, em eleição organizada pela empresa.</p>	<p>Art. 18. O representante dos trabalhadores será escolhido dentre os empregados ativos da Sanepar pelo voto direto de seus pares, em eleição organizada pela empresa em conjunto com as entidades sindicais que os representem.</p>	<p>Art. 18. O representante dos trabalhadores será escolhido dentre os empregados ativos da Sanepar pelo voto direto de seus pares, em eleição organizada pela empresa.</p>
<p>4.2.2.3. O empregado eleito para o Conselho de Administração deverá estar na Companhia há, no mínimo, 5 (cinco) anos.</p>	<p>SUPRIMIDO</p>	<p>SUPRIMIDO</p>
<p>4.2.2.4. O representante dos empregados está sujeito a todos os critérios e exigências para o cargo de Conselheiro de Administração previstos em lei, no Estatuto Social e nesta Política.</p>	<p>Art. 19. O representante dos empregados está sujeito a todos os critérios e exigências para o cargo de Conselheiro de Administração previstos em lei, no Estatuto Social da Sanepar e nesta Política.</p>	<p>Art. 19. O representante dos empregados está sujeito a todos os critérios e exigências para o cargo de Conselheiro de Administração previstos em lei, no Estatuto Social da Sanepar, nesta Política ou no Regulamento Interno próprio para referida eleição.</p>
<p>4.2.3. Do membro independente do Conselho de Administração.</p>	<p>Subseção III Do membro independente do Conselho de Administração</p>	<p>Subseção III Do membro independente do Conselho de Administração</p>
<p>4.2.3.1. O Conselho de Administração deve ser composto, no mínimo, por 25% (vinte e cinco por cento) de membros independentes ou por pelo menos 1 (um), caso haja decisão pelo exercício da faculdade do voto múltiplo pelos acionistas minoritários. (art. 22 da Lei 13.303/16)</p>	<p>Art. 20. O Conselho de Administração deve ser composto, no mínimo, por 25% (vinte e cinco por cento) de membros independentes ou por pelo menos 1 (um), caso haja decisão pelo exercício da faculdade do voto múltiplo pelos acionistas minoritários.</p>	<p>Art. 20. O Conselho de Administração deve ser composto, no mínimo, por 25% (vinte e cinco por cento) de membros independentes ou por pelo menos 1 (um), caso haja decisão pelo exercício da faculdade do voto múltiplo pelos acionistas minoritários.</p>
<p>4.2.3.2. O conselheiro independente caracteriza-se por:</p>	<p>Art. 21. O conselheiro independente caracteriza-se por:</p>	<p>Art. 21. O conselheiro independente caracteriza-se por:</p>

I - não ter qualquer vínculo com a Sanepar, exceto participação de capital;	I - não ter qualquer vínculo com a Sanepar, exceto participação de capital;	I - não ter qualquer vínculo com a Sanepar, exceto participação de capital;
II - não ser cônjuge ou parente consanguíneo ou afim, até o terceiro grau ou por adoção, de chefe do Poder Executivo, de Ministro de Estado, de Secretário de Estado ou Município ou de Administrador da Sanepar;	II - não ser cônjuge ou parente consanguíneo ou afim, até o terceiro grau ou por adoção, de chefe do Poder Executivo, de Ministro de Estado, de Secretário de Estado ou Município ou de Administrador da Sanepar;	II - não ser cônjuge ou parente consanguíneo ou afim, até o terceiro grau ou por adoção, de chefe do Poder Executivo, de Ministro de Estado, de Secretário de Estado ou Município ou de Administrador da Sanepar;
III - não ter mantido, nos últimos 3 (três) anos, vínculo de qualquer natureza com a Sanepar ou seus controladores, que possa vir a comprometer sua independência;	III - não ter mantido, nos últimos 3 (três) anos, vínculo de qualquer natureza com a Sanepar ou seus controladores, que possa vir a comprometer sua independência;	III - não ter mantido, nos últimos 3 (três) anos, vínculo de qualquer natureza com a Sanepar ou seus controladores, que possa vir a comprometer sua independência;
IV - não ser ou não ter sido, nos últimos 3 (três) anos, empregado ou diretor da Sanepar ou de sociedade controlada, coligada ou subsidiária, exceto se o vínculo for exclusivamente com instituições públicas de ensino ou pesquisa;	IV - não ser ou não ter sido, nos últimos 3 (três) anos, empregado ou diretor da Sanepar ou de sociedade controlada, coligada ou subsidiária, exceto se o vínculo for exclusivamente com instituições públicas de ensino ou pesquisa;	IV - não ser ou não ter sido, nos últimos 3 (três) anos, empregado ou diretor da Sanepar ou de sociedade controlada, coligada ou subsidiária, exceto se o vínculo for exclusivamente com instituições públicas de ensino ou pesquisa;
V - não ser fornecedor ou comprador, direto ou indireto, de serviços ou produtos da Sanepar, de modo a implicar perda de independência;	V - não ser fornecedor ou comprador, direto ou indireto, de serviços ou produtos da Sanepar, de modo a implicar perda de independência;	V - não ser fornecedor ou comprador, direto ou indireto, de serviços ou produtos da Sanepar, de modo a implicar perda de independência;
VI - não ser funcionário ou Administrador de sociedade ou entidade que esteja oferecendo ou demandando serviços ou produtos à Sanepar, de modo a implicar perda de independência;	VI - não ser funcionário ou Administrador de sociedade ou entidade que esteja oferecendo ou demandando serviços ou produtos à Sanepar, de modo a implicar perda de independência;	VI - não ser funcionário ou Administrador de sociedade ou entidade que esteja oferecendo ou demandando serviços ou produtos à Sanepar, de modo a implicar perda de independência;
VII - não receber outra remuneração da	VII - não receber outra remuneração	VII - não receber outra

Sanepar além daquela relativa ao cargo de conselheiro, à exceção de proventos em dinheiro oriundos de participação no capital. (art. 22, §1º da Lei 13.303/16).	da Sanepar além daquela relativa ao cargo de conselheiro, à exceção de proventos em dinheiro oriundos de participação no capital.	remuneração da Sanepar além daquela relativa ao cargo de conselheiro, à exceção de proventos em dinheiro oriundos de participação no capital.
4.2.3.3. Quando, em decorrência da observância do percentual mencionado no item 4.2.3.1, resultar número fracionário de Conselheiros, proceder-se-á ao arredondamento para o número inteiro:	Art. 22. Quando, em decorrência da observância do percentual mencionado no art. 20, resultar número fracionário de Conselheiros, proceder-se-á ao arredondamento para o número inteiro:	Art. 22. Quando, em decorrência da observância do percentual mencionado no art. 20, resultar número fracionário de Conselheiros, proceder-se-á ao arredondamento para o número inteiro:
I - imediatamente superior, quando a fração for igual ou superior a 0,5 (cinco décimos);	I - imediatamente superior, quando a fração for igual ou superior a 0,5 (cinco décimos);	I - imediatamente superior, quando a fração for igual ou superior a 0,5 (cinco décimos);
II - imediatamente inferior, quando a fração for inferior a 0,5 (cinco décimos). (art. 22, §2º da Lei 13.303/16).	II - imediatamente inferior, quando a fração for inferior a 0,5 (cinco décimos).	II - imediatamente inferior, quando a fração for inferior a 0,5 (cinco décimos).
4.2.3.4. Não serão consideradas, para o cômputo das vagas destinadas a membros independentes, aquelas ocupadas pelos Conselheiros eleitos por empregados. (art. 22, §3º da Lei 13.303/16).	Art. 23. Não serão consideradas, para o cômputo das vagas destinadas a membros independentes, aquelas ocupadas pelos Conselheiros eleitos por empregados.	Art. 23. Não serão consideradas, para o cômputo das vagas destinadas a membros independentes, aquelas ocupadas pelos Conselheiros eleitos por empregados.
4.2.3.5. Serão consideradas, para o cômputo das vagas destinadas a membros independentes, aquelas ocupadas pelos Conselheiros eleitos por acionistas minoritários. (art. 22, §4º da Lei 13.303/16).	Art. 24. Serão consideradas, para o cômputo das vagas destinadas a membros independentes, aquelas ocupadas pelos Conselheiros eleitos por acionistas minoritários.	Art. 24. Serão consideradas, para o cômputo das vagas destinadas a membros independentes, aquelas ocupadas pelos Conselheiros eleitos por acionistas minoritários.
4.2.3.6. A qualificação como membro independente do Conselho de Administração será expressamente declarada na ata da Assembleia Geral que eleger o Conselheiro.	Art. 25. A qualificação como membro independente do Conselho de Administração será expressamente declarada na ata da Assembleia Geral que eleger o Conselheiro.	Art. 25. A qualificação como membro independente do Conselho de Administração será expressamente declarada na ata da Assembleia Geral que eleger o Conselheiro.

4.3. Vedações	SEÇÃO II VEDAÇÕES	SEÇÃO III VEDAÇÕES
4.3.1. É vedada a indicação para o Conselho de Administração e para a diretoria:	Art. 26. É vedada a indicação para o Conselho de Administração:	Art. 26. É vedada a indicação para Conselho de Administração:
I - de representante do órgão regulador ao qual a Sanepar está sujeita, de Ministro de Estado, de Secretário de Estado, de Secretário Municipal, de titular de cargo, sem vínculo permanente com o serviço público, de natureza especial ou de direção e assessoramento superior na Administração Pública, de dirigente estatutário de partido político e de titular de mandato no Poder Legislativo de qualquer ente da federação, ainda que licenciados do cargo;	I - de representante do órgão regulador ao qual a Sanepar está sujeita, de Ministro de Estado, de Secretário de Estado, de Secretário Municipal, de titular de cargo, sem vínculo permanente com o serviço público, de natureza especial ou de direção e assessoramento superior na Administração Pública, de dirigente estatutário de partido político e de titular de mandato no Poder Legislativo de qualquer ente da federação, ainda que licenciados do cargo;	I - de representante do órgão regulador ao qual a Sanepar está sujeita, de Ministro de Estado, de Secretário de Estado, de Secretário Municipal, de titular de cargo, sem vínculo permanente com o serviço público, de natureza especial ou de direção e assessoramento superior na Administração Pública, de dirigente estatutário de partido político e de titular de mandato no Poder Legislativo de qualquer ente da federação, ainda que licenciados do cargo;
II - de pessoa que atuou, nos últimos 36 (trinta e seis) meses, como participante de estrutura decisória de partido político ou em trabalho vinculado a organização, estruturação e realização de campanha eleitoral;	II - de pessoa que atuou, nos últimos 36 (trinta e seis) meses, como participante de estrutura decisória de partido político ou em trabalho vinculado a organização, estruturação e realização de campanha eleitoral;	II - de pessoa que atuou, nos últimos 36 (trinta e seis) meses, como participante de estrutura decisória de partido político ou em trabalho vinculado a organização, estruturação e realização de campanha eleitoral;
III - de pessoa que exerça cargo em organização sindical;	III - de pessoa que exerça cargo em organização sindical;	III - de pessoa que exerça cargo em organização sindical;
IV - de pessoa que tenha firmado contrato ou parceria, como fornecedor ou comprador, demandante ou ofertante, de bens ou serviços de qualquer natureza, com o estado do Paraná ou com a Sanepar em período inferior a 3 (três) anos antes da data de nomeação;	IV - de pessoa que tenha firmado contrato ou parceria, como fornecedor ou comprador, demandante ou ofertante, de bens ou serviços de qualquer natureza, com o Estado do Paraná ou com a Sanepar em período inferior a 3 (três) anos antes da data de nomeação;	IV - de pessoa que tenha firmado contrato ou parceria, como fornecedor ou comprador, demandante ou ofertante, de bens ou serviços de qualquer natureza, com o Estado do Paraná ou com a Sanepar em período inferior a 3 (três) anos antes da data de

		nomeação;
V - de pessoa que tenha ou possa ter qualquer forma de conflito de interesse com o estado do Paraná ou com a Sanepar. (art. 17, §2º da Lei 13.303/16).	V - de pessoa que tenha ou possa ter qualquer forma de conflito de interesse com o Estado do Paraná ou com a Sanepar.	V - de pessoa que tenha ou possa ter qualquer forma de conflito de interesse com o Estado do Paraná ou com a Sanepar.
4.3.2. A vedação prevista no inciso I do item 4.3.1 estende-se também aos parentes consanguíneos ou afins até o terceiro grau das pessoas nele mencionadas. (art. 17, §3º da Lei 13.303/16).	Art. 27. A vedação prevista no inciso I do art. 26 estende-se também aos parentes consanguíneos ou afins até o terceiro grau das pessoas nele mencionadas.	Art. 27. A vedação prevista no inciso I do art. 26 estende-se também aos parentes consanguíneos ou afins até o terceiro grau das pessoas nele mencionadas.
4.3.3. São inelegíveis para os cargos de administração da Sanepar as pessoas impedidas por lei especial, ou condenadas por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos. (art. 147, §1º Lei 6404/76)	Art. 28. São inelegíveis para os cargos de administração da Sanepar as pessoas impedidas por lei especial, ou condenadas por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos.	Art. 28. São inelegíveis para os cargos de administração da Sanepar as pessoas impedidas por lei especial, ou condenadas por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos.
4.3.4. São inelegíveis para o Conselho de Administração da Sanepar as pessoas declaradas inabilitadas por ato da Comissão de Valores Mobiliários. (art. 147, §1º Lei 6404/76).	Art. 29. São inelegíveis para o Conselho de Administração da Sanepar as pessoas declaradas inabilitadas por ato da Comissão de Valores Mobiliários.	Art. 29. São inelegíveis para o Conselho de Administração da Sanepar as pessoas declaradas inabilitadas por ato da Comissão de Valores Mobiliários.
4.3.5. O Conselheiro deve ter reputação ilibada, não podendo ser eleito aquele que:	Art. 30. O Conselheiro deve ter reputação ilibada, não podendo ser eleito aquele que:	Art. 30. O Conselheiro deve ter reputação ilibada, não podendo ser eleito aquele que:
I - ocupar cargos em sociedades que possam ser consideradas concorrentes no mercado, em especial, em conselhos consultivos, de administração ou fiscal;	I - ocupar cargos em sociedades que possam ser consideradas concorrentes no mercado, em especial, em conselhos consultivos, de administração ou fiscal;	I - ocupar cargos em sociedades que possam ser consideradas concorrentes no mercado, em especial, em conselhos consultivos, de administração ou fiscal;

II - tiver interesse conflitante com a Sanepar.	II - tiver interesse conflitante com a Sanepar.	II - tiver interesse conflitante com a Sanepar.
NÃO MENCIONADO NO DOCUMENTO VIGENTE	Art. 31. É vedada a nomeação para o Conselho de Administração de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, da autoridade nomeante ou de empregado da Companhia investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento.	Art. 31. É vedada a nomeação para o Conselho de Administração de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, da autoridade nomeante ou de empregado da Companhia investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento.
5. INDICAÇÕES PARA A DIRETORIA EXECUTIVA	5. INDICAÇÕES PARA A DIRETORIA EXECUTIVA	5. INDICAÇÕES PARA A DIRETORIA EXECUTIVA
5.1. A Diretoria Executiva é o órgão executivo de administração e representação, cabendo-lhe assegurar o funcionamento regular da Companhia em conformidade com a orientação geral traçada pelo Conselho de Administração.	Art. 32. A Diretoria Executiva é o órgão executivo de administração e representação, cabendo-lhe assegurar o funcionamento regular da Companhia em conformidade com a orientação geral traçada pelo Conselho de Administração.	Art. 32. A Diretoria Executiva é o órgão executivo de administração e representação, cabendo-lhe assegurar o funcionamento regular da Companhia em conformidade com a orientação geral traçada pelo Conselho de Administração.
5.2. A indicação dos Diretores deverá observar, além dos requisitos mínimos exigidos pela legislação e pelo Estatuto Social da Companhia, os critérios e diretrizes estabelecidos nesta Política	Art. 33. A indicação dos Diretores deverá observar, além dos requisitos mínimos exigidos pela legislação e pelo Estatuto Social da Companhia, os critérios e diretrizes estabelecidos nesta Política.	Art. 33. A indicação dos Diretores deverá observar, além dos requisitos mínimos exigidos pela legislação e pelo Estatuto Social da Companhia, os critérios e diretrizes estabelecidos nesta Política.
5.3. O candidato ao cargo de Diretor deverá possuir formação acadêmica compatível com a natureza das funções específicas da Diretoria à qual foi indicado.	Art. 34. O candidato ao cargo de Diretor deverá possuir formação acadêmica compatível com a natureza das funções específicas da Diretoria à qual foi indicado.	Art. 34. O candidato ao cargo de Diretor deverá possuir formação acadêmica compatível com a natureza das funções específicas da Diretoria à qual foi indicado.
5.4. Os indicados aos cargos da Diretoria	Art. 35. Os indicados aos cargos da	Art. 35. Os indicados aos

estão sujeitos aos mesmos requisitos, impedimentos e vedações previstos para os membros do Conselho de Administração.	Diretoria estão sujeitos aos mesmos requisitos, impedimentos e vedações previstos para os membros do Conselho de Administração.	cargos da Diretoria estão sujeitos aos mesmos requisitos, impedimentos e vedações previstos para os membros do Conselho de Administração.
6. INDICAÇÕES PARA O CONSELHO FISCAL	6. INDICAÇÕES PARA O CONSELHO FISCAL	6. INDICAÇÕES PARA O CONSELHO FISCAL
6.1. A Sanepar terá um Conselho Fiscal de funcionamento permanente de fiscalização, de atuação colegiada e individual, com as competências e atribuições previstas em lei.	Art. 38. A Sanepar terá um Conselho Fiscal de funcionamento permanente de fiscalização, de atuação colegiada e individual, com as competências e atribuições previstas em lei.	Art. 36. A Sanepar terá um Conselho Fiscal de funcionamento permanente de fiscalização, de atuação colegiada e individual, com as competências e atribuições previstas em lei.
6.2. Na composição global do Conselho Fiscal, deverão ser observados:	Art. 39. Na composição global do Conselho Fiscal, deverão ser observados:	Art. 37. Na composição global do Conselho Fiscal, deverão ser observados:
a) A diversidade e complementariedade de experiências profissionais entre os indicados;	I – A diversidade e complementariedade de experiências profissionais entre os indicados;	I – A diversidade e complementariedade de experiências profissionais entre os indicados;
b) Os titulares de ações preferenciais sem direito a voto, ou com voto restrito, terão direito de eleger, em votação em separado, 1 (um) membro e respectivo suplente; igual direito terão os acionistas minoritários, desde que representem, em conjunto, 10% (dez por cento) ou mais das ações com direito a voto; (art. 161, §4º da Lei 6404/76)	II – Um dos membros do Conselho Fiscal, e respectivo suplente, deverá ser eleito pelas ações ordinárias minoritárias e outro pelas ações preferenciais, se houver;	II – Um dos membros do Conselho Fiscal, e respectivo suplente, deverá ser eleito pelas ações ordinárias minoritárias e outro pelas ações preferenciais, se houver;
c) ressalvado o disposto na alínea anterior, os demais acionistas com direito a voto poderão eleger os membros efetivos e suplentes que, em qualquer caso, serão em número igual ao dos eleitos nos termos da alínea a, mais um. (art. 161, §5º da Lei 6404/76)		
d) O Conselho Fiscal contará com pelo menos 1 (um) membro indicado pelo ente controlador, que deverá ser servidor público com vínculo permanente com a Administração Pública direta ou indireta.	III – O Conselho Fiscal contará com pelo menos 1 (um) membro indicado pelo ente controlador, que deverá ser servidor público com vínculo permanente com a Administração Pública direta ou indireta.	III – O Conselho Fiscal contará com pelo menos 1 (um) membro indicado pelo ente controlador, que deverá ser servidor público com vínculo permanente

(art. 26, § 2º da Lei 13.303/16).		com a Administração Pública direta ou indireta.
6.3. Podem ser membros do Conselho Fiscal pessoas naturais, residentes no País, com formação acadêmica compatível com o exercício da função e que tenham exercido, por prazo mínimo de 3 (três) anos, cargo de direção ou assessoramento na Administração Pública ou cargo de Conselheiro Fiscal ou Administrador em empresa. (art. 26 da Lei 13.303/16).	Art. 40. Podem ser membros do Conselho Fiscal pessoas naturais, residentes no País, com formação acadêmica compatível com o exercício da função e que tenham exercido, por prazo mínimo de 3 (três) anos, cargo de direção ou assessoramento na Administração Pública ou cargo de Conselheiro Fiscal ou Administrador em empresa;	Art. 38. Podem ser membros do Conselho Fiscal pessoas naturais, residentes no País, com formação acadêmica compatível com o exercício da função e que tenham exercido, por prazo mínimo de 3 (três) anos, cargo de direção ou assessoramento na Administração Pública ou cargo de Conselheiro Fiscal ou Administrador em empresa;
6.4. Não podem ser eleitos para o Conselho Fiscal membros da administração da Companhia e empregados da Sanepar ou de sociedade controlada ou do mesmo grupo, e o cônjuge ou parente, até terceiro grau, de Administrador da Sanepar. (art. 162, §2º da Lei 6404/76).	Art. 41. Não podem ser eleitos para o Conselho Fiscal membros de órgãos de administração e empregados da Sanepar ou de sociedade controlada ou do mesmo grupo, e o cônjuge ou parente, até terceiro grau, de Administrador da Sanepar.	Art. 39. Não podem ser eleitos para o Conselho Fiscal membros de órgãos de governança e empregados da Sanepar ou de sociedade controlada ou do mesmo grupo, e o cônjuge ou parente, até terceiro grau, de Administrador da Sanepar.
NÃO MENCIONADO NO DOCUMENTO VIGENTE	Parágrafo único. É vedada a nomeação para o Conselho Fiscal de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, da autoridade nomeante ou de empregado da Sanepar investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento.	Parágrafo único. É vedada a nomeação para o Conselho Fiscal de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, da autoridade nomeante ou de empregado da Sanepar investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento.
6.5. São inelegíveis para o Conselho Fiscal as pessoas impedidas por lei especial, ou condenadas por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que	Art. 42. São inelegíveis para o Conselho Fiscal as pessoas impedidas por lei especial, ou condenadas por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena	Art. 40. São inelegíveis para o Conselho Fiscal as pessoas impedidas por lei especial, ou condenadas por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão,

vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos. (art. 147, §1º da Lei 6404/76).	criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos.	peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos.
6.6. São inelegíveis para o cargo de Conselheiro Fiscal as pessoas declaradas inabilitadas por ato da Comissão de Valores Mobiliários. (art. 147, §2º da Lei 6404/76).	Art. 43. São inelegíveis para o cargo de Conselheiro Fiscal as pessoas declaradas inabilitadas por ato da Comissão de Valores Mobiliários.	Art. 41. São inelegíveis para o cargo de Conselheiro Fiscal as pessoas declaradas inabilitadas por ato da Comissão de Valores Mobiliários.
7. INDICAÇÕES PARA OS COMITÊS ESTATUTÁRIOS	7. INDICAÇÕES PARA OS COMITÊS ESTATUTÁRIOS	7. INDICAÇÕES PARA OS COMITÊS ESTATUTÁRIOS
--	SEÇÃO I COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO	SEÇÃO I COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO
7.1.1. O Comitê de Auditoria é o órgão independente, de caráter consultivo e permanente, de assessoramento ao Conselho de Administração.	Art. 46. O Comitê de Auditoria é o órgão independente, de caráter consultivo e permanente, de assessoramento ao Conselho de Administração.	Art. 42. O Comitê de Auditoria é o órgão independente, de caráter consultivo e permanente, de assessoramento ao Conselho de Administração.
7.1.2. São condições mínimas para integrar o Comitê de Auditoria Estatutário:	Art. 47. São condições mínimas para integrar o Comitê de Auditoria Estatutário:	Art. 43. São condições mínimas para integrar o Comitê de Auditoria Estatutário:
I - não ser ou ter sido, nos 12 (doze) meses anteriores à nomeação para o Comitê: a) Diretor, empregado ou membro do Conselho Fiscal da Sanepar ou de sua controladora, controlada, coligada ou sociedade em controle comum, direta ou indireta; b) responsável técnico, Diretor, gerente, supervisor ou qualquer outro integrante com função de gerência de equipe envolvida nos trabalhos de auditoria na Sanepar;	I - não ser ou ter sido, nos 12 (doze) meses anteriores à nomeação para o Comitê: a) Diretor, empregado ou membro do Conselho Fiscal da Sanepar ou de sua controladora, controlada, coligada ou sociedade em controle comum, direta ou indireta; b) responsável técnico, Diretor, gerente, supervisor ou qualquer outro integrante com função de gerência de equipe envolvida nos trabalhos de auditoria na Sanepar;	I - não ser ou ter sido, nos 12 (doze) meses anteriores à nomeação para o Comitê: a) Diretor, empregado ou membro do Conselho Fiscal da Sanepar ou de sua controladora, controlada, coligada ou sociedade em controle comum, direta ou indireta; b) responsável técnico, Diretor, gerente,

		supervisor ou qualquer outro integrante com função de gerência de equipe envolvida nos trabalhos de auditoria na Sanepar;
II - não ser cônjuge ou parente consanguíneo ou afim, até o segundo grau ou por adoção, das pessoas referidas no inciso I;	II - não ser cônjuge ou parente consanguíneo ou afim, até o segundo grau ou por adoção, das pessoas referidas no inciso I;	II - não ser cônjuge ou parente consanguíneo ou afim, até o segundo grau ou por adoção, das pessoas referidas no inciso I;
III - não receber qualquer outro tipo de remuneração da Sanepar ou de sua controladora, controlada, coligada ou sociedade em controle comum, direta ou indireta, que não seja aquela relativa à função de integrante do Comitê de Auditoria Estatutário;	III - não receber qualquer outro tipo de remuneração da Sanepar ou de sua controladora, controlada, coligada ou sociedade em controle comum, direta ou indireta, que não seja aquela relativa à função de integrante do Comitê de Auditoria Estatutário;	III - não receber qualquer outro tipo de remuneração da Sanepar ou de sua controladora, controlada, coligada ou sociedade em controle comum, direta ou indireta, que não seja aquela relativa à função de integrante do Comitê de Auditoria Estatutário;
IV - não ser ou ter sido ocupante de cargo público efetivo, ainda que licenciado, ou de cargo em comissão no estado do Paraná, nos 12 (doze) meses anteriores à nomeação para o Comitê de Auditoria Estatutário. (art. 25, §1º Lei 13303/16).	IV - não ser ou ter sido ocupante de cargo público efetivo, ainda que licenciado, ou de cargo em comissão no Estado do Paraná, nos 12 (doze) meses anteriores à nomeação para o Comitê de Auditoria Estatutário.	IV - não ser ou ter sido ocupante de cargo público efetivo, ainda que licenciado, ou de cargo em comissão no Estado do Paraná, nos 12 (doze) meses anteriores à nomeação para o Comitê de Auditoria Estatutário.
7.1.3. Ao menos 1 (um) dos membros do Comitê de Auditoria Estatutário deve ter reconhecida experiência em assuntos de contabilidade societária. (art. 25, §2º Lei 13303/16).	Art. 48. Ao menos 1 (um) dos membros do Comitê de Auditoria Estatutário deve ter reconhecida experiência em assuntos de contabilidade societária.	Art. 44. Ao menos 1 (um) dos membros do Comitê de Auditoria Estatutário deve ter reconhecida experiência em assuntos de contabilidade societária.
7.2. Comitê de Indicação e Avaliação	SEÇÃO II COMITÊ DE INDICAÇÃO E AVALIAÇÃO	SEÇÃO II COMITÊ DE INDICAÇÃO E AVALIAÇÃO
7.2.1. O Comitê de Indicação e Avaliação é órgão auxiliar do acionista controlador que verificará a conformidade do processo de indicação e de avaliação dos Administradores,	Art. 51. O Comitê de Indicação e Avaliação é órgão auxiliar dos acionistas que verificará a conformidade do processo de indicação e de avaliação dos	Art. 45. O Comitê de Indicação e Avaliação é órgão auxiliar dos acionistas controlador que verificará a conformidade

Conselheiros Fiscais e membros dos Comitês Estatutários.	Administradores, Conselheiros Fiscais e membros dos Comitês Estatutários.	do processo de indicação e de avaliação dos Administradores, Conselheiros Fiscais e membros dos Comitês Estatutários.
7.3. Comitê Técnico	SUPRIMIDO	SEÇÃO III COMITÊ TÉCNICO
7.3.1. O Comitê Técnico é órgão de assessoramento ao Conselho de Administração que atuará nas demandas de sua competência, observado o Regimento Interno próprio e Estatuto Social da Companhia.	SUPRIMIDO	Art. 46. O Comitê Técnico é órgão de assessoramento ao Conselho de Administração que atuará nas demandas de sua competência, observado o Regimento Interno próprio e Estatuto Social da Companhia.
8. REGRA COMUM A TODOS OS AGENTES DE GOVERNANÇA INDICADOS	SUPRIMIDO	SUPRIMIDO
8.1. Todos os agentes de governança indicados deverão atender o disposto na Lei Estadual 16.971/11 e no Decreto Estadual 41/15.	SUPRIMIDO	SUPRIMIDO
9. APROVAÇÃO	SUPRIMIDO	8. APROVAÇÃO
9.1. Esta Política foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia em sua 10ª Reunião Ordinária, realizada em 24 de outubro de 2017.	SUPRIMIDO	Art. 47. Esta Política foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia em sua 10ª Reunião Ordinária, realizada em 24 de outubro de 2017.

MEMBROS TITULARES DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

NOME: RICARDO JOSÉ SOAVINSKI

PROFISSÃO: OCEANÓGRAFO

CPF: 420.044.700-20

CARTEIRA DE IDENTIDADE: 1.494.052-9-PR

CARGO: MEMBRO TITULAR DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

DATA DE ELEIÇÃO: 13/06/2018

DATA DA POSSE: 13/06/2018

PRAZO DO MANDATO: 25/04/2020

OUTROS CARGOS OU FUNÇÕES EXERCIDOS NA SANEPAR: DIRETOR-PRESIDENTE, EX-MEMBRO DO COMITÊ TÉCNICO DE ASSESSORAMENTO AO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

INDICAÇÃO: ACIONISTA CONTROLADOR

12.7 Fornecer as informações mencionadas no item 12.6 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários:

Informamos que o candidato a membro titular do Conselho de Administração não faz parte de nenhum comitê na Companhia.

12.8 Em relação a cada um dos administradores e membros do Conselho Fiscal, fornecer:

a) Currículo, contendo as seguintes informações:

i) principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:

ii) indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas

FORMAÇÃO: Oceanógrafo

PRINCIPAIS EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS:

Presidente do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio, de novembro de 2016 até abril de 2018; Secretário Nacional de Recursos hídricos e Ambiente Urbano - Ministério do Meio Ambiente, de maio a novembro de 2016; Secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Paraná, de janeiro de 2015 até maio de 2016; Presidente do Conselho Fiscal da Paraná-Previdência, de junho de 2015 a maio de 2016; Membro do Conselho Estadual de Trânsito do Paraná, de junho de 2015 a maio de 2016; Diretor de Criação e Manejo de Unidades de Conservação do ICMBio, de setembro de 2008 a março de 2012; Membro do Conselho do Instituto Baleia Jubarte — IBJ, de 1998 a 2016.

b) Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:

i) Qualquer condenação criminal

O candidato a membro titular do Conselho de Administração declara que não sofreu condenação criminal nos últimos 5 anos.

ii) Qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas

O candidato a membro titular do Conselho de Administração declara que não foi condenado em nenhum processo administrativo da CVM.

iii) Qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer

O candidato a membro titular do Conselho de Administração declara que não sofreu condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha suspenso ou inabilitado para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

12.9 Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:

a) Administradores do emissor

O candidato informa que não possui relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre os administradores da Sanepar.

(i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor

O candidato informa que não possui relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre os administradores da Sanepar e administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor.

b) (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor

O candidato informa que não possui relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre os administradores da Sanepar ou de suas controladas, diretas ou indiretas e controladores diretos ou indiretos da Sanepar.

c) (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades diretas e indiretas do emissor

O candidato informa que não possui relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre os administradores da Sanepar e administradores das sociedades diretas ou indiretas da Sanepar.

12.10 Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:

a) Sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor

O candidato informa que não possui relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores da Sanepar e sociedade controlada, direta ou indiretamente, pela Sanepar.

b) Controlador direto ou indireto do emissor

O candidato informa que não possui relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores da Sanepar e controlador direto ou indireto da Sanepar.

c) Caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas.

O candidato informa que não possui relações comerciais relevantes com a Sanepar, suas controladas ou controladoras ou controladas.

NOME: FRANCISCO FEIO RIBEIRO FILHO

PROFISSÃO: EMPRESÁRIO

CPF: 143.288.609-68

CARTEIRA DE IDENTIDADE: 519.999-0

CARGO: MEMBRO TITULAR DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

DATA DE ELEIÇÃO: 13/06/2018

DATA DA POSSE: 13/06/2018

PRAZO DO MANDATO: 25/04/2020

OUTROS CARGOS OU FUNÇÕES EXERCIDOS NA SANEPAR:

INDICAÇÃO: ACIONISTA CONTROLADOR

12.7 Fornecer as informações mencionadas no item 12.6 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários:

Informamos que o candidato a membro titular do Conselho de Administração não faz parte de nenhum comitê na Companhia.

12.8 Em relação a cada um dos administradores e membros do Conselho Fiscal, fornecer:

a) Currículo, contendo as seguintes informações:

i) principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:

ii) indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas

FORMAÇÃO: Advogado

PRINCIPAIS EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS:

Diretor Presidente da empresa Ribeiro S/A Comércio de Pneus – PNEUMAR e Sócio Acionista desde 1972; Diretor Presidente da empresa Ribemar Empreendimentos Agropecuários e Imobiliários S/A e Sócio Acionista desde 1993; Conselheiro Consultivo/Deliberativo da Sociedade Rural de Maringá.

b) Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:

i) Qualquer condenação criminal

O candidato a membro titular do Conselho de Administração declara que não sofreu condenação criminal nos últimos 5 anos.

ii) Qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas

O candidato a membro titular do Conselho de Administração declara que não foi condenado em nenhum processo administrativo da CVM.

iii) Qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer

O candidato a membro titular do Conselho de Administração declara que não sofreu condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha suspenso ou inabilitado para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

12.9 Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:

a) Administradores do emissor

O candidato informa que não possui relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre os administradores da Sanepar.

(i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor

O candidato informa que não possui relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre os administradores da Sanepar e administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor.

b) (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor

O candidato informa que não possui relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre os administradores da Sanepar ou de suas controladas, diretas ou indiretas e controladores diretos ou indiretos da Sanepar.

c) (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades diretas e indiretas do emissor

O candidato informa que não possui relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre os administradores da Sanepar e administradores das sociedades diretas ou indiretas da Sanepar.

12.10 Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:

a) Sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor

O candidato informa que não possui relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores da Sanepar e sociedade controlada, direta ou indiretamente, pela Sanepar.

b) Controlador direto ou indireto do emissor

O candidato informa que não possui relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores da Sanepar e controlador direto ou indireto da Sanepar.

c) Caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas.

O candidato informa que não possui relações comerciais relevantes com a Sanepar, suas controladas ou controladoras ou controladas.

NOME: GEORGE HERMANN RODOLFO TORMIN

PROFISSÃO: AUDITOR FISCAL

CPF: 247.119.341-20

CARTEIRA DE IDENTIDADE: 14.348.081-0-PR

CARGO: MEMBRO TITULAR DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

DATA DE ELEIÇÃO: 13/06/2018

DATA DA POSSE: 13/06/2018

PRAZO DO MANDATO: 25/04/2020

OUTROS CARGOS OU FUNÇÕES EXERCIDOS NA SANEPAR: EX-CONSELHEIRO FISCAL

INDICAÇÃO: ACIONISTA CONTROLADOR

12.7 Fornecer as informações mencionadas no item 12.6 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários:

Informamos que o candidato a membro titular do Conselho de Administração não faz parte de nenhum comitê na Companhia.

12.8 Em relação a cada um dos administradores e membros do Conselho Fiscal, fornecer:

a) Currículo, contendo as seguintes informações:

i) principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:

ii) indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas

FORMAÇÃO: Engenheiro Civil

PRINCIPAIS EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS: Cargo atual: Diretor Geral da Secretaria da Fazenda do Estado do Paraná. Cargo efetivo: Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil.

b) Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:

i) Qualquer condenação criminal

O candidato a membro titular do Conselho de Administração declara que não sofreu condenação criminal nos últimos 5 anos.

ii) Qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas

O candidato a membro titular do Conselho de Administração declara que não foi condenado em nenhum processo administrativo da CVM.

iii) Qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer

O candidato a membro titular do Conselho de Administração declara que não sofreu condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha suspenso ou inabilitado para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

12.9 Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:

a) Administradores do emissor

O candidato informa que não possui relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre os administradores da Sanepar.

(i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor

O candidato informa que não possui relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre os administradores da Sanepar e administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor.

b) (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor

O candidato informa que não possui relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre os administradores da Sanepar ou de suas controladas, diretas ou indiretas e controladores diretos ou indiretos da Sanepar.

c) (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades diretas e indiretas do emissor

O candidato informa que não possui relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre os administradores da Sanepar e administradores das sociedades diretas ou indiretas da Sanepar.

12.10 Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:

a) Sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor

O candidato informa que não possui relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores da Sanepar e sociedade controlada, direta ou indiretamente, pela Sanepar.

b) Controlador direto ou indireto do emissor

O candidato informa que não possui relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores da Sanepar e controlador direto ou indireto da Sanepar.

c) Caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas.

O candidato informa que não possui relações comerciais relevantes com a Sanepar, suas controladas ou controladoras.

MEMBROS TITULARES DO CONSELHO FISCAL

NOME: MARCOS VENÍCIO ALVES MEYER

PROFISSÃO: ADVOGADO

CPF: 085.032.819-53

CARTEIRA DE IDENTIDADE: 696.209-2

CARGO: MEMBRO TITULAR DO CONSELHO FISCAL

DATA DE ELEIÇÃO: 13/06/2018

DATA DA POSSE: 13/06/2018

PRAZO DO MANDATO: 25/04/2019

OUTROS CARGOS OU FUNÇÕES EXERCIDOS NA SANEPAR:

INDICAÇÃO: ACIONISTA CONTROLADOR

12.7 Fornecer as informações mencionadas no item 12.6 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários:

Informamos que o candidato a membro titular do Conselho Fiscal não faz parte de nenhum comitê na Companhia.

12.8 Em relação a cada um dos administradores e membros do Conselho Fiscal, fornecer:

a) Currículo, contendo as seguintes informações:

i) principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:

ii) indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas

FORMAÇÃO: Advogado

PRINCIPAIS EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS: 2014 – 2018: Assessor do Secretário – Secretária de Estado do Planejamento – PR; 2010-2014: Presidente – Paraná Turismo; 2000-2010 – Oficial Substituto – Cartório de Registro da Fazenda Rio Grande - PR

b) Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:

i) Qualquer condenação criminal

O candidato a membro titular do Conselho Fiscal declara que não sofreu condenação criminal nos últimos 5 anos.

ii) Qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas

O candidato a membro titular do Conselho Fiscal declara que não foi condenado em nenhum processo administrativo da CVM.

iii) Qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer

O candidato a membro titular do Conselho Fiscal declara que não sofreu condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

12.9 Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:

a) Administradores do emissor

O candidato informa que não possui relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre os administradores da Sanepar.

(i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor

O candidato informa que não possui relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre os administradores da Sanepar e administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor.

b) (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor

O candidato informa que não possui relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre os administradores da Sanepar ou de suas controladas, diretas ou indiretas e controladores diretos ou indiretos da Sanepar.

c) (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades diretas e indiretas do emissor

O candidato informa que não possui relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre os administradores da Sanepar e administradores das sociedades diretas ou indiretas da Sanepar.

12.10 Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:

a) Sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor

O candidato informa que não possui relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores da Sanepar e sociedade controlada, direta ou indiretamente, pela Sanepar.

b) Controlador direto ou indireto do emissor

O candidato informa que não possui relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores da Sanepar e controlador direto ou indireto da Sanepar.

c) Caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas.

O candidato informa que não possui relações comerciais relevantes com a Sanepar, suas controladas ou controladoras ou controladas.

NOME: RAFAEL IATAURO

PROFISSÃO:

CPF:

CARTEIRA DE IDENTIDADE:

CARGO: MEMBRO TITULAR DO CONSELHO FISCAL

DATA DE ELEIÇÃO: 13/06/2018

DATA DA POSSE: 13/06/2018

PRAZO DO MANDATO: 25/04/2019

OUTROS CARGOS OU FUNÇÕES EXERCIDOS NA SANEPAR:

INDICAÇÃO: ACIONISTA CONTROLADOR

12.7 Fornecer as informações mencionadas no item 12.6 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários:

Informamos que o candidato a membro titular do Conselho Fiscal não faz parte de nenhum comitê na Companhia.

12.8 Em relação a cada um dos administradores e membros do Conselho Fiscal, fornecer:

a) Currículo, contendo as seguintes informações:

i) principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:

ii) indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas

FORMAÇÃO:

PRINCIPAIS EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS:

b) Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:

i) Qualquer condenação criminal

O candidato a membro titular do Conselho Fiscal declara que não sofreu condenação criminal nos últimos 5 anos.

ii) Qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas

O candidato a membro titular do Conselho Fiscal declara que não foi condenado em nenhum processo administrativo da CVM.

iii) Qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer

O candidato a membro titular do Conselho Fiscal declara que não sofreu condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

12.9 Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:

a) Administradores do emissor

O candidato informa que não possui relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre os administradores da Sanepar.

(i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor

O candidato informa que não possui relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre os administradores da Sanepar e administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor.

b) (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor

O candidato informa que não possui relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre os administradores da Sanepar ou de suas controladas, diretas ou indiretas e controladores diretos ou indiretos da Sanepar.

c) (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades diretas e indiretas do emissor

O candidato informa que não possui relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre os administradores da Sanepar e administradores das sociedades diretas ou indiretas da Sanepar.

12.10 Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:

a) Sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor

O candidato informa que não possui relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores da Sanepar e sociedade controlada, direta ou indiretamente, pela Sanepar.

b) Controlador direto ou indireto do emissor

O candidato informa que não possui relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores da Sanepar e controlador direto ou indireto da Sanepar.

c) Caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas.

O candidato informa que não possui relações comerciais relevantes com a Sanepar, suas controladas ou controladoras ou controladas.

MEMBROS DO COMITÊ DE INDICAÇÃO E AVALIAÇÃO:

NOME: SILVIO MAGALHÃES BARROS II

PROFISSÃO: ENGENHEIRO CIVIL

CPF: 361.762.739-00

CARTEIRA DE IDENTIDADE: 683562-7-PR

CARGO: MEMBRO TITULAR COMITÊ DE INDICAÇÃO E AVALIAÇÃO

DATA DE ELEIÇÃO: 13/06/2018

DATA DA POSSE: 13/06/2018

PRAZO DO MANDATO: 14/07/2019

OUTROS CARGOS OU FUNÇÕES EXERCIDOS NA SANEPAR:

INDICAÇÃO: ACIONISTA CONTROLADOR

12.7 Fornecer as informações mencionadas no item 12.6 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários:

Informamos que o candidato a membro titular do Comitê de Indicação e Avaliação não faz parte de nenhum comitê na Companhia.

12.8 Em relação a cada um dos administradores e membros do Conselho Fiscal, fornecer:

a) Currículo, contendo as seguintes informações:

i) principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:

ii) indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas

FORMAÇÃO: Engenheiro Civil

PRINCIPAIS EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS:

2018- atual: Secretário de Desenvolvimento Urbano do Paraná; 2005-2012: Prefeito de Maringá;

b) Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:

i) Qualquer condenação criminal

O candidato a membro titular do Comitê de Indicação e Avaliação declara que não sofreu condenação criminal nos últimos 5 anos.

ii) Qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas

O candidato a membro titular do Comitê de Indicação e Avaliação declara que não foi condenado em nenhum processo administrativo da CVM.

iii) Qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer

O candidato a membro titular do Comitê de Indicação e Avaliação declara que não sofreu condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha suspenso ou inabilitado para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

12.9 Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:

a) Administradores do emissor

O candidato informa que não possui relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre os administradores da Sanepar.

(i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor

O candidato informa que não possui relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre os administradores da Sanepar e administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor.

b) (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor

O candidato informa que não possui relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre os administradores da Sanepar ou de suas controladas, diretas ou indiretas e controladores diretos ou indiretos da Sanepar.

c) (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades diretas e indiretas do emissor

O candidato informa que não possui relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre os administradores da Sanepar e administradores das sociedades diretas ou indiretas da Sanepar.

12.10 Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:

a) Sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor

O candidato informa que não possui relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores da Sanepar e sociedade controlada, direta ou indiretamente, pela Sanepar.

b) Controlador direto ou indireto do emissor

O candidato informa que não possui relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores da Sanepar e controlador direto ou indireto da Sanepar.

c) Caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas.

O candidato informa que não possui relações comerciais relevantes com a Sanepar, suas controladas ou controladoras ou controladas.

NOME: ANTONIO CARLOS FIGUEIREDO NARDI

PROFISSÃO: ENGENHEIRO CIVIL

CPF: 361.762.739-00

CARTEIRA DE IDENTIDADE: 683562-7-PR

CARGO: MEMBRO TITULAR COMITÊ DE INDICAÇÃO E AVALIAÇÃO

DATA DE ELEIÇÃO: 13/06/2018

DATA DA POSSE: 13/06/2018

PRAZO DO MANDATO: 14/07/2019

OUTROS CARGOS OU FUNÇÕES EXERCIDOS NA SANEPAR:

INDICAÇÃO: ACIONISTA CONTROLADOR

12.7 Fornecer as informações mencionadas no item 12.6 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários:

Informamos que o candidato a membro titular do Comitê de Indicação e Avaliação não faz parte de nenhum comitê na Companhia.

12.8 Em relação a cada um dos administradores e membros do Conselho Fiscal, fornecer:

a) Currículo, contendo as seguintes informações:

i) principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:

ii) indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas

FORMAÇÃO: Engenheiro Civil

PRINCIPAIS EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS:

2016 – abril/2018: Titular da Secretaria Executiva do Ministério da Saúde; 2015: Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde; Entre 1989 e 2015 atuou como secretário municipal de Saúde: Floresta (1989-2000), Marialva (2000-2006) e Maringá (2006-2015), na região norte novo do Paraná.

b) Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:

i) Qualquer condenação criminal

O candidato a membro titular do Comitê de Indicação e Avaliação declara que não sofreu condenação criminal nos últimos 5 anos.

ii) Qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas

O candidato a membro titular do Comitê de Indicação e Avaliação declara que não foi condenado em nenhum processo administrativo da CVM.

iii) Qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer

O candidato a membro titular do Comitê de Indicação e Avaliação declara que não sofreu condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha suspenso ou inabilitado para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

12.9 Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:

a) Administradores do emissor

O candidato informa que não possui relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre os administradores da Sanepar.

(i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor

O candidato informa que não possui relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre os administradores da Sanepar e administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor.

b) (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor

O candidato informa que não possui relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre os administradores da Sanepar ou de suas controladas, diretas ou indiretas e controladores diretos ou indiretos da Sanepar.

c) (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades diretas e indiretas do emissor

O candidato informa que não possui relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre os administradores da Sanepar e administradores das sociedades diretas ou indiretas da Sanepar.

12.10 Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:

a) Sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor

O candidato informa que não possui relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores da Sanepar e sociedade controlada, direta ou indiretamente, pela Sanepar.

b) Controlador direto ou indireto do emissor

O candidato informa que não possui relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores da Sanepar e controlador direto ou indireto da Sanepar.

c) Caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas.

O candidato informa que não possui relações comerciais relevantes com a Sanepar, suas controladas ou controladoras ou controladas.

NOME: JOSÉ LUIZ BOVO

PROFISSÃO: CONTABILISTA E ADMINISTRADOR

CPF: 082.556.289-91

CARTEIRA DE IDENTIDADE: 839.579-9-PR

CARGO: MEMBRO TITULAR COMITÊ DE INDICAÇÃO E AVALIAÇÃO

DATA DE ELEIÇÃO: 13/06/2018

DATA DA POSSE: 13/06/2018

PRAZO DO MANDATO: 14/07/2019

OUTROS CARGOS OU FUNÇÕES EXERCIDOS NA SANEPAR:

INDICAÇÃO: ACIONISTA CONTROLADOR

12.7 Fornecer as informações mencionadas no item 12.6 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários:

Informamos que o candidato a membro titular do Comitê de Indicação e Avaliação não faz parte de nenhum comitê na Companhia.

12.8 Em relação a cada um dos administradores e membros do Conselho Fiscal, fornecer:

a) Currículo, contendo as seguintes informações:

i) principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:

ii) indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas

FORMAÇÃO: Contabilista e Administrador

PRINCIPAIS EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS:

Prefeito de São Jorge o Ivaí por três mandatos; Comandou as pastas da Fazenda e Gestão de Maringá; Trabalhou no Banco nacional, Copel e Secretaria de Estado da Fazenda.

b) Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:

i) Qualquer condenação criminal

O candidato a membro titular do Comitê de Indicação e Avaliação declara que não sofreu condenação criminal nos últimos 5 anos.

ii) Qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas

O candidato a membro titular do Comitê de Indicação e Avaliação declara que não foi condenado em nenhum processo administrativo da CVM.

iii) Qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer

O candidato a membro titular do Comitê de Indicação e Avaliação declara que não sofreu condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha suspenso ou inabilitado para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

12.9 Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:

a) Administradores do emissor

O candidato informa que não possui relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre os administradores da Sanepar.

(i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor

O candidato informa que não possui relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre os administradores da Sanepar e administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor.

b) (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor

O candidato informa que não possui relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre os administradores da Sanepar ou de suas controladas, diretas ou indiretas e controladores diretos ou indiretos da Sanepar.

c) (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades diretas e indiretas do emissor

O candidato informa que não possui relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre os administradores da Sanepar e administradores das sociedades diretas ou indiretas da Sanepar.

12.10 Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:

a) Sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor

O candidato informa que não possui relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores da Sanepar e sociedade controlada, direta ou indiretamente, pela Sanepar.

b) Controlador direto ou indireto do emissor

O candidato informa que não possui relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores da Sanepar e controlador direto ou indireto da Sanepar.

c) Caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas.

O candidato informa que não possui relações comerciais relevantes com a Sanepar, suas controladas ou controladoras ou controladas.